

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM FRONTEIRAS E DIREITOS HUMANOS**

AMANDA OLIVEIRA SIMÕES

**CONSTRUINDO COM SABEDORIA: AS DIMENSÕES DE (RE)EXISTÊNCIA DOS
LGBTI+ SEM TERRA NO BRASIL**

DOURADOS
2023

AMANDA OLIVEIRA SIMÕES

**CONSTRUINDO COM SABEDORIA: AS DIMENSÕES DE (RE)EXISTÊNCIA DOS
LGBTI+ SEM TERRA NO BRASIL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Fronteiras e Direitos Humanos da Faculdade de Direito e Relações Internacionais da Universidade Federal da Grande Dourados, vinculada à Linha 3 – “Identidades, Diversidades e Direitos Socioambientais”.

Orientadora: Professora Dr.^a Thaisa Maira Rodrigues Held

DOURADOS
JUNHO DE 2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

S614c Simões, Amanda Oliveira

CONSTRUINDO COM SABEDORIA: : AS DIMENSÕES DE (RE)EXISTÊNCIA DOS
LGBTI+ SEM TERRA NO BRASIL [recurso eletrônico] / Amanda Oliveira Simões. -- 2023.
Arquivo em formato pdf.

Orientadora: Thaisa Maira Rodrigues Held.

Dissertação (Mestrado em Fronteiras e Direitos Humanos)-Universidade Federal da Grande
Dourados, 2023.

Disponível no Repositório Institucional da UFGD em:
<https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>

1. MST. 2. LGBTI+. 3. Território. 4. Democracia. I. Held, Thaisa Maira Rodrigues. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.

Amanda Oliveira Simões

CONSTRUINDO COM SABEDORIA: AS DIMENSÕES DE (RE)EXISTÊNCIA DOS LGBTI+ SEM TERRA NO BRASIL

Esta dissertação foi julgada e aprovada pela presente banca examinadora para a obtenção do título de Mestra em Fronteiras e Direitos Humanos pela Faculdade de Direito e Relações Internacionais da Universidade Federal da Grande Dourados.

Dourados, 26/06/2023

Prof. Dr. Hermes Moreira Junior

Diretor da Faculdade de Direito e Relações Internacionais FADIR

BANCA EXAMINADORA

Orientadora

Prof(a) Thaisa Maira Rodrigues Held. Dra

Instituição: Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)

Membro titular externo

Maria Cristina Vidotti Blanco Tarrega. Dra

Instituição: Universidade Federal de Goiás (UFG)

Membro titular interno

Tiago Resende Botelho. Dr

Instituição: Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)

DEDICATÓRIA

Dedico a presente dissertação àqueles que, como Antônia, estão há uma vida inteira construindo um lugar melhor para existir. Na entrevista, ela disse que a forma de existência do Coletivo LGBT Sem Terra era *construir com sabedoria*. Isso significa lutar, esperar, estudar, se preservar, manter a própria identidade e construir - dentro e fora de um movimento social - uma sociedade plural.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. O incentivo à pesquisa é um dos pilares fundamentais da evolução da Educação de um Estado. Apesar de todo o sucateamento do ensino nos últimos anos, a existência de organismos como a CAPES tornou esse trabalho possível. A Universidade Pública é um dos aspectos essenciais para a efetivação do direito à educação, da criação de consciência dos indivíduos, há revoluções que apenas o conhecimento é capaz de promover.

Gostaria de agradecer à minha orientadora, professora Thaisa, que me deu a oportunidade de conhecer a pesquisa de uma forma muito humana. Uma pesquisadora muito sagaz, e uma pessoa incrível. Não existem palavras cabíveis para agradecer o seu trabalho.

Agradeço aos meus familiares, em especial minhas irmãs, minha mãe e meu pai que sempre me escutaram muito, às vezes até sem ver sentido nenhum no que eu estava falando, vocês são fundamentais. Obrigada a amigos, pessoas do passado e do presente, que de alguma forma contribuíram para o crescimento dessa pesquisa e dessa pesquisadora.

Um especial agradecimento ao MST que sempre se mostrou muito receptivo, sincero e aberto. Enquanto movimento é um exemplo de resistência, e em especial eu agradeço ao Coletivo LGBT Sem Terra que deu forma a essa dissertação e que abrilhanta a existência LGBTI+ no meio rural com graça, sabedoria e expertise. Muito obrigada pela disponibilidade de entrevista, pela demonstração do trabalho em crescimento e pela existência que extrapola as cercas sem cor estabelecidas pela norma cis-heteronormativa.

RESUMO

Esta dissertação visa estudar o contexto de existência do Coletivo LGBT Sem Terra, sob a influência de três momentos cronológicos fundamentais. E sua luta enquanto movimento social na defesa do Estado Democrático, pois este é constantemente ameaçado, além de vivenciar círculos pendulares de progressos e retrocessos democráticos, elementos que traduzem a ascensão de um governo por vias democráticas que tentam minar a estrutura estatal, sintoma de desdemocratização, central no enxugamento de direitos. Nesse aspecto, a pesquisa está centrada em responder o seguinte questionamento: levando em consideração a formulação dos movimentos sociais que culminaram na existência do Coletivo LGBT Sem Terra, enquanto espaço no meio rural para a diversidade de gênero e sexualidade, qual a participação do Coletivo LGBT Sem Terra na busca da efetivação democrática a grupos marginalizados? Como a comunidade LGBTI+ camponesa teve espaço através do Coletivo? O objetivo central se funda em perceber como a existência do Coletivo LGBT Sem Terra elabora um espaço de construção para um território que considere, também, o LGBTI+ camponês. Para tanto, o método é o hipotético-dedutivo. Ademais, trata-se de uma pesquisa exploratória com análise de pesquisas secundárias principalmente com enfoque no meio rural, entrevista semiestruturada por meio de livre consentimento. A transcrição literal da entrevista foi com fala coloquial e sua análise se deu por meio qualitativo. A dissertação está dividida em três capítulos. Os resultados obtidos por meio do trabalho demonstram o quanto a temática acerca da diversidade de gênero e sexualidade em contexto rural é inicial. Pesquisas com cunho exploratório são primordiais nessas áreas. Apesar de relatórios como o da CPT começarem a mostrar a existência LGBTI+ no campo é ainda muito primária e denota o quão invisibilizadas essas existências são. Os movimentos sociais, tal qual o MST e seu desdobramento - o Coletivo LGBT Sem Terra - são fundamentais para a busca pela efetivação democrática e o Coletivo no meio rural pode ser o indício de possibilidades diferentes de existência. Afere-se que o Coletivo LGBT Sem Terra está construindo com sabedoria.

Palavras-chave: MST. LGBTIA+. Território. Democracia.

ABSTRACT

This dissertation aims to study the context of the existence of the Coletivo LGBT Sem Terra, under the influence of three fundamental chronological moments. And its struggle as a social movement in defense of the democratic state, as this is constantly threatened, besides experiencing pendular circles of democratic progress and setbacks, elements that translate the rise of a government by democratic means that try to undermine the state structure, symptom of dedemocratization, central in the wiping out of rights. In this aspect, the research is focused on answering the following question: taking into consideration the formulation of the social movements that culminated in the existence of the Coletivo LGBT Sem Terra, as a space in rural areas for the diversity of gender and sexuality, what is the participation of the Coletivo LGBT Sem Terra in the search for democratic effectiveness to marginalized groups? How did the LGBTI+ peasant community find space through the Collective? The central objective is to understand how the existence of the Coletivo LGBT Sem Terra creates a space for the construction of a territory that also considers LGBTI+ peasants. To this end, the method is hypothetical-deductive. Furthermore, this is an exploratory research with analysis of secondary research mainly focused on rural areas, semi-structured interviews by free consent. The literal transcription of the interview was with colloquial speech and its analysis was done by qualitative means. The dissertation is divided into three chapters. The results obtained in this work show how much the theme about gender diversity and sexuality in a rural context is initial. Research with an exploratory nature is primordial in these areas. Although reports such as that of the CPT are beginning to show the existence of LGBTI+ in the countryside, it is still very primary and denotes how invisible these existences are. Social movements, such as the MST and its unfolding - the Coletivo LGBT Sem Terra - are fundamental in the search for democratic effectiveness, and the Collective in rural areas may be an indication of different possibilities of existence. The Coletivo LGBT Sem Terra is building with wisdom.

Keywords: MST. LGBTIA+. Territory. Democracy.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Edição Nº0 do jornal Lampião.....	28
Figura 02 - Solidariedade de alguns integrantes do grupo SOMOS em relação aos protestos dos metalúrgicos.....	29
Figura 03 - Convite para a denúncia da violência policial no “Ato Público dos Homossexuais”	30
Figura 04 - Representação da divisão dos dados de uma das tabelas do relatório anual dos Conflitos no Campo.....	43
Figura 05 - Esquema do resultado da convergência entre o movimento urbano LGBTI+ e a Luta pela Terra.....	63
Figura 06 - Caderno de Formação nº 5 Setor de Gênero.....	72
Figura 07 - Cartilha de Formação nº1 - Coletivo Nacional LGBT do MST.....	74
Figura 08 - Cartilha de Formação N.2 - Coletivo Nacional LGBT do MST.....	74
Figura 09 - Organização do Coletivo LGBT Sem Terra.....	77
Figura 10 - Campanha do governo Lula e a proposição de transição governamental.....	81

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 - Os conflitos no campo ao longo dos últimos dez anos.....	42
Gráfico 02 - Desigualdade entre homens e mulheres no campo.....	56

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - MST e Movimento LGBTI+ na ditadura militar.....	35
Quadro 02 - Integração do Coletivo LGBT Sem Terra ao MST com base na entrevista.....	74

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
1.1 Justificativa e relevância	14
1.2 Revisão de produção acadêmica	15
1.3 Problema de pesquisa	17
1.4 Metodologia	18
2 OS SEM-TERRA E OS INVERTIDOS: A PROXIMIDADE CONTRA UM ESTADO SEM DEMOCRACIA	22
2.1 LGBTI+ e MST: o rompimento das cercas ditatoriais	30
2.2 A formulação constituinte e suas resistências na elaboração do texto-base democrático	39
2.3 Um Estado (anti)democrático: a inviabilização da existência de movimentos sociais	42
3 EXISTÊNCIAS COLORIDAS ENTRE AS CERCAS CINZAS: O CAMPONÊS DESCONSIDERADO	50
3.1 A redemocratização e a desdemocratização	50
3.2 As representações da desigualdade no meio rural	55
3.2.1 O perfil do trabalhador rural	60
3.3 A diversidade de gênero e sexualidade no contexto rural	63
4 CONSTRUIR COM SABEDORIA: DIÁLOGOS E AÇÕES COM AS DIFERENÇAS PARA A RECONSTRUÇÃO DA DEMOCRACIA	69
4.1 Elaboração de um Coletivo Colorido entre as cercas patriarcais	70
4.2 O Coletivo Sem-Terra como carro chefe para um campo mais colorido	76
4.3 Perspectivas transitórias: aspectos da reorganização democrática	83
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	87
REFERÊNCIAS	90

1 INTRODUÇÃO

Democracia é um termo multifacetado quanto ao seu conceito. Sua ideia base é a escolha do povo a respeito dos seus representantes. Todavia, a complexidade envolta no tema pede a orientação do que vem a ser um sistema democrático ligado ao momento, lugar e sujeitos que influenciam, inclusive, na sua consolidação ou desmantelamento.

As garantias de direitos constitucionalmente estabelecidos como primários para um Estado de Direito Democrático são observadas no Brasil por comunidades indígenas e quilombolas, por exemplo, até 2015 que passíveis de cumprimento somente via judicial. Mas ainda que houvesse alguma efetivação, as possibilidades de entraves percebidas naqueles ganhos eram preocupantes para as comunidades, de acordo com Arruti e Held (2021). Ou seja, os direitos pleiteados, mesmo quando atingidos, tinham aspectos que poderiam conter até mesmo aquela prerrogativa conquistada.

Todo o processo de atuação na chefia do executivo brasileiro, em especial no golpista impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff, esteve marcado por preconceito de gênero. O retrato enquanto durona e mandona, descrita por Lima (2020), seria, na opinião da própria presidenta no período, incompatível com a definição de postura masculina. Além disso, tanto o ex-presidente Lula quanto Dilma foram relacionados à figura de ladrão, mas as semelhanças acabam nesse ponto, pois a performance de gênero e sexualidade do Lula nunca foi questionada.

Isso não é coincidência, mulheres em posição de autoridade tendem a ser masculinizadas. Na presente situação, havia questionamentos a respeito da vestimenta, por inadequação ao padrão de feminilidade, e dúvidas sobre sua heterossexualidade (LIMA, 2020). Nota-se, portanto, que o papel de líder é incompatível com o esperado de uma mulher. E, além disso, seu valor está assentado em estar ao lado de um homem. A violência direcionada à então presidenta possui um marco no dia 8 de março de 2015 quando, durante seu discurso a respeito do Dia Internacional da Mulher, foi alvo de misoginia durante um “panelaço” (LIMA, 2020).

Assim, o processo golpista de *impeachment* se liga à misoginia experienciada por Dilma Rousseff, além de promover a ascensão de um governo por vias democráticas que tenta minar a estrutura estatal. Governança por meio de *fake news*, negacionismo científico e predisposição ao fundamentalismo religioso permeiam o governo executivo brasileiro de Jair Bolsonaro, deixando de atender prerrogativas constitucionais, pormenorizando direitos individuais e coletivos. Entretanto, não é uma situação isolada, vários países se encontram em retrocessos democráticos e esse cenário tende a influenciar todas as ramificações da instituição democrática.

Na América Latina, o surgimento do neoconservadorismo integra o cerne do debate democrático, mas também é uma das causas da erosão na democracia (BIROLI; VAGGIONE; MACHADO, 2020). Desse modo, muitos dos aspectos extrapolam o limite nacional, havendo diversos sintomas por toda a região.

Como exemplo, pode ser mencionada a ligação entre os diferentes setores conservadores em diversas nações, principalmente no que tange a religiosidade. Além disso, Biroli, Vaggione e Machado (2020) percebem a utilização jurídica pelo conservadorismo para redefinir debates de acordo com seus interesses. Ou seja, o neoconservadorismo visa o controle sobre a elaboração do direito, que ultrapassa a normatividade e exerce a função simbólica das práticas, colocando algumas performances sexuais e de gênero como imorais na sociedade. Esse neoconservadorismo busca retomar o impacto na sanção de direitos, limitação dos corpos e rearranjo democrático de acordo com as próprias definições da garantia para as maiorias.

A relação entre território e a comunidade LGBTI+ exemplifica essa questão. Território, aqui, para além de espaço físico que também importa, mas não esgota a relação de poder determinada. A existência enquanto grupo vulnerabilizado se encontra a ideia de um espaço cerceado.

O processo de territorialização comporta como um meio pode guiar narrativas problemáticas em torno do gênero e da sexualidade. A disputa territorial ocorre tanto no meio rural quanto urbano. Isso porque o território também é espaço de poder, então os embates travados nele tem a capacidade de evidenciar a normatização e sexualização das relações estabelecidas. A própria noção inicial de desbravar um território carrega a inscrição enquanto um espaço feminino tomado pelo masculino. Ou seja, o corpo feminino carregaria a assinatura do domínio territorial (EFREM FILHO, 2017).

Portanto, o território enquanto espaço de poder confere àqueles fora da norma, fora do masculino, enquanto marcados para serem dominados. Nessa percepção, a violência do latifúndio provém da violência da sexualização (EFREM FILHO, 2017).

De acordo com Biroli, Vaggione e Machado (2020), há a correlação entre o ataque à diversidade de gênero e sexualidade e a desdemocratização, embora não seja de fácil constatação. Com isso, se antes as democracias já poderiam ser percebidas como falhas, principalmente para determinados grupos como os das mulheres, no contexto de erosão democrática essa vulnerabilização é potencializada e compromete o fundamento das garantias básicas.

Tal instabilidade e desconfiança na instituição governamental como garantidora de direitos progrediu até ser totalmente integrada ao discurso do presidente Jair Bolsonaro. Assim

ocorre o desmantelamento institucional por meio do próprio executivo brasileiro, o que Tilly (2007) denomina como desdemocracia. É um fenômeno que se distancia das antigas formas de ruptura institucional, pois “[...] se antigamente as democracias morriam sob a mira de um canhão, agora padecem lentamente de enfermidades, normalmente provocadas por aqueles que chegaram ao poder democraticamente.” (MARTINS, 2021, p.57)

A soma de eventos evidencia várias categorias da diminuição da instituição democrática. Ataques violentos incentivados pelo discurso desde a campanha eleitoral à presidência de Jair Bolsonaro revelam, segundo Araújo (2020), um aumento das matérias jornalísticas que indicam agressão contra pessoas LGBTI+¹. Além disso, ações que diminuem o acesso cívico aos debates estatais e a diminuição de políticas públicas imprescindíveis para a manutenção de direitos básicos reforçam o enxugamento da instituição democrática.

Considerando o contexto, dois elementos são essenciais: o enfraquecimento institucional por vias internas e a caracterização de oponentes como vilões que devem ser totalmente combatidos. O governo federal, a partir de Michel Temer, enfraqueceu a liberdade da conquista de território por meio do discurso violento e extinguiu ministérios, como o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Em resumo, minou a estrutura democrática brasileira, utilizando brechas e usando do poder embutido no executivo para efetivação de um governo desrespeitoso quanto às delimitações democráticas.

A desvalorização na administração executiva federal a partir do governo Jair Bolsonaro faz com que ocorra a diminuição ou até mesmo extinção - em alguns casos - de cargos de servidores públicos com capacidade técnica. A intenção em substituir um profissional por outro com menor especialidade parece um sinal claro de um governo que mina o Estado, ou seja, um sintoma nítido da desdemocracia ao buscar o desmonte de políticas por dentro do poder executivo.

O desmonte estatal e a reversão dos seus princípios básicos acompanha o discurso presidencial intolerante, favorável a conflitos e contra a ciência. É uma postura que reverbera no aumento da violência e agressão aos grupos de lutas ambientais e sociais, que controla o território por meio de falas e ações violentas, como contra os Sem Terra e LGBTI+. Ações que foram protagonizadas por apoiadores de Bolsonaro e demais grupos políticos que se colocam contrários a essas minorias sociais.

¹ O acrônimo utilizado acompanha a resolução da Aliança Nacional LGBTI+. Todavia, dado o nome do Coletivo LGBT do MST fazer uso da sigla LGBT, esta poderá ser contemplada como mais adequada dado o momento transcorrido na pesquisa. Vale salientar que a diversidade de gênero e sexualidade é plural, necessária de definição, acessibilidade e visibilidade a todos os indivíduos.

O aumento da violência rural, como apontam os dados coletados pela CPT nos últimos dez anos, houve uma diminuição nos casos de conflitos no campo entre 2012 e 2015. E, talvez não coincidentemente, a partir de 2016, ano do *impeachment*, ocorreu um abrupto aumento no índice de conflitos no campo. Demonstrando a instabilidade atingida desde então.

O governo executivo federal de Jair Bolsonaro criou um programa denominado “Titula Brasil” que atribui a regularização às prefeituras. Na reportagem do Brasil de Fato (2022), é demonstrado que o aplicativo criado para esse fim tem como foco a Amazônia Legal. Foi um plano de regularização territorial elaborado muito rápido, favorecendo determinados grupos - como prefeitos latifundiários - e somando prejuízos à assentados e a movimentos como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST que, em entrevista à Revista Veja (2022), apontam a perspectiva da intenção de prejudicar movimentos que objetivam a reforma agrária, além de favorecer a grilagem e deixar a “boiada passar” do governo Bolsonaro, segundo reportagem do Século Diário (2022). É um projeto que busca facilitar a incorporação de territórios às oligarquias rurais.

O projeto é contrário às intenções dos movimentos sociais, o que leva Paulo Alentejano, por meio do Brasil de Fato (2022), a estipular um aumento nos conflitos. O título de propriedade privada oferecido pelo programa chama muita a atenção. Entretanto, o foco de tal trabalho não é favorecer aqueles sem-terra, que até se apresentam contra a iniciativa, conforme apontam a Revista Veja (2022), o Brasil de Fato (2022) e o Século Diário (2022).

Desse modo, nota-se a intenção de extinguir a luta de alguns grupos. Isso porque o programa visa minar a luta pela terra defendida pelo MST que extrapolam a objetividade de ter um pedaço de terra. É sobre isso também, mas trata-se de uma reforma agrária que garanta acesso igual ao território, produção e alimentação.

Outro aspecto que reafirma esse fato é a disseminação do mito da ideologia de gênero, sem nenhum viés científico, prega a falsa concepção que falar sobre gênero ou sexualidade irá tendenciar a orientação do indivíduo. Criado e propagado por um viés político ao qual governo federal de Jair Bolsonaro se relaciona, notícias falsas sobre “kit gay”² promoveram uma

² Na realidade, se tratava do Escola Sem Homofobia. E, apesar do termo indecoroso, era um projeto com a adequação à faixa etária de materiais para incentivar o fim do preconceito a respeito da diversidade nas escolas. Reportagem sugerida é acessada por meio desses links: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/12/politica/1539356381_052616.html; <https://portal.aprendiz.uol.com.br/2015/02/11/vetado-por-bancada-religiosa-escola-sem-homofobia-e-disponibilizado-na-rede/>; <https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/kit-gay-o-que-e-mito-e-o-que-e-verdade-b60i8lo4osb19tsf2du8bmr54/>.

candidatura violenta, preconceituosa e descolada da realidade, sendo muito prejudicial aos setores da sociedade ligados à temática de diversidade de gênero e sexualidade.

Isso porque, já havia um estigma sobre sexualidades e gêneros que não correspondem ao padrão cis heteronormativo. Isto é, fugindo à norma homem e mulher cis e heterossexuais. E então passa a uma condenação mais explícita, mentirosa e preconceituosa dessas existências. Ser LGBTI+, nessa conjuntura, intensificou as dificuldades.

Portanto, a existência do Coletivo LGBT do MST, cerne da luta pela terra e resistência LGBTI+ no movimento, foi primordial. De acordo com Fileto (2020), a presença de um espaço para os agentes socioambientais LGBTI+ viverem plenamente sua existência, além de poder dialogar a respeito, foi essencial. Em outras palavras, a manutenção de uma rede de apoio para a pessoa LGBTI+ é fundamental e, se esse espaço é capaz de instruir debates que desconstruem preconceitos, o torna mais indispensável ainda.

É evidente que há violação às delimitações constitucionais. O desdém está claro tendo em vista, também, as garantias corrompidas no meio rural em vários âmbitos: comunidades quilombolas, indígenas, sem-terra, ribeirinhos e outros. Constituindo uma conjuntura com aumento de vulnerabilização e riscos quanto às garantias básicas aos coletivos marginalizados. Um cenário afetado pela criminalização das políticas sociais e ambientais, além da desconstrução da instituição estatal, por meio da desconstituição de ministérios e falta de acesso para a fiscalização da sociedade civil.

Dentro desse cenário de retrocessos democráticos culmina a pesquisa a respeito da correlação da questão territorial por meio do contexto rural e a diversidade de gênero e sexualidade. Isso porque, dado o cenário posto e a relevância na intersecção entre o contexto rural e as questões LGBTI+.

1.1 Justificativa e relevância

A desvalorização das pessoas que ocupam o meio rural está assinalada na mecanização desenfreada, que não considera seus trabalhadores; na informalidade, que assola, principalmente, pessoas pretas e pardas; além da subalternização da mulher, tida com menor valor em relação ao homem. Aliás, são essas as duas únicas possibilidades, desconsiderando qualquer outra existência que não corresponda a binaridade de gênero e sexualidade (homem e mulher/heterossexual).

Nessa toada, é relevante a investigação das pessoas do meio rural que se compreendem enquanto LGBTI+. Não se trata de abordar dois movimentos distintos - o movimento de luta pela terra e a comunidade LGBTI+. Mas sim de explorar os interesses mútuos desses movimentos, que marcam existências no meio rural e que foi necessário para surgir o Coletivo LGBT Sem Terra, símbolo da atuação do MST para integração social de todos os indivíduos camponeses. Neste trabalho, a personificação da relação entre LGBTI+ e território, denotando como os espaços físicos e de poder lidam com essa comunidade.

A existência do indivíduo como partícipe da luta pela terra e enquanto sujeito LGBTI+ estabelece especificidades quanto, até mesmo, os espaços que ocupa (FILETO, 2020). Essas particularidades estão se tornando um novo enfoque de análise desde o estabelecimento do Coletivo LGBT Sem Terra do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Ou seja, o surgimento do Coletivo LGBT Sem Terra motivou pesquisas que possuem como foco a proximidade das questões de diversidade de gênero e sexualidade associadas ao meio rural.

Os estudos a respeito da realidade camponesa não abarcam a temática da diversidade de gênero e sexualidade. Às vezes por não ter relação com a interconexão do sujeito e sua produção ou, também, pela temática parecer não estar sobre o foco de pesquisas, considerando a estrutura cisheteronormativa que permeia o olhar sobre as realidades. Podendo, além disso, terem desconsiderado essa diversidade para a compreensão das realidades locais (GONTIJO; ERICK, 2015). Assim, a parte esmiuçada da diversidade de gênero e sexualidade esteve, geralmente, focada na homossexualidade do homem cis branco urbano.

A pesquisa a respeito desse tema possui a oportunidade da exploração de existências do campo, relacionado a luta pela terra e a diversidade de gênero e sexualidade. Extrapolando o uso cis-heteronormativo para estabelecer a relação dessas pessoas com o meio. Por isso, utiliza-se a nomenclatura ‘agentes socioambientais LGBTI+’ como forma de tornar explícita a junção enquanto pertencente ao meio rural e a comunidade LGBTI+. Estabelecendo, desse modo, um estudo voltado à lacuna entre as pesquisas sobre o meio rural e a diversidade de gênero e sexualidade.

Isso se justifica pela inexistência de dados sobre os camponeses LGBTI+ que acabam sem políticas públicas e estatísticas próprias. A violência direcionada a esses indivíduos por conta da sua diversidade de gênero e sexualidade carecem de informações, se tornam invisíveis a métrica de coleta de dados. Nesse cenário, há um esforço por parte de alguns dos próprios

movimentos de luta pela terra para incluir as pessoas LGBTI+ ao movimento, como o Coletivo LGBT Sem Terra; Coletivo LGBTI da Via Campesina³ e outros.

Portanto, reforçar o arcabouço teórico a respeito da diversidade de gênero e sexualidade no meio rural a partir de uma pesquisa exploratória, a qual se propõe, é viabilizar esse estudo. Com isso, de forma singela, incorpora aos textos iniciais rumo à exploração à temática LGBTI+ do campo. Desse modo, ao perceber o Coletivo LGBT Sem Terra coloca-se em destaque a realidade invisibilizada.

A diversidade sexual e de gênero envolvem outros aspectos da vida que devem ser contadas, assim como o contexto rural. Enquanto a experiência cisheteronormativa é a regra, o posicionamento que foge a essa lógica imposta existe como “nível local de resistências” (GONTIJO; ERICK, 2015, p.29). Ou seja, os estudos podem encontrar nesses cenários uma rica fonte sobre os fenômenos reais acerca da manutenção identitária apesar – e, às vezes, por causa – do meio social. Surgindo a necessidade de investigar a diversidade de gênero e sexualidade em contexto rural e etnicamente diverso do estabelecido, o qual seja o foco comumente direcionado a diversidade de gênero e sexualidade de pessoas brancas e urbanas.

1.2 Revisão de produção acadêmica

A revisão de produção acadêmica demonstrou a escassez de trabalhos produzidos, apesar de uma certa ascensão após 2013. Esse aumento deve-se à criação de diálogos dentro do MST, por exemplo, de agentes ligados ao movimento que são LGBTI+. Estabelecendo novas conexões no sentido de incentivar a desconstrução hegemônica em relação a concepção de gênero e sexualidade, além dos já abordados envolvendo a questão territorial. É importante mencionar que muitos trabalhos utilizam o termo LGBT para a comunidade e esta pesquisa pretende utilizar LGBTI+ acordando a perspectiva brasileira.

Encontra-se um singelo número de trabalhos na investigação de agentes socioambientais LGBTI+. Isso porque são coletivos voltados às questões socioambientais, preocupados em se posicionar contra a perspectiva ocidental, invisibilizados pela questão racial e, que também tiveram seus meios afetados pela cultura hegemônica por meio da estrutura patriarcal, binarismo de gênero e machismo. A revisão demonstrou o estado da arte da temática, revelou que há termos iniciais a serem pesquisados para propiciar o avanço da área.

³ A Via Campesina trata-se de uma organização internacional que conecta os movimentos sociais rurais. Dada sua dimensão, torna-se relevante a conexão dela a temática relacionada a diversidade de gênero e sexualidade.

Percebe-se que há o desenvolvimento de pesquisas na temática da zona rural e sobre as questões da diversidade de gênero e sexualidade, mas são escassas as pesquisas que abordam sobre a intersecção de ambas (GONTIJO; ERICK, 2015). Por isso, a diversidade de gênero e sexualidade no contexto rural possui uma gama limitada de trabalhos. O critério de pesquisa visava textos que relacionassem a pauta da diversidade de gênero e sexualidade ao contexto rural sem delimitação temporal, pois qualquer estudo desenvolvido a respeito da temática possuía relevância inicial para a elaboração do estudo. Foram pesquisados em diversos repositórios acadêmicos, como: UFGD, UFRJ, UFBA, UFG, UFRS, UFSC, UFF, Biblioteca Digital de Teses e Dissertações, Periódicos CAPES.

A produção intitulada “A construção do debate de gênero e diversidade sexual no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra” de Cordeiro (2019) está focada na intersecção das pautas de gênero, sexualidade e luta pela terra. Em razão disso, descreve como as rodas de diálogo possibilitam o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra a integrar a temática nos seus eventos. É significativo perceber, para a pesquisa desenvolvida, como as pessoas foram construindo espaços nos quais foi possível dialogar a respeito de suas existências.

Para concluir, o autor da dissertação supramencionada, Cordeiro (2019), defende que a constituição da Reforma Agrária Popular ultrapassa os limites do debate de gênero e sexualidade para enfrentar toda a cultura Ocidental. Ainda assim, a existência da construção do LGBTI+ Sem Terra faz com que o movimento seja fortalecido rumo a romper com a lógica do latifúndio e da terra ocupada pelo MST “[...] para construir novas formas de viver, produzir, amar e existir.” (CORDEIRO, 2019, p.94).

Na obra “Colorindo a luta pela terra: espacialidades LGBT nos movimentos socioterritoriais do campo brasileiro” autoria de Fileto (2020) é buscado o encontro geográfico entre luta pela terra e comunidade LGBTI+. Isso se justifica pelo abandono da geografia a tais questões. Ao fim, a investigação da identidade do LGBTI+ Sem Terra chegou ao ponto de se caracterizar por essas pautas em conjunto. É latente a mensagem passada no trabalho a respeito da construção subjetiva e literal do espaço. Importante, além do mais, perceber a infinidade de meios temáticos para esmiuçar a questão LGBTI+ no contexto rural.

É possível perceber que a elaboração do Coletivo LGBT do MST baseado na junção desses movimentos pelos agentes pertencentes a ambos não cria um cenário de total apoio e segurança dentro do MST. Mesmo assim, é uma união que faz sentido dado todo o cenário político e contexto de luta como minoria, ambas as causas perdem nas recessões de direitos e aumento do ataque - principalmente - quando somadas as lutas pela terra e a comunidade LGBTI+.

Alguns outros trabalhos envolvem Ruth Landes (1967) que se surpreendeu com as práticas homoafetivas na Bahia e escreveu a respeito, além de Peter Fry (1974) que se viu inspirado pela primeira pesquisadora (GONTIJO; ERICK, 2015). Cabe mencionar a dissertação “Os afectos mal-ditos: o indizível das sexualidades camponesas”, por Ferreira (2006), trabalho que denuncia a falta de referência e evidencia a realidade dentro de sua especificidade pesquisada.

Ferreira (2006) denuncia a associação do corpo do sujeito camponês a algo puro, centrado na produção e reprodução. Nesse estudo, está evidente a crítica sobre a leitura de pureza associada à existência dos indivíduos rurais.

Majoritariamente, as obras produzidas dão enfoque para a inobservância da temática. As inquietações a respeito da escassez de trabalhos na área são diversas, como: aqueles que se debruçaram sobre as questões rurais não perceberam a diversidade de gênero e sexualidade. E, ainda, quais os motivos dos trabalhos que estão direcionados a diversidade de gênero e sexualidade que, em sua maioria, não consideram o contexto rural.

1.3 Problema de pesquisa

O ponto central é a questão social da luta pela existência no território dos povos vulnerabilizados LGBTI+. Visando investigar como os agentes pertencentes à comunidade LGBTI+ e vinculados à luta pela terra são destinados pelo sistema, isso considerando um contexto que visa o desmantelamento da instituição estatal e a eliminação dos grupos socialmente marginalizados.

Levando em conta, ainda, a invisibilidade dessa pauta, há a necessidade de indagação em relação aos bloqueios às atuações de LGBTI+ na luta pelo seu território que poderia tornar explícita o atual contexto de desdemocracia. A ascensão do discurso conservador de desmonte estatal e ataque a minorias - o que aumentou a violência - demonstra esse cenário de desconstituição dos caminhos para acesso a direitos, segundo Arruti e Held (2021).

Mencionando, ainda, o habitual esquecimento a respeito da realidade encarada no contexto rural e, além disso, de diversas vezes que a diversidade de gênero e sexualidade não é mencionada ou aprofundada nos estudos. Motivando o trabalho a pesquisar os agentes socioambientais LGBTI+ por meio de grupos como o Coletivo LGBT Sem Terra. Apresentando, então, a seguinte problemática: levando em consideração a formulação dos movimentos sociais que culminaram na existência do Coletivo LGBT Sem Terra, enquanto espaço no meio rural para a diversidade de gênero e sexualidade, qual a participação do Coletivo

LGBT Sem Terra na busca da efetivação democrática a grupos marginalizados? Como a comunidade LGBTI+ camponesa teve espaço através do Coletivo?

Nisso, o objetivo geral está centrado em perceber como a existência do Coletivo LGBT Sem Terra elabora um espaço de construção para um território que considere, também, o LGBTI+ camponês. Claramente, trata-se de uma pesquisa exploratória, que visa investigar os termos iniciais de um Coletivo recente.

E, por sua vez, os objetivos específicos possuem três desdobramentos, que são: o apontamento das características de formação dos movimentos, acompanhando a historicidade da estrutura territorial no Brasil por meio das suas normatizações; a identificação do cenário disposto para a existência enquanto LGBTI+ no campo; determinar o espaço possibilitado pelo Coletivo LGBT do MST para a diversidade de gênero e sexualidade.

1.4 Metodologia

O objeto de estudo abarca a diversidade de gênero e sexualidade no contexto rural. Mais especificamente, o Coletivo LGBT Sem Terra com o papel fundamental da integração da diversidade de gênero e sexualidade no meio rural, marcado por um período temporal de desdemocracia, desde a destituição criminosa do governo de Dilma Rousseff ao mandato presidencial de Jair Bolsonaro (2016-2021).

Partindo da percepção de novos grupos que ascendem e demonstram as suas existências a respeito das experiências dos agentes socioambientais LGBTI+, como o próprio coletivo. Então, trata-se de uma pesquisa exploratória, com abordagem qualitativa de natureza teórica. A forma de levantamento de dados se deu por meio da entrevista semiestruturada, análise das referências bibliográficas e documentais.

Os referenciais quanto à diversidade sexual e de gênero no contexto rural são poucos. Assim, os termos cunhados por Butler (2003) são esclarecedores. Além disso, os trabalhos exploratórios desenvolvidos nesta temática são fundamentais.

Os marcos teóricos consistem em Biroli (2020), fundamental para a compreensão da correlação de erosão democrática e pauta de gênero e sexualidade. Efrem Filho (2017) pelo estudo sobre território para além de espaço físico, estabelecendo os significados que os espaços também estabelecem sobre poder.

Neste contexto, utilizando o método hipotético-dedutivo, seguindo os ensinamentos de Becker (1997) e Dunleavy (2003), a pesquisa se debruçou nas seguintes hipóteses:

1. A formação do Estado brasileiro estabeleceu uma relação colonial que se perpetua em vários níveis dentro do próprio país. Com isso, a existência de organizações a favor de mudanças para uma democracia menos protocolar e mais real, não só é incômoda, como também, ameaça.
2. A democracia brasileira é seletiva. Assim, a desigualdade e exclusão social estão presentes e assinalam quem possui acesso aos direitos mínimos, invisibilizando as existências LGBTI+ no campo ou às permitindo visibilidade de maneira inferiorizada pela ridicularização pela fuga do padrão.
3. Uma governança turbulenta e violenta dificulta o diálogo e a aceitação de pessoas LGBTI+ no contexto rural, dentro do seu próprio movimento, além de dificultar a elaboração das atividades do Coletivo LGBT Sem Terra no sentido de elaboração pedagógica das existências.

A entrevista se deu por meio de termo de livre consentimento, foi um modo de viabilizar o contato com o objeto de estudo sem as dimensões institucionais as quais possuem prolongada demora que não se encaixa ao contexto da pesquisa. Assim, viabilizando essa movimentação e novo patamar para a pesquisa, o método de entrevista por meio do livre consentimento viabilizou tal formulação acadêmica que possui suas limitações, mas através de pesquisas bibliográficas e do contato com o Coletivo LGBT Sem Terra pode existir.

A entrevista semiestruturada ocorreu via google Meet pela distância entre entrevistada e entrevistadora. Além disso, tratava-se de uma pessoa com a agenda corrida o que tornou primordial a flexibilidade que a reunião online proporcionou. O encontro foi possível por meio da busca pelo próprio MST, por onde consegui contato da representante estadual no Mato Grosso do Sul do Coletivo LGBT Sem Terra. Ela foi muito solícita e se resguardou ao direito de passar qualquer informação apenas com a autorização de sua responsável no Coletivo. Após alguns diálogos e e-mails foi possível realizar a entrevista de duração de uma hora. A entrevista é sigilosa, resguardado o nome da entrevistada, assume-se o nome fictício de Antônia Orbe.

Os elementos de pesquisa estão pautados, também, na coleta dos dados produzidos por meio da Comissão Pastoral da Terra (CPT) nos últimos dez anos. Esse recorte temporal se justifica pelas condições políticas no transcorrer do tempo, haja vista perpassar um período do governo Dilma Rousseff, todo o processo de *impeachment*, o governo do Michel Temer, período de eleição com a candidatura e a vitória de Jair Bolsonaro. Além disso, pretende-se respaldar a pesquisa, também, nas fontes documentais produzidas pelo Movimento dos

Trabalhadores Rurais Sem Terra e pelo próprio Coletivo LGBT Sem Terra, e referência bibliográfica que nortearam a pesquisa, na qual a abordagem dos resultados terá cunho qualitativo.

As outras fontes secundárias - como o relatório da DIEESE e OXFAM - foram primordiais para o acesso a dados e perspectivas caras ao recorte desta pesquisa que se encontra centrada em reconhecer a existência LGBTI+ no campo, bem como seus desafios. O aproveitamento da revisão bibliográfica irá complementar o arcabouço de fichamentos a fim de aprimorar conceitos e teorias que darão respaldo na construção do trabalho final.

A dissertação está estruturada em três capítulos. O primeiro capítulo irá apontar algumas características de formação dos movimentos (MST e LGBTI+), acompanhando a historicidade da estrutura fundiária a partir das normatizações brasileiras. Sendo basilar os estudos de Fernandes (2012) e Quinalha (2018).

O segundo capítulo objetiva demonstrar as desigualdades no meio rural que o processo histórico preservou. Apontando, assim, o quanto as exclusões sociais não são frutos do acaso. A partir disso, visa estampar o cenário rural disposto para o LGBTI+ camponês. Nesse momento, são relevantes teorias como a de Biroli (2020), Tilly (2008) e Gontijo e Erick (2015). Além das análises dos dados obtidos por meio das fontes secundárias de pesquisa.

O último capítulo, por sua vez, abordará esse momento de reconstrução democrática, elaborando sobre a existência do Coletivo LGBT Sem Terra. Sendo, portanto, primordial pela realização da entrevista que tem como finalidade esclarecer a perspectiva de agente do próprio Coletivo LGBT Sem Terra sobre sua existência e luta.

Desse modo, a pesquisa visa reafirmar a existências de indivíduos como as pessoas LGBTI+ representadas pelo Coletivo LGBT Sem Terra, explorando os elementos constituintes dessa luta. Os dados a respeito dos agentes socioambientais LGBTI+ são inexistentes. Demais dados necessitam das ações entre grupos específicos e matérias jornalísticas. Cabe mencionar que a entrevista foi imprescindível para esta pesquisa, além de que a falta de dados denota o quanto determinados grupos são desassistidos.

O presente trabalho está sendo realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES). Além disso, o estudo é realizado na Universidade Federal da Grande Dourados, no Mestrado Interdisciplinar de Fronteiras e Direitos Humanos, estando de acordo com a Linha de Pesquisa 3 - Identidades, diversidades e direitos socioambientais.

Torna-se importante localizar essa pesquisa enquanto existente em uma Universidade Federal atingida pelos efeitos da negação da ciência, situada numa região de conflitos socioambientais. Portanto, o trabalho desenvolvido a respeito dos agentes socioambientais LGBTI+ nesta região e durante o momento histórico, haja vista o desgoverno de Jair Bolsonaro e a pandemia, fazem da pesquisa a parte de um instrumento político de luta antidiscriminatória a toda intenção de privação das ciências e das existências.

O momento de produção dessa pesquisa é fundamental e reflete no resultado obtido. Ela perpassa o mandato de Jair Bolsonaro na Presidência da República brasileira. Um governo marcado com altos indícios de fascismo como o nacionalismo exacerbado, fake news e a ideia de um governo para a maioria.

Cabe pontuar que houveram as acirradas eleições de 2022, na qual boa parte das nações ocidentais democráticas estavam apreensivas. Isso aconteceu pelo caráter anti-democrático de governo e política na condução da nação. Com a vitória do Presidente Lula as manifestações de parabenização ao presidente foram imediatas, isso para demonstrar o apoio externo ao sistema democrático do Brasil e a confiança nas ferramentas de eleição.

A fase é de transição, reconstrução da democracia do país, marcada por um Congresso conservador, que aprovou a medida provisória de organização do governo Lula aos quarenta e cinco do segundo tempo, quase nos finalmentes mesmo. Isso demonstra a dificuldade de rearranjo, mas ainda assim uma tentativa de uma nova construção da democracia, onde existem medidas de pesos e contrapesos.

A pesquisa realizada perpassa o momento de desmantelamento da democracia, da invisibilização de sujeitos, direitos e lutas e se finaliza no momento em que o discurso do ministro dos Direitos Humanos, Silvio Almeida no qual ele coloca todos os indivíduos como importantes para o Estado.

2 OS SEM-TERRA E OS INVERTIDOS: A PROXIMIDADE CONTRA UM ESTADO SEM DEMOCRACIA

O país foi forjado na agricultura de exportação. Instaurado o sistema *plantation* pela coroa portuguesa na América, estabeleceu o padrão de produção das suas colônias, inclusive no Brasil. Latifúndios de monoculturas que exploram a mão-de-obra e são voltados à exportação

não respondem a uma lógica recente. Assim, a forma com a qual o agronegócio estabelece sua produção está amalgamado com a maneira de produção implementada nas colônias a partir do século XV. Atualmente é regido pelo *boom* de produtos primários como soja e café, pela lógica das *commodities* - como mercadorias de baixa ou nenhuma transformação e com renda variável. Nessa lógica, a produção está atrelada ao que pede o mercado. Indicadores disso são os dados levantados pelo censo do IBGE em 2017, demonstrando o aumento da concentração de terra, pois apesar de haver maior número de estabelecimento rural voltado para agricultura familiar, o que de fato aumentou foi o tamanho dos territórios concentrados. Nesse sentido, a sua produção do agronegócio não está voltada à garantia de alimentos, dados levantados por Junior e Goldfarb (2021) apontam que houve um aumento de produção em 2020 ao passo que cresce a insegurança alimentar.

A agropecuária não está focada no mercado interno. Visando a demanda do mercado externo, fez com que a taxa de produção dos principais produtos da cesta básica caísse de 24,7% (em 1998) para 7,7% (em 2018) (PORTO-GONÇALVES, 2020). Voltado para essa demanda externa, deixa que o mercado interno lide com suas mudanças de produção ou escassez de produtos. Nesse cenário, o óleo de soja subiu 104%, indicando o elemento que foi responsável pela metade da inflação nesse aumento: os alimentos. Assim, a insegurança alimentar - comer mal - e a fome - não ter o que comer - aumentaram (JUNIOR; GOLDFARB, 2021).

A distribuição de territórios desde o período da invasão portuguesa esteve pautada na acumulação de riquezas das oligarquias. Portanto, aqueles que detinham terras eram favorecidos com a colonização do Brasil. Com isso, a herança da distribuição de terras está amalgamada com aqueles que exploravam o território brasileiro. E a obtenção de território está atrelado ao poder político conferido a poucos.

Nisso, o domínio territorial determina quem possui o poder. Nesse sentido, pessoas sem-terra, negros, pardos, indígenas, pobres, mulheres e LGBTI+, a título de exemplo, não possuem riquezas. Isso porque no sistema de domínio territorial eles eram os dominados, subjugados à lógica do colonizador europeu (EFREM FILHO, 2017).

Após a independência do país, quando sua atividade não estava totalmente à mercê da coroa portuguesa, foi estabelecida a Lei de Terras de 1850. Com ela, a terra se torna uma questão de comércio, instituindo a propriedade – e não a posse – como instrumento legal de aquisição e manutenção do território. Diante desse cenário, certos grupos não tinham formas de conseguir a propriedade territorial, como pessoas pobres, ex-escravizados e imigrantes.

A Lei de Terras foi responsável por tornar o território uma mercadoria, e esteve centrada na não concessão de território para pobres, imigrantes e ex-escravizados. Isso porque a definição do pertencimento se dava somente pela propriedade e a aquisição apenas por meio da compra ou doação. Com esse cenário desenhado, os territórios devolutos poderiam ser dispostos de acordo com o interesse da União.

Então, muitos proprietários de terras aumentaram o tamanho de suas propriedades, refaziam o documento que comprova e colocavam numa caixa com grilos. Com isso, os papéis ficavam com a aparência de velho e burlavam a real delimitação de suas terras por meio da falsificação, conhecido como grilagem (STEDILE; FERNANDES, 2005; FERNANDES, 2012). De acordo com Martins (1999) esse momento é um marco para a forma do estabelecimento da questão agrária no Brasil. Além do mais, a escravização indígena e negra no Brasil, que perdurou por quase quatro séculos, sendo o último país das Américas a abolir, foi capaz de descartar pessoas. Após a Lei Áurea e a transição sem escravização, não houve readequação. Alguns continuaram trabalhando por quase nada e outros foram simplesmente jogados, passando a compor a margem da sociedade.

Essa conjuntura histórica permeou a determinação do território como espaço objetivo e subjetivo de performance do poder. Àqueles marginalizados não tiveram acesso a terras, ao poder de compra ou venda, foram dominados e quando conveniente simplesmente descartados, nunca alocados na lógica social, mas postos à margem.

A abolição da escravatura possibilitou novas faces do racismo estrutural. Privados do acesso ao trabalho, ensino e condição digna de existência como método para o apagamento do negro e florescimento do padrão europeu branco e civilizado como o melhor. Resultando na indisposição de recursos para a manutenção dos antes escravizados, com subempregos e moradias à margem dos centros urbanos. Estando relacionado com a entrevista, na qual Antônia Orbe (2023) suscitou algumas formas de violência em relação ao Sem Terra LGBTI+. Dentre os aspectos, menciona a fala, vestes e fenótipos, características amplamente relacionáveis com aqueles sem acesso ao território.

As legislações mantiveram esse estado, como o Estatuto da Terra, que manteve o sistema instituído nas sesmarias, e mantinha quem tinha capital no domínio da terra. Por meio do Estatuto, foram estabelecidas as divisões das terras devolutas ou aquelas que não cumpriam a função social. Todavia, a decisão partia do Judiciário que esteve alinhado à ditadura militar. Portanto, a lei nunca teve efetividade em relação a sua finalidade.

As relações econômicas e a exploração do trabalhador rural, presente na produção agrícola, foram modificadas ao longo do tempo. Por meio da automação da agricultura brasileira na década de 1970, foi possível tornar ainda mais as lavouras em um produto capitalista. Além do mais, a mão-de-obra camponesa estava descartada de forma bastante abrupta, reiterando as desigualdades provocadas pelo domínio hegemônico presente nas atividades rurais dos papéis históricos de explorador e explorado.

O endividamento externo brasileiro auxiliou a modernização do campo, formulando a forma de agricultura consolidada (VIANA JÚNIOR, 2020). Sendo assim, é possível inferir que os empréstimos que possibilitaram o dito “milagre econômico” e a mecanização privilegiou, por exemplo, as oligarquias rurais. De acordo com Souza (2016), partindo das análises do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF), o “milagre” foi mais favorável à concentração de riquezas, além de integrar um considerável aumento na desigualdade social no país.

Nesse histórico, percebe-se a definição do território para além de um espaço de terra, mas também de disputa de poder. Impondo o domínio de alguns sobre outros, seja por meio de determinações legislativas (como o Estatuto da Terra), decisões judiciais (tais quais as que desconsideravam a redistribuição de terras) ou executivas (como ocorreu durante a ditadura militar, favorecendo determinados grupos).

Houve diversas organizações interessadas na regulação da questão fundiária. Os movimentos ligados à distribuição igualitária da terra, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), são resultado da luta pela terra estabelecida desde a chegada da coroa portuguesa no Brasil. Portanto, o nascimento do MST está ligado a uma série de fatores históricos de falta equidade da garantia ao acesso à terra. Não existente ao acaso, mas por um processo extensionista intencional, potencializador da desigualdade social brasileira (OLIVEIRA, 2013).

No momento da ditadura militar torna-se evidente uma problemática histórica, a reforma agrária (MARTINS, 1999). A questão agrária, portanto, enredou a forma com a qual a concentração de terras foi capaz de se perpetuar. Desde a instituição de divisão do território pelo país colonizador, perpassando separação territorial da colônia por Portugal até o Estatuto da Terra – e legislações subsequentes – a redistribuição nunca esteve seriamente presente, mas sim um compilado de interesses do Estado e das elites (BOTELHO, 2020).

Também fica fácil notar porque nunca se conseguiu de forma expressiva democratizar o acesso à terra pela reforma agrária distributiva. Ora, simplesmente porque o caráter político, econômico e social que a terra possui

permite que os grupos históricos permaneçam em seus antigos postos de dominação e privilégios, mesmo num país formalmente independente e, hoje, dito democrático. (BOTELHO, 2020, p.59).

Os discursos para ocupação de espaços vazios eram apenas ilusórios. Isso porque, apesar do uso da temática reforma agrária, o governo e as demais instâncias de influência política nunca estiveram realmente vinculados a essas questões. Tanto que fazendo o uso de uma desculpa para resolver a questão da terra para pequenos camponeses, o governo foi capaz de atender às solicitações dos grandes latifundiários. Assim, pode-se resolver a problemática e envolver esses trabalhadores no discurso de alocação territorial quando o objetivo era a exploração de recursos.

É possível notar como estava tudo enquanto um projeto para massacrar e impedir a existência de pequenos produtores. Desde a mecanização rural, que, segundo Mueller e Martine (1997), da forma que aconteceu - concentração fundiária e privilégio das elites - foi motivo para um forte êxodo rural na década de 1970. Até mesmo a propaganda para ocupação da Amazônia, os interesses dos governantes antidemocráticos eram evidentemente contra os trabalhadores rurais durante o governo ditatorial. Nota-se que visavam privilegiar latifundiários e empresas internacionais.

O plano do governo militar era claro: manter sob controle – e a qualquer custo – os sem-terra. Diminuindo os conflitos de terra, impedindo assentamentos, violação a propriedades ou terras devolutas. Toda essa ação governamental intensificou o problema na questão da concentração de terras no país (FERNANDES, 2012). Notadamente, as reivindicações e organizações políticas dos trabalhadores camponeses eram reprimidas.

Nesse cenário houve a criação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) onde estabeleceu uma nova forma de perceber a luta pela terra. A sua fundação se iniciou com o objetivo de interromper a violência enfrentada pelos posseiros no Norte e no Centro-Oeste brasileiro. Então o objetivo inicial visava enfrentar problemas regionais, enfrentando a violência estatal em relação aos camponeses. Os Bispos da igreja católica fundaram pleno regime militar, em 1975.

É evidente e compreensível a postura do governo militar. Evidente no sentido de instrumentalizar a mecanização, sem adicionar nenhum plano de integração do trabalhador rural. E compreensível como projeto de enriquecer ainda mais alguns e invalidar a existência dos pobres. Toda estrutura desse período antidemocrático esteve centrada na manutenção – e expansão – das oligarquias que sempre detiveram o poder.

É relevante anotar que todo o modo de conduzir políticas a respeito da condição fundiária no Brasil está voltada a privilegiar quem já detém poder e território. Nesse sentido, as populações marginalizadas sempre são mais postas à margem e mantêm enquanto inalcançável sua conquista pelo mínimo de território - e, conseqüentemente, mínimo de liberdade e dignidade.

Dada a conjuntura, alguns trabalhadores rurais ficarem sem saída e irem para a cidade após serem descartados da atividade no campo, isso ocorreu no período do "milagre econômico". Todavia, não tiveram muitas oportunidades e logo vivenciaram a crise nos anos de 1980, integrando a margem social nos centros urbanos. Ou seja, o resultado da automação no campo não foi pensado no sentido de resguardar os interesses dos trabalhadores rurais. Causando um êxodo rural desenfreado no qual os centros urbanos não possuíam estrutura para receber essas pessoas e elas não possuíam adequação para o mercado de trabalho urbano, transferindo alguns problemas campestinos para o centro urbano além de acontecer o surgimento de novas questões (COLETTI, 2005).

Nesse aspecto, a vivência dos trabalhadores rurais que encontravam-se sem terra se aproxima da existência LGBTI+ que não possuíam uma integração ao meio social, também não podendo escolher os espaços que ocupavam. A experiência com a falta de inserção social é um ponto de proximidade entre aqueles que formaram o movimento MST e aqueles que deram forma à comunidade LGBTI+ do Brasil.

Historicamente, as LGBTI+ não encontraram nas organizações sociais e sindicais espaço seguro; acolhimento da sua participação política ou reconhecimento da legitimidade da sua vivência, e o seu direito de ter acesso à terra, ao território, de ser LGBTI+ e amar livremente outro ser humano. Por isso, não é casual que uma grande maioria tenha sido levada a sair do campo e migrar para as grandes cidades em busca de trabalho e "liberdade" para viver a sua sexualidade. Mas as cidades nem sempre são espaços seguros. Em muitas oportunidades, novas discriminações e violências marcam suas novas trajetórias de vida. (MARIANO; MARRO, 2021, p.21).

E, durante todo esse movimento no meio rural brasileiro, havia camponeses LGBTI+, ou seja, pessoas que por diversas vezes mantinham encobertas a sua diversidade de gênero e sexualidade. Nesse caminho, a violência do inaccessório, de não pensar políticas públicas para a elaboração do território para esses indivíduos, assumem um novo nível, o do encobrimento e desconstituição da sua identidade, quer seja para a manutenção do pertencimento ao grupo ou para a continuidade da busca por trabalho.

É notável a ligação do nascimento do MST com a falta de uma reforma agrária equânime. Surgindo, assim, do inexistente planejamento e alocação das famílias camponesas, mas que reflete a histórica ausência de distribuição igualitária de terras no Brasil. O MST nasce da luta pela terra, da manutenção da existência do camponês como tal. Não é uma criação fundada na perda de um território, mas sim da carência histórica de espaço para as famílias camponesas. O movimento de luta pela terra embrionário está no cerne da falta de alternativas aos pequenos produtores rurais. Compreendendo que o sistema não deixava espaço para suas existências, eles começaram a organizar seu coletivo em busca da construção de um espaço próprio.

É importante adicionar que a construção do MST está munida de outras diversidades, inclusive a diversidade sexual e de gênero. Antônia Orbe (2023, p.01) evidenciou isso:

Nós já existíamos no conjunto do movimento desde sua gênese, do trabalho de base quando a gente vai para a periferia convidar as famílias para o projeto de reforma agrária popular, quando vem para os acampamentos, quando torna-se acampamentos, nas escolas, nos setores, no conjunto do movimento, nós já existíamos.

Todo o caminho trilhado para a construção do movimento teve a participação de diversos indivíduos, incluindo camponeses LGBTI+. Nessa inexistente reforma agrária, motivaram o surgimento de uma organização de luta pela terra nacional. O primeiro aspecto do nascimento do MST foi o socioeconômico, dada a condição imposta, deixando os pequenos agricultores sem alternativas. O segundo é o ideológico: “é o trabalho pastoral, principalmente da Igreja Católica e da Igreja Luterana.” (STEDILE; FERNANDES, 2005, p.19).

A forma como os membros da comunidade religiosa se posicionou frente aos ocorridos foi essencial à causa. Apesar do apoio ao golpe militar, estavam abertamente contrários a gestão do meio rural. Sobretudo, vale ressaltar que a preocupação esteve mais voltada quanto à problemática social no campo no lugar de, propriamente, promover a reforma agrária que afrontava os privilégios de grandes proprietários (MARTINS, 1999).

Ou seja, para a estruturação do MST foi essencial a ação religiosa. Isso porque se tornou possível a formação de um grande movimento ligado a questões sobre a luta pela terra em todo o país. A CPT teve o discernimento fundamental para a organização dos camponeses. A Comissão Pastoral da Terra não teria as mesmas características e intenções que os trabalhadores rurais e demais teriam na composição do movimento.

O terceiro aspecto importante para o surgimento do MST é a condição política da situação da democracia. Já que “[...] a luta pela democratização da sociedade brasileira e contra a ditadura militar, que criou as condições necessárias para o surgimento do MST.” (STEDILE; FERNANDES, 2005, p.23). A postura social frente ao momento político vivenciado é fundamental para a maneira que movimentos apareçam e sejam consolidados ou não.

A criação do MST está amalgamada com a condição de luta democrática, esse período posto é elemento essencial. Ou seja, não é só a luta da reforma agrária durante a ditadura militar, mas a propositura de nova forma de distribuição de terras no período em que a luta pela democracia está alavancada.

É uma forma diferente de descrever como as problemáticas postas em 1970 levaram a organização de um movimento nacional. Anterior a isso, o cenário agrário não era favorável ao trabalhador rural. Ou seja, os acontecimentos a partir da ditadura militar, mais uma vez, só reforçam o cenário posto. “Essencialmente, o golpe de Estado assegurara que a propriedade da terra, isto é, a renda fundiária, continuaria sendo um dos fundamentos da acumulação e do modelo capitalista de desenvolvimento no Brasil.” (MARTINS, 1999, p. 105). Criando, assim, uma diferença cada vez maior entre o grande proprietário de terra e as pessoas da agricultura familiar que ficam sem o acesso a ela. Até mesmo porque, de acordo com a OXFAM (2016), 1% das propriedades rurais ocupam praticamente metade da área rural no Brasil.

Então, para além do fator perpetuação da concentração de terras, o MST surge e se estabelece, também, por outros fatores. A falta de uma efetiva reforma agrária e a concretização do meio agropecuário pela via prussiana – priorizando grandes latifúndios – perpetua a desigualdade. Além disso, conforme aponta Coletti (2005), quando as cidades não comportam mais essa evasão do campo, as alternativas restantes são lutar pelo território de origem ou buscar outro.

Por fim, a “[...] incapacidade de o sindicalismo oficial rural encaminhar, efetivamente, a luta pela terra na conjuntura do início dos anos 80.” (COLETTI, 2005, p.30). A concretização do MST deve-se, também, à inexistência da organização política dos sindicatos rurais. Levando os trabalhadores rurais a optarem por medidas que percebessem apropriadas dado o cenário.

A forma que a ditadura lida com o contexto rural motiva um movimento nacional. Assim, quando as pessoas estão voltadas para a redemocratização, os trabalhadores rurais estão organizados para a luta pela reforma agrária. Ambas as temáticas se entrelaçam, favorecendo o apoio à organização nesse momento. Tilly (2006) percebe a relevância das lutas sociais para a transformação de momentos políticos. Isso denota o quanto o surgimento, estabelecimento e

luta do MST está amalgamado a um período de organizações sociais reivindicando a democracia.

A solução efetiva após a redemocratização não veio, assim como não houve a efetiva promoção da reforma agrária e dos direitos das pessoas LGBTI+. É perceptível como o cenário desenrolado por meio de figuras políticas ligadas à reforma agrária são combatidas pelos poderosos latifundiários. Isso porque esses não permitem quaisquer designações governamentais que viabilizem a reforma agrária. Ou seja, em última instância, houve a efetivação do projeto iniciado na ditadura militar: a grande concentração de terras por coronéis que agora representam seus próprios interesses no cenário governamental.

Com isso, nota-se uma contextualização a respeito dos elementos estruturais correspondentes ao trato da propriedade e, também, da subordinação de determinados grupos. Os sujeitos subalternizados, implicitamente considerados, terão vez após essa configuração inicial do cenário tratado.

Nesse decorrer histórico, percebe-se a ligação política da questão territorial. Conforme preleciona Tilly (2006) o regime pode ser algo além da binaridade de democracia e não-democracia. E, além disso, não é um retrato fixo, mas a transposição política do Estado. A elaboração do regime democrático, estabelecido no Brasil por meio da Constituição Federal de 1988 é, também, resultado da sucessão de momentos históricos.

Nessa perspectiva teórica vale ressaltar que tanto as normativas quanto os direcionamentos políticos - como a ditadura civil-militar - possui forte associação a manutenção - ou ampliação do poderio atingido a partir da concentração de terras. O Estado brasileiro teve isso na segmentação de sesmarias e manteve esse vínculo.

2.1 LGBTI+ e MST: o rompimento das cercas ditatoriais

Para compreender a diversidade de gênero e sexualidade é preciso entender o que é gênero. Para Butler (2003) o debate a respeito de "identidade" é posterior à definição de "identidade de gênero", pois os indivíduos só são claramente percebidos após a adequação de seu gênero aos padrões.

Assim, o gênero é visto como “[...] significados culturais assumidos pelo corpo sexuado” (BUTLER, 2003, p.35). Esses significados são associados ao sexo biológico, sem

considerar que a existência da identidade individual extrapola a representação cromossômica de XX e XY.

A instituição de uma heterossexualidade compulsória e naturalizada exige e regula o gênero como uma relação binária em que o termo masculino diferencia-se do termo feminino, realizando-se essa diferenciação por meio das práticas do desejo heterossexual. (BUTLER, 2003, p.45)

Desse modo, antes de qualquer coisa, o gênero é definido pelo órgão sexual da pessoa. Abarcando a identidade do indivíduo diversos aspectos e expectativas de performance sem a consciência deste. Portanto, a fuga a essa espera de performance está relacionada à diversidade de gênero e sexualidade, o que vem a confrontar o socialmente definido enquanto performance binária de gênero (homem e mulher).

Assim como ocorreu na ditadura civil-militar, um dos pressupostos basilares era a manutenção da moral e dos bons costumes, então qualquer viabilidade, principalmente pública, confrontava esse entendimento. O milagre econômico promoveu a abertura de bares e discotecas, contando com um dos locais centrais nas festas de carnaval, e assim flexibilização nas performances de gênero e sexualidade, trazendo ao Rio de Janeiro pessoas LGBTI+ para vivenciar sua diversidade de gênero e sexualidade. Desse modo, acabou culminando numa cidade com vários espaços para LGBTI+ durante a ditadura militar. Isso porque a liberdade dessas performances, mesmo que somente no carnaval, promoveu a movimentação de pessoas que se incluíam no grupo de diversidade de gênero e sexualidade para o grande centro, o que foi incômodo para os militares. Ou seja, a cidade grande e central no país era alvo de um grupo que a ditadura visava esconder.

Enquanto em outros países os indivíduos relacionados à temática LGBTI+ evoluíam e uniam seu movimento em outras áreas da luta civil, o Brasil vivenciava esse momento diferente. Isso porque estava iniciando a ditadura civil-militar. Nesse cenário, basilar para tal movimento antidemocrático, era primordial o estabelecimento da moral e dos bons costumes. Portanto, era central a desconstituição dos partidos de esquerda, mas, também, a limpeza da sociedade dos descritos como *invertidos*⁴.

No Brasil, desde o Código Criminal do Império, de 1830, a prática homossexual não se encontra expressamente criminalizada para civis. Sem

⁴ Invertidos denomina a forma pejorativa que era conhecida a diversidade de gênero e sexualidade para a ditadura civil-militar, descrito por Quinalha (2018).

embargo, diversos outros dispositivos legais e contravencionais, tais como "ato obsceno em lugar público", "vadiagem" ou violação à "moral e aos bons costumes", foram intensamente mobilizados para perseguir as sexualidades desviantes. (QUINALHA, 2018, p.22).

Desse modo, a homossexualidade era inviabilizada em contextos públicos. Apesar de não existir regulamentos claros que a condenassem, eram usados dispositivos penais para crimes como *vadiagem*. Nesse sentido, a existência enquanto LGBTI+ teve maior invisibilização, impedindo o mesmo movimento de luta que começava a ocorrer em outros países.

É importante notar que os agrupamentos em torno dos direitos de diversidade sexual e de gênero sempre estiveram em duras respostas de ondas conservadoras (BIROLI, 2020). A partir do momento em que há o indício de organização de indivíduos LGBTI+ há, também, uma dura resposta estatal, até mesmo pelo momento correspondente.

Dentro desse contexto, para perceber o movimento no Brasil, será utilizada a divisão dos mais de 40 anos de história da luta, proposta pela organização do livro “História do Movimento LGBT no Brasil”. Assim, vale ressaltar que não existe apenas um movimento sobre a comunidade LGBTI+ ou somente uma forma de demonstrar a trajetória histórica. Portanto, a conotação dada aos momentos descritos, por exemplo, na pesquisa de Quinalha (2017), está voltada à construção da organização do movimento. Lembrando que ocorreu dentro de um contexto político pautado na censura e respaldado pela compreensão de moral e bons costumes.

A primeira onda, a partir de 1978, está amalgamada com a edição do jornal “Lampião da Esquina”, de nº 0. Desde sua primeira circulação esteve preocupado com o debate sobre a dificuldade na organização de um movimento que representasse a comunidade. Dessa maneira, João Silvério Trevisan entrevistou Celso Curi, demitido do seu trabalho enquanto jornalista do jornal Última hora, pois sua coluna com a temática LGBTI+ foi censurada.

Figura 01 – Edição Nº0 do jornal Lampião



Fonte: Grupo Dignidade

Durante a ditadura militar havia censura e repressão total, como descrito no caso acima. No entanto, os setores de resistência à ditadura também compartilhavam da visão negativa a respeito da diversidade de gênero e sexualidade. Portanto, diferentemente da estruturação da luta pela reforma agrária que teve apoio para a sua consolidação, a comunidade LGBTI+ era rechaçada por ambos os pólos naquele momento.

É importante notar que tanto a esquerda quanto a direita não eram favoráveis a performances fora do padrão cis heteronormativo. Portanto, as repressões a indivíduos LGBTI+ não ocorreram logo no início do período ditatorial. Apenas se estivessem ligados a alguma pauta de esquerda que foi combatida pelos militares. Assim, após o período inicial de desconstituição das movimentações de esquerda é que a ditadura militar esteve atenta a reprimir as existências que fugissem ao padrão cis heteronormativo em nome da moral e dos bons costumes (GREEN; QUINALHA, 2015).

Com esse cenário posto, surge o grupo SOMOS em maio de 1978 com a perspectiva de ser um movimento revolucionário homossexual. Ou seja, a sua iniciativa visava confrontar a ditadura militar. O grupo foi essencial para o surgimento de outras organizações no Brasil. Além de várias movimentações em público, como no Movimento Negro Unificado em 20 de novembro de 1979. E, também, houve a participação de alguns dos integrantes do grupo no ato dos sindicatos dos metalúrgicos no dia 1 de maio de 1980. Prestando solidariedade, além da tentativa da abrangência por meio de cartazes que buscavam representar no feminino e no masculino (QUINALHA, 2018).

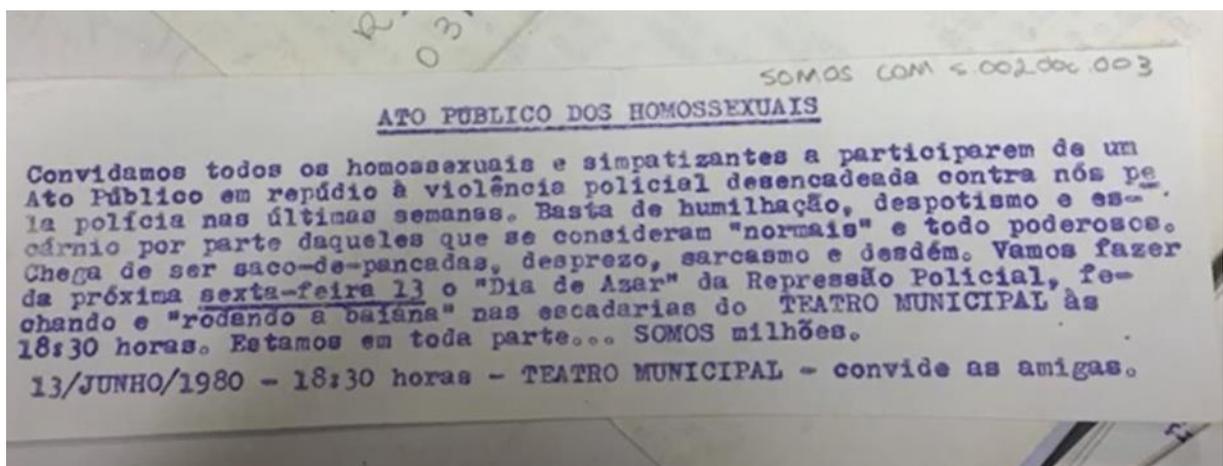
Figura 02 – Solidariedade de alguns integrantes do grupo SOMOS em relação aos protestos dos metalúrgicos



Fonte: TODXS Conecta, 2019

A organização do grupo SOMOS e demais pautados na temática de diversidade de gênero e sexualidade estiveram envoltos na dificuldade de qualquer respeito a direitos. Isso porque, as operações policiais que atacavam os *invertidos* eram violentas. Sob o comando do delegado José Wilson Richetti, iam de 300 a 500 prisões em um final de semana. Por conseguinte, para denunciar tamanha repressão, no dia 13 de junho de 1980 houve um movimento para acusar a agressão policial no “Ato Público dos Homossexuais” (GREEN, 2018).

Figura 03 – Convite para a denúncia da violência policial no “Ato Público dos Homossexuais”



Fonte: TODXS Conecta 2019

Durante esse período é importante mencionar a aproximação do movimento homossexual (como era conhecido) com outros movimentos. Assim, houve aproximação do

movimento negro, movimento feminista e movimento sindical. Evidenciando que a maior bandeira era a luta de classes, unindo diversas pautas de cada organização (QUINALHA, 2018).

Nessa abordagem, é possível aproximar o movimento homossexual do movimento em prol da reforma agrária que estava sendo estruturado. Dentro da perspectiva política do MST, a causa maior é a luta de classes. E, reconhecendo que vários movimentos se aproximam no sentido de engrossar o caldo contra a cultura hegemônica, há a aproximação dos objetivos do movimento homossexual – assim conhecido na época – e o movimento de luta pela terra.

A reaproximação de ambos movimentos, em outro momento, foi importante por se apresentar enquanto um “contraponto necessário ao avanço das forças conservadoras, como os fundamentalistas e os ruralistas”, posicionamento de um militante gay ao Brasil de Fato no dia do evento em 2013 (IRINEU, 2018, p.486).

A junção dos movimentos é necessária e muito cara a uma agenda de construção de direitos. Além disso, torna-se preciso no sentido de dar vazão a pautas conjuntas. Essas uniões devem ser fortificadas, incentivadas e possuir mais pesquisas acadêmicas a respeito, para que sejam mais potentes em relação aos desarranjos estruturais.

Nessa fase da primeira onda é notável como não há uma luta clara por direitos, mas posicionamentos contra a ditadura. Isso porque dentro de um regime antidemocrático não tem como se falar de direitos aos grupos. Sendo a única possível saída o rompimento com o próprio regime (QUINALHA, 2018). Assim, torna-se evidente que a organização do movimento LGBTI+ durante o período ditatorial foi muito complexo, mas igualmente necessário. Sem essa aliança, as pessoas normalizaram as barbáries cometidas entre seus iguais.

A segunda onda se iniciou na década de 80, ainda meio ao regime militar, e marcou profundamente todo o movimento por conta da epidemia de HIV/AIDS. “O aparecimento da AIDS desestabilizou um movimento que ainda não tinha amadurecido. Mas, que logo será potencializado com dinheiro do Estado para as campanhas de prevenção do HIV-Aids.” (RODRIGUES, 2018, p.242). Nesse cenário, vários grupos foram extintos, restando alguns como o Grupo Gay da Bahia e o Grupo Triângulo Rosa.

A experiência traumática que assombrou esse momento também tornou possível uma visibilidade nunca vista para se abordar sexualidade nos meios de comunicação tradicionais. Ou seja, no âmbito da saúde é que os movimentos de diversidade de gênero e sexualidade puderam expor suas existências, disseminar informações a respeito da proteção e contaminação do vírus. Havendo, assim, a institucionalização desses ativistas (QUINALHA, 2018). E, portanto, a militância assume uma nova postura. Com isso, houve espaço para a discussão da

homossexualidade enquanto uma patologia. Propiciando que Luiz Mott e João Antônio Mascarenhas contribuíssem por meio de suas atuações junto ao Conselho Federal de Medicina (CFM) para o Brasil ser pioneiro na retirada da definição enquanto patologia das homossexualidades em 1985 (CAETANO; NASCIMENTO; RODRIGUES, 2018).

O Grupo Triângulo Rosa, por sua vez, foi responsável pelo primeiro homossexual assumido a falar na tribuna do Congresso Nacional, no dia 28 de janeiro de 1988, João Antônio Mascarenhas. No seu discurso defendeu criminalizar a discriminações por orientação sexual, equiparando ao crime de racismo, tal qual a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal em 2019.⁵ E, apesar de não incluir na sua fala, até mesmo por não ser assunto da época, Quinalha (2019) propõe que a discriminação de identidade de gênero também seria proibida.

A partir disso, é possível notar as semelhanças e diferenças do surgimento do MST e do movimento em prol da Comunidade LGBTQIA+. Vale ressaltar que o MST é uma organização que visa a reforma agrária e não compreende – e nem responde – por todos aqueles interessados nela. No mesmo sentido, existem diversos direcionamentos que podem abarcar a trajetória da existência da diversidade de gênero e sexualidade.

Portanto, resta perceber alguns aspectos: o que viria a ser o MST e os *invertidos*, assim denominados pelos militares na ditadura, percebem o quão fundamental é o estabelecimento de um regime democrático. Desse modo, as organizações são formadas de acordo com a pertinência temática para cessar com a violência sem limites aplicada pelo Estado.

É interessante observar o paradoxo existente entre avanços e retrocessos num Estado Democrático. Se, por um lado, o alargamento de direitos obteve a resposta da ala conservadora do país por meio da ditadura, por outro, essa ditadura obteve uma massa vulnerabilizada se organizando, unindo e reivindicando meios de romper com o cenário antidemocrático. Nesse sentido, Biroli (2020) vai analisar a influência da luta por direitos sobre gênero e sexualidade e as respostas de grupos conservadores.

Dada a aproximação do MST e o conjunto LGBTQIA+ organizado a demais movimentos, é notório que percebem uma luta de classes como guarda-chuva das especificidades de cada movimento. As divergências em suas trajetórias recaem no fato de o movimento envolto na diversidade de gênero e sexualidade não ter encontrado apoio em nenhum dos lados políticos

⁵ No julgamento de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão 26, cujo Relator foi Celso de Mello e o julgamento do Mandado de Injunção 4733, Relator Edson Fachin. Decidindo em sessão os Ministros na equiparação dos crimes de homofobia e transfobia a equiparação ao crime de racismo por enquanto persistir a inércia do legislativo. Informação no site do STF: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=414010>

definidos à época, sendo condenados por ambos os polos. O que, no caso da formação do MST, foi diretamente oposta.

A democratização do Estado brasileiro aconteceu por meio e juntamente aos movimentos sociais. Nessa toada, há certa legitimidade atribuída às existências dessas organizações. Todavia, a partir dessa determinação de um Estado e atribuições de marcos legais, cria-se um referencial que é utilizado para limitar direitos, colocando os movimentos sociais, como o MST, à margem legal.

A partir da ditadura militar é que se instaurou uma nova forma de perseguição aos movimentos a partir da utilização da Lei de Segurança Nacional. A sua definição de “guerra não clássica” combatia diretamente os opositores políticos, com determinações sobre agrupamento que poriam em risco o Estado. Surgindo a ideia de inimigo interno e ataque indireto.

É claro que essa resposta ao avanço alcançado pela organização dos movimentos sociais possui outros aspectos. Isso porque setores conservadores veem seu modelo de gestão ameaçado no avanço de outros atores políticos (BIROLI, 2020).

Ou seja, um movimento social como o MST, central em relação à luta de classes e basilar em uma época inaugurada no neoliberalismo - um momento focado em políticas de mercado e enxugamento estatal - que contrapõe os fundamentos do movimento. Ocorrendo grande repressão a ações deste, além de determinar várias de suas reivindicações como violação à segurança nacional (BRUZIGUESSI; BEZERRA, 2010). Para melhor vislumbrar, o Quadro 1 apresenta como o MST e a Comunidade LGBTI+ passaram pela ditadura militar.

Quadro 01 - MST e Movimento LGBTI+ na ditadura militar

Movimentos sociais na ditadura militar				
Movimentos sociais	Características			
	Precedentes ao movimento	Surgimento	Integração a luta	Pós Ditadura civil-militar
MST	No Brasil a concentração fundiária esteve assegurada por dispositivos legais. Assim como existiram movimentos rurais que antecederam o MST e contribuíram para sua existência.	Com o apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT), somado ao aspecto socioeconômico – que impusera a organização dos camponeses – e o fatídico cenário político instaurado pela ditadura civil-militar é que o MST surgiu tal qual existe.	A luta do movimento social está voltada à questão agrária e ligada aos partidos de esquerda. Entretanto, dado o momento tratado, esteve atrelado ao objetivo de redistribuição fundiária e uma nova lógica democrática.	Não atingiram o principal objetivo de reforma agrária, mas estiveram amplamente relacionados ao debate durante a constituinte. Representando, juntamente com demais movimentos rurais, normas constitucionais como a que prevê a função social da terra.
LGBTI+	Não existia um movimento LGBTI+ no Brasil. Os precedentes estão amplamente relacionados a casos particulares de resistência a violência.	Dada a violência àqueles que afrontavam a moral e aos bons costumes – os <i>invertidos</i> – fez com que houvesse o início de uma organização para a resistência dessa violência, surgindo o grupo SOMOS e demais coletivos relacionados à causa LGBTI+.	A luta do movimento social está voltada à diversidade de gênero e sexualidade. Surgindo no momento de grande repressão a performances, no qual era condenado pela direita ditatorial e pela esquerda.	Houve formação de movimentos ligados à temática LGBTI+. Além de desconsiderada a homossexualidade enquanto patologia no Brasil.

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

2.2 A formulação constituinte e suas resistências na elaboração do texto-base democrático

A divisão histórica de propriedades, pautada nas sesmarias, consistia em um grande território voltado à produção para a exportação. Com isso, a distribuição favoreceu poucos que visavam o lucro com a venda para o exterior.

Outrossim, Martins (1999) aponta que por meio das delimitações no Estatuto da Terra e posteriormente na Constituição são promotores de uma limitação à reforma agrária. Compreende-se que foi a elaboração de um cenário da possibilidade de concretude, em algum nível, de reforma agrária. Todavia, no final das contas, não foi realizada, mas realmente limitada a partir da ditadura militar, seus dispostos e estruturação garantidora do cenário favorável a grandes proprietários.

A constituinte dispôs a proteção da propriedade como um direito fundamental e vedou a desapropriação para a reforma agrária. A propriedade privada é constitucionalmente equiparada com a vida, mas os coletivos minoritários não possuem acesso básico a nenhum desses. Tais direitos fundamentais dispostos são realmente acessados por uma minoria privilegiada. Ainda assim, mesmo que haja elementos no sentido de prever, outros dispositivos limitam as garantias de distribuição fundiária. Além do mais, a regulamentação da reforma agrária conta com baixa discricionariedade constitucional para a sua efetivação (MAUÉS, 2022).

Portanto, o cenário posto que leva a movimentação em prol da reforma agrária possui raízes históricas a partir da forma que o trato da terra esteve em andamento, os aspectos políticos e econômicos possuem influência também. O Brasil, por exemplo, sempre esteve focado nas exportações. Isso porque, para uma balança comercial favorável, ou seja, a diferença entre o que é vendido (exportado) e comprado (importado) deve haver uma superação da exportação, conforme ocorreu segundo dados da Empresa Brasil de Comunicação, alta de 6,2% em 2020 se comparado ao ano anterior.

Desse modo, o texto constitucional promulgado em 1988 possui entraves quanto à redistribuição das propriedades rurais. A reforma agrária teve papel importante na constituinte. Infelizmente, dada as limitações inseridas no texto constitucional, e a atuação do Supremo Tribunal Federal, no sentido de privilegiar essas propriedades de terra, não houve transformações na estrutura da desigual distribuição fundiária (MAUÉS, 2022).

Toda essa situação gera novos problemas. Assim, se o latifundiário está focado no mercado externo, quem mantém os alimentos distribuídos no país são os pequenos. O censo agropecuário de 2006 (MDA/IBGE) definiu “agricultura familiar” e constatou que 70% do alimento produzido para o Brasil é oriunda dessa categoria. Os dados e método de coleta estão corretos, mas foram contestados por grandes proprietários de terra insatisfeitos com o resultado da pesquisa (JUNIOR; BARBOSA; SÁ, 2017). Tal resultado deveria reorientar as políticas públicas, vários pequenos produtores com acesso limitado a terras e a ajuda estatal e do outro lado, latifundiários centrados em produzir para exportar, além de concentrar terras.

A revolta com a divulgação desses dados pelo IBGE em 2006 levou a uma encomenda de estudo para coletar e inviabilizar os dados. Isso a ponto de demonstrarem a insuficiência da agricultura familiar e, entre outros motivos, ocorre pela intenção do agronegócio querer capturar as políticas públicas de financiamento (JUNIOR; BARBOSA; SÁ, 2017).

Outra questão complexa é que esses grandes produtores, haja vista o acúmulo de capital e o tempo prolongado estabelecidos enquanto latifundiário, são influentes política e culturalmente. Nesse viés, a tendência são os rumos em seu próprio benefício. A existente bancada ruralista⁶ No Congresso Nacional é exemplo inegável da concentração de poder político, sendo um dos fatores críticos na sociedade (FERNANDES, 2012).

Como consequência a todas essas condições, a desigualdade social aumenta. A oligarquia rural capta os incentivos estatais, além do lucro das exportações e o domínio governamental. As pequenas propriedades diminuem, o alimento encarece e, pela mecanização do campo nas grandes propriedades, há o êxodo rural. Pessoas, estas, que no contexto urbano possuem baixa qualificação e estão entregues a trabalhos autônomos com baixa remuneração e alto nível de exigibilidade de emprego de força. Desse modo, mesmo com a aparente democracia, o quadro de desigualdade está fortemente posto. “Essas conclusões são importantes para compreender que, mesmo em um regime democrático, as normas e instituições constitucionais podem servir como obstáculo às políticas redistributivas.” (MAUÉS, 2022, p. 221).

É um cenário totalmente caótico, que poderia ser modificado por meio de uma reforma agrária adequada. Nesse sentido, a reforma agrária se apresenta como a divisão igualitária de

⁶ A União Democrática Ruralista (UDR) fundada em 1985 marca a luta travada por grandes proprietários de terra contra a reforma agrária. Para evitar a redistribuição territorial, foram fortemente contrários à desapropriação, conseguindo derrubá-la da constituinte. A UDR é a “[...] expressão da radicalização patronal rural contra a reforma agrária e como espaço de aglutinação das insatisfações da “classe rural”. O seu principal mote foi a defesa da intocabilidade do regime de propriedade existente.” (FGV, 2009).

terras. Ou, ainda, a redistribuição de terras. Visando o direito ao acesso à terra, garantindo a diminuição da desigualdade social. O MST defende a reforma agrária desde sua criação em 1984. Todavia, para a efetivação legal garantida constitucionalmente, fez-se necessária a aprovação da constituinte que, de certa maneira, perpassa pelos latifundiários consolidados, também, no meio político.

Não por acaso, o principal ponto de conflito para decisão sobre a reforma agrária na Constituição esteve presente nas propostas que visavam o limite territorial, buscando o fim do latifúndio. Outro tema controverso foi a desapropriação de terras produtivas. “A questão agrária está no centro do processo constitutivo do Estado republicano e oligárquico no Brasil, assim como a questão da escravidão estava nas próprias raízes do Estado monárquico no Brasil imperial.” (MARTINS, 1999, p.101).

A resistência na promoção da reforma agrária nos setores camponeses reside na incompatibilidade de interesses entre os constituintes e os sem-terra. O que evidencia a detenção do poder governamental por parte dos latifundiários.

A estrutura fundiária no Brasil, além de remontar a história da ocupação territorial, explica como grandes ruralistas possuem tamanha influência política. Tendo início na distribuição das sesmarias, perpassando pelo estatuto da terra, até o estabelecimento da Constituição Federal de 1988 o território foi, prioritariamente, ocupado por latifundiário.

Dado o desenho geral, houve explícita manutenção da concentração de terras centrada em manter os oligarcas rurais no domínio desde o Brasil colônia. Infelizmente, existem outras características que reforçam esse cenário – como a dependência do Brasil na exportação de *commodities* – mantendo o ciclo de piora do quadro da desigualdade social.

Como supracitado, a relação da concentração territorial com os elementos da desigualdade social possui laços estreitos. Entrementes, contrariando algumas potências capitalistas, o Brasil nunca realizou uma reforma agrária (FERNANDES, 2012). Na França, por exemplo, sua revolução burguesa teve como base os camponeses. Assim, a revolução francesa dissolveu os feudos, realizando a distribuição de terras, focando no aumento do mercado interno de massas e numa agricultura mais produtiva. Desse modo, haveria um ciclo consistente entre produção de alimentos e capacidade de consumo desses produtores – tanto em produtos específicos para agricultura quanto demais elementos de consumo.

No Brasil, como tratado anteriormente, o histórico é outro. Vale mencionar que até a origem das revoluções burguesas de distribuição de terras estiveram pautadas em países – ou territórios (como o norte dos EUA) – não focados somente na exploração da terra como ocorreu

no território brasileiro. Ou seja, não havia independência econômica de um Brasil colônia (FERNANDES, 2008).

A compreensão de elaboração de uma identidade histórica independente, partindo dos exemplos de desenvolvimento e estabelecendo sua própria forma de modernização é a imagem percebida do Brasil. “Contudo, deveríamos sair desse círculo vicioso tentando compreender objetivamente porque um *país colonial* se converte numa *nação dependente*.” (FERNANDES, 2008, p. 151).

A partir disso, é possível compreender que o que aconteceu foi apenas uma transposição temporal, mantendo o modelo básico de latifúndio voltado à exportação. Isso porque nunca houve uma revolução para a restauração de um novo modelo que atendesse o capitalismo.

Os próprios latifúndios, abastecendo os bancos, possibilitaram as indústrias capitalistas que, ao contrário de outros países, se encontram ao lado do modo de produção pautado em grandes territórios com poucas culturas baseada na exportação. No final das contas nunca houve reforma agrária no Brasil, pois nunca foi do interesse da burguesia que isso acontecesse.

E, nesse caminho, a formulação da Constituição Cidadã se viu empurrada por uma série de protestos de movimentos sociais a caminho de pedir maior pluralidade democrática no texto constitucional. Mas, paralelamente a isso, se viu orientada por oligarquias poderosas que somaram pesos rumo a restringir os avanços propostos. Dois exemplos disso trata-se da própria tentativa de reforma agrária no texto constitucional e a fala de João Antônio Mascarenhas na tribuna da constituinte para equiparar o crime de homofobia ao de racismo, o que não foi aderido (CAETANO; NASCIMENTO; RODRIGUES, 2018).

2.3 Um Estado (anti)democrático: a inviabilização da existência de movimentos sociais

Nesse rumo, percebe-se que a efetivação democrática da qual os governos depois de 1988 foram herdeiros possuem traços positivos e negativos. É perceptível a facilidade de junção dos movimentos sociais em prol da construção da democracia; nota-se, também, a alta rigidez para transformações na estrutura brasileira que é rigorosa em manter seu sistema de distribuição de terras, além de não garantir diretamente o direito a proteção contra homofobia e demais crimes direcionados a grupos vulnerabilizados.

Com esse cenário, houve governos mais predispostos a construção democrática no seu sentido mais plural e outros que os segmentos estavam predispostos a uma perspectiva

conservadora até o governo de Jair Bolsonaro. Claramente, as eleições, candidatura e até mesmo a existência desse político não são distantes da sociedade brasileira. Ele é resultado do modo de ser conservador e demais aspectos arraigados no pensamento de muitos brasileiros. Por seu governo e pela herança que ele traz e pela dificuldade futura que se estabelece é que se faz importante abordá-lo.

A soberania popular, trunfo de um governo democrático, pode ser alvo de duros golpes, como por meio de lideranças populistas reacionárias que surgem no cerne do debate social em momentos de ampliação e viabilização da democracia. Por isso, a constante atenção às instituições e aos agentes para evitar a subserviência da população diante daqueles que detém meios para efetivar seus interesses.

A perspectiva sobre a pauta de gênero integrou a erosão democrática. Setores conservadores pautados nos valores da família taxaram tais grupos como feministas e LGBTI+ como uma minoria barulhenta e descolada dos interesses sociais.

O grande problema em relação à ascensão da pauta de gênero foi o debate e o espaço de conquista de direitos viabilizados. Dando novas formulações ao lugar do homem e da mulher, garantindo o pluralismo, discutindo os papéis de gênero e reafirmando a laicidade do Estado, os espaços de poder foram alterados e a lógica de dominação conservadora se viu comprometida.

É importante ressaltar a pauta de gênero com a desdemocracia também porque vários atores políticos conservadores apenas se apropriam desse discurso para viabilizar suas próprias agendas. Desse modo, mulheres, por exemplo, não votando naquelas associadas a pautas feministas, mesmo que estas estivessem em busca da equiparação salarial. Ou seja, há a construção de atores políticos como prejudiciais à sociedade geral, a maioria. Essa maioria é caracterizada como a família, objetivo original de direitos e detentora de toda a autoridade (BIROLI, 2020).

Nesse rumo, rechaçar e desacreditar o debate de gênero é que se formula a erosão da democracia. Isso pois os agentes políticos conservadores usam da elaboração de uma figura perigosa desses movimentos sociais para implementar um Estado anti-pluralista, não laico e anti-democrático por se apropriar da democracia como se fosse a “vontade da maioria” (BIROLI, 2020). O que é contrário a busca das lutas dos movimentos sociais, como Antônia Orbe (2023) mesmo menciona na entrevista a luta por maior pluralidade dentro do Estado Democrático de Direito.

Os aspectos de uma política bolsonarista é a realização do projeto de movimentos anti-feministas. Nisso, alteram o sentido da democracia para uma definição que perceba o favorecimento da maioria (MONTE; HERNANDEZ, 2022).

O aumento nos interesses em propriedades privadas foram o combustível que impôs constante perseguição e violência aos movimentos sociais rurais. Esse poderio conquistado por meio da posse do território está forjado na forma que a política brasileira lida com os movimentos sociais por meio da violência.

O Estado então não sabendo conviver com organização popular desenvolve alguns caminhos para minar a organização, de acordo com Sauer (2008), sendo elas: isolamento político - sem legitimidade e sem espaço de fala como forma de desmobilizar; cooptação - alguns privilégios que leve o movimento a ruína; e a repressão por meio da força de polícia do Estado ou milícia paraestatais.

Nesse rumo, há uma atuação um pouco diversa da convencional. A maneira de criminalizar os movimentos sociais pode perpassar por uma forma de violência sutil. Isso acontece por meio de novos atores institucionais - e democráticos - como o ministério público. E sua atuação serve para descaracterizar a luta social.

Desse modo, uma reivindicação legítima por direitos passa a ser um crime cometido à margem da lei. Isso porque, como elabora Sauer (2008), da determinação do Estado Democrático de Direito a criminalização ocorre justamente com base no referencial democrático-constitucional pela limitação que esta implica. Sendo o exercício do direito encarado como um crime. Nesse rumo, as ações do MST são determinadas criminosas pelo movimento não ter sido formal ou legalmente constituído. É a utilização dos certames constitucionais e democráticos para viabilizar a manutenção da propriedade privada.

Os movimentos sociais, centrais no desafio de concretizar os direitos normatizados, são cada vez mais taxados como contrários à ordem democrática e constitucional. Ou seja, as ações coletivas são, a exemplo da lei antiterrorismo, tidas como criminosas. Assim, “[...] a criminalização dos movimentos sociais significa tornar crime determinadas ações realizadas por eles.” (VIANA, 2018, p.128).

Dada a construção histórica do Brasil, é possível afirmar que “[...] a violência sistêmica está na base da organização da sociedade brasileira.” (DUPRAT, 2021, p.195). Essa formação violenta tenta ser superada pelo ordenamento legal que positiva uma norma constitucional compreendida enquanto cidadã.

A Constituição Federal de 1988 traça parâmetros normativos mínimos para a elaboração real dos direitos. É certo que a norma pela norma não se concretiza, mas esses preceitos bases para as lutas sociais pela efetivação constitucional (DUPRAT, 2021) são distorcidos e utilizados contra a efetivação de direitos.

Em países como o Brasil, de um longo passado de privilégios e de desigualdades abissais, as garantias de reunião, associação, manifestação e protesto são absolutamente fundamentais para assegurar que movimentos sociais levem adiante a implementação do projeto constitucional. (DUPRAT, 2021, p.195-196).

Ou seja, possui aspectos legais no âmbito constitucional e penal para a garantia de ações dos movimentos sociais (DUPRAT, 2021), mas que não se encontram respeitadas. A forma que o trato com as ações dos movimentos sociais ocorre, sua criminalização, deixa o país mais próximo da época colonial do que da promulgação da constituição cidadã (DUPRAT, 2021). Desse modo, “[...] a luta pelo direito à terra como bem coletivo e indispensável para promoção da justiça social, é tratada pelo poder público como ação delinquencial.” (DUPRAT, 2021, p.198), havendo clara criminalização da busca por direitos.

Para Sauer (2008) há um aumento nas áreas de disputa. O setor agropecuário está sofrendo investimentos pela busca de novas formas de energia e aumento de preços, o que leva a requisitar mais espaço territorial. Nesse momento, o conflito com movimentos sociais torna explícitas as questões agrárias, gerando instabilidade para angariar investidores.

Os movimentos sociais se concretizam na busca coletiva por inquietações em comum que surgem a partir de uma circunstância social (VIANA, 2018). Significa dizer que o movimento estudantil, por exemplo, possui reivindicações próprias - e comuns ao grupo - dado uma situação fatídica - como o baixo acesso a bolsas, por exemplo. O que os leva a requisição de tais direitos por meio de variados atos. Isso não se classificaria como ação criminosa, pois crime é uma ação contrária à disposição legal. Entretanto, a lei define o que crime, mas depende de interpretação, sendo guiada pelos interesses da classe dominante que estabelece, por exemplo, a supremacia ao direito à propriedade privada (VIANA, 2018). Portanto, o crime, na sua origem, é aquilo que faz contraponto aos interesses da minoria dominante.

Isso torna o cenário como um todo muito mais caótico. Existir no meio rural com oligarcas latifundiários promovendo a desigualdade e destruição para promoção, cada vez maior, da concentração de terras. Além de não poder reivindicar direitos, pois ações para ter acesso ao mínimo existencial é condenável - não pela ordem legal necessariamente, mas pela

lógica de comando que a macula. Sob a desculpa de proteger os interesses do Estado Democrático de Direito tem-se a máxima condenação e inviabilização da existência dos movimentos sociais.

Desse modo, o trabalho realizado pelo Centro de Documentação Dom Tomás Balduino, ligado à Comissão Pastoral da Terra (CPT) desempenha uma importante função de coleta de dados nos seus relatórios anuais. Esses dados são imprescindíveis para qualquer pesquisa que vise tornar explícita as dificuldades enfrentadas pelos camponeses. Por isso, as informações analisadas dos últimos dez anos dos conflitos no campo estão dispostas no gráfico abaixo.

Gráfico 01 - Os conflitos no campo ao longo dos últimos dez anos



Fonte: CPT (2012-2021), elaborado pela autora (2023)

Os conflitos no campo envolvem embates sobre terra, trabalho, água e, em grande parte das edições, a seca. Foi elaborado em uma única tabela que ao final apresentou os dados nacionais. Reunindo essas informações dos últimos dez anos é possível inferir algumas análises a respeito da evolução dos conflitos no campo. Um dos elementos relacionados a ser mencionado é a situação da instituição democrática.

Nota-se que, primeiramente, o conflito no campo não esteve abaixo de 1.000 casos, dado 97,0o período analisado. Ou seja, a existência camponesa, principalmente em regiões com concentração de terras, não é pacífica. É importante frisar que a existência de conflitos e

violência é histórica e nenhum momento político foi capaz de reverter tamanha rigidez na estrutura de opressão.

De todo modo, percebe-se a frequente queda que acompanhava os conflitos no campo de 2012 a 2015 sendo bruscamente revertida desde então. O aumento de 2015 a 2016 acompanhou o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, período de instabilidade governamental e democrática, além da brutal mudança de chefia do executivo brasileiro. Com isso, além de outras interferências como o explícito apoio e respaldo às ações do agronegócio⁷, pode ser relacionado ao aumento dos conflitos no campo.

Demonstrando que a existência no meio rural é mais dificultosa em um cenário de instabilidade democrática. A mudança abrupta na presidência ressoou no cotidiano do meio camponês. Pois, a partir de então, houve mais conflitos no campo, o que prejudica o acesso a condições mínimas e estáveis de existência.

Os dados informados pela pesquisa anual contida no relatório da CPT são fundamentais para a averiguação da situação no campo. Entretanto, há suas limitações. As bases segmentadas nas tabelas carecem de categorias, como exemplo na tabela de violência contra a ocupação e posse.

Figura 04 - Representação da divisão dos dados de uma das tabelas do relatório anual dos Conflitos no Campo

Tabela 3 – Violência Contra a Ocupação e a Posse (2021)

UF	Ocorrências*	Famílias	Área	Famílias Expulsas	Famílias Despejadas	Ameaçadas de Despejo	Tentativa ou Ameaça de Expulsão	Casas Destruidas	Roças Destruidas	Bens Destruidos	Pistolagem	Invasão
----	--------------	----------	------	-------------------	---------------------	----------------------	---------------------------------	------------------	------------------	-----------------	------------	---------

Fonte: Centro de Documentação São Tomás Balduino (2021)

Nessa imagem, é possível visualizar as categorias contempladas pela tabela que demonstra a violência contra a ocupação e a posse. Tratam-se de dados imprescindíveis para

⁷ Como na reportagem que aborda o Plano Agro+ que visa lucro para o setor do agronegócio em detrimento da agricultura familiar. Acesso pelo link: <https://www.brasildefato.com.br/2016/08/24/governo-temer-lanca-plano-para-aumentar-a-eficiencia-do-agronegocio>. Além do apoio declarado do Presidente Jair Bolsonaro como na seguinte matéria: <https://www.infomoney.com.br/politica/bolsonaro-consolida-apoio-do-agro-mas-economia-e-cenario-externo-preocupam-o-setor/>. E o apoio do setor ao presidente Bolsonaro: <https://valor.globo.com/politica/noticia/2022/03/22/entidades-do-agronegocio-apoiam-bolsonaro.ghtml>.

denunciar a hostilidade. Todavia, esses dados não comportam a categoria a qual as famílias são pertencentes. Com isso, alguns grupos vulnerabilizados podem ser mais invisibilizados.

O mesmo ocorre na tabela com as informações sobre a violência contra a pessoa, que não atribui a categoria familiar na qual se encontram os indivíduos envolvidos. Além disso, dada a pertinência temática, essa tabela tendo especial análise seria um ponto importante para o relato das violências cometidas a indivíduos com identidade de gênero e sexualidade diversa ao padrão, o que não ocorre.

Ele cabe para os dados a respeito de assassinato e tentativa de assassinato. Esse trato das existências LGBTI+ na coleta de dados do relatório evidencia a invisibilização dos sujeitos camponeses LGBTI+. Ou seja, “não existem estatísticas que quantifiquem as violências e mortes de LGBTI+ no campo.” (MARIANO; MARRO, 2021, p.227).

Além do mais, existem outras violências que poderiam integrar o relatório. As perspectivas quanto a diversidade de gênero e sexualidade somam vivências ímpares a serem reconhecidas. O homem gay que performa feminilidade é excluído e diminuído da vivência coletiva, assim como a mulher lésbica lida como masculina. Essas pessoas veem pouco espaço para estabelecimento de vida no campo, o que pode levá-los a busca pela vida urbana.

E, apesar de todo engessamento rural ao padrão cis heteronormativo, a existência urbana não é tão diferente. Além disso, a manutenção social por meio do trabalho é dificultada pelo caráter camponês e LGBTI+. Ou seja, não produzir dados específicos a essas particularidades (acesso à terra, trabalho e violências sofridas) dificulta a organização da sociedade civil e a elaboração de políticas públicas específicas.

Mariano e Marro (2021) relatam casos exemplificadores da falta que alguns dados fazem. Um deles é o assassinato de Aline da Silva em 2019, integrante trans do MST que, por sinal, não consta nos dados do relatório. Outro dado oculto são as intolerâncias LGBTIfóbicas, como a sofrida por Safira Nunes, mulher trans integrante do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA).

Nessas situações de violência LGBTIfóbica, confluem e se reproduzem também as violências do latifúndio, da repressão e criminalização dos e das trabalhadores/as do campo, da fome e da pobreza pela inexistência da Reforma Agrária, da invisibilidade e o preconceito nas próprias comunidades camponesas. (MARIANO; MARRO, 2021, p.223).

A tentativa de encobrimento a ponto de inexistir a diversidade de gênero e sexualidade é o objetivo colonialista. Mas não diz respeito apenas ao preconceito, é, principalmente, uma questão de domínio sobre os corpos (MARIANO; MARRO, 2021). Por isso, evidenciar essas existências inviabilizadas pela lógica colonial eurocêntrica é fortalecer a luta na efetivação dos direitos coletivos.

A vulnerabilização é potencializada na pandemia⁸. Com isso, a invisibilidade das vidas e mortes no campo ficam mais preocupantes. Existir enquanto LGBTI+ é complexo por si só, sendo agravado pela possibilidade de tais indivíduos estarem à margem social. São muitos os casos da falta de aceitação da família, trabalho, grupo de amigos e outros espaços, o que pode causar prejuízos à saúde mental.

Alguns aspectos sociais tornam grupos vulnerabilizados por estarem mais à margem coletiva. No caso da comunidade LGBTI+ uma pesquisa realizada pelo ThinkWithGoogle (2019) desenvolve o “ciclo da exclusão”, que se inicia na exclusão familiar do jovem LGBTI+ e, enquanto efeito cascata, influencia os demais aspectos da sua vivência. Isso porque, sem o suporte familiar ocorre a evasão escolar, diminui o acesso ao mercado de trabalho e demais garantias sociais como a saúde e políticas públicas, culminando na violência, pois o fato de não haver suporte estatal reforça o cenário da vulnerabilização (ThinkWithGoogle, 2019). Essa pesquisa, anterior à pandemia, é importante para demonstrar a maior vulnerabilidade social a qual a comunidade LGBTI+ está relacionada.

Já o diagnóstico LGBT+ na pandemia (2020), realizado por #voteLGBT em parceria com a BOX1824, apresenta a intensificação dessas questões. O maior impacto para a comunidade LGBTI+, de acordo com a pesquisa, é a piora na saúde mental (42,72%). Apesar do alto índice, responde às estimativas de maior facilidade no desenvolvimento de doenças mentais por pessoas LGBTI+, pelo convívio social hostil se fazer presente com frequência. “É preciso entender a origem deste problema: as tão faladas doenças mentais, como depressão e ansiedade, manifestam-se mais agressivamente neste universo como consequência do convívio frequente com diversas formas de preconceito.” (DIAGNÓSTICO LGBT+ NA PANDEMIA, p.11, 2020).

⁸ No final de 2019 a Organização Mundial da Saúde (OMS) recebe relatos sobre casos de pneumonia na República Popular da China. Surgia uma nova cepa de coronavírus nunca antes diagnosticada em seres humanos, denominada de SARS-CoV-2 responsável pela transmissão da COVID-19. Desse modo, logo se espalhou pelo mundo, provocando uma pandemia. Esse cenário exige uma série de cuidados, como o isolamento, uso de máscara e demais aspectos que estão transformando a rotina das pessoas desde o início de 2020. Mais informações em: <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19#:~:text=Em%2031%20de%20dezembro%20de,identificada%20antes%20em%20seres%20humanos.>

Tal cenário está intimamente relacionado ao que é percebido da representatividade governamental, que em muito pouco se presta a debater políticas públicas para a comunidade LGBTI+. Além disso, o presidente Jair Bolsonaro, de acordo com a pesquisa, é reprovado por 98,7% da população LGBTI+. Denotando o quanto ele não representa os interesses da comunidade. Nesse rumo, vale mencionar a 26ª edição da Parada LGBTI+ em São Paulo. Junho é o mês do Orgulho LGBTI+, marcado pelo movimento ocorrido na Revolta de Stonewall em 28 de junho de 1969.

A Parada é um marco sobre o orgulho LGBTI+, além de levantar diversas bandeiras como o respeito à diversidade de gênero e sexualidade. Em 2022 ficou marcada pelo seu cunho político, considerando que o tema foi “Vote com Orgulho - por uma política que representa” (STABILE; TAVARES, 2022), ligando o movimento a resposta trazida pela pesquisa e visando uma política representativa.

Então, levando em conta as dificuldades acionadas pelo cenário, além da piora na saúde mental da população LGBTI+, há alguns marcadores sociais a serem considerados. Nota-se o quão relevante é o meio social, seja ele acolhedor ou excludente, no sentido de determinar o destino desse indivíduo ligando, a esse fator, as existências dos agentes socioambientais LGBTI+.

A pesquisa realizada pelo #voteLGBT e a BOX1824 foi efetuada pela internet, e não aponta dados específicos sobre a participação de LGBTI+ do meio rural, mas revela que alguns recortes sociais foram privilegiados em detrimento de outros. O acesso à internet e a possibilidade de integrar análises sociais, principalmente durante uma pandemia, é, infelizmente, restrito. Com isso, a invisibilização toma outras proporções de deixar mais obscura e clandestina essas existências.

3 EXISTÊNCIAS COLORIDAS ENTRE AS CERCAS CINZAS: O CAMPONÊS DESCONSIDERADO

3.1 A redemocratização e a desdemocratização

A pauta fomentada da reforma agrária foi uma das motivações para que se instaurasse um governo antidemocrático militar que, ao final, saiu quando achou conveniente. As grandes

mudanças estruturais entre democracia e autoritarismo nunca foram tão evidentes quando se trata de quais os interesses são atendidos.

A forma da redemocratização brasileira foi ímpar. Desde a Lei da Anistia - que foi promulgada durante a ditadura e concedeu indulto para aqueles que haviam cometido crimes políticos, além de devolver seus direitos políticos - e a maneira com a qual transcorreu esse período, alguns aspectos ficaram de fora, como as violações de direitos humanos cometidas. A própria construção da Lei de Anistia foi diferente no Brasil⁹ a casos de outros países latino-americanos. Na Argentina, por exemplo, a anistia foi imposta pelo governo ditatorial e não aceito pela sociedade.

Sob o lema “lenta, segura e gradual” era prometida a reinstalação da democracia que contava com o esquecimento dos crimes bárbaros recentemente cometidos (REIS, 2018). Ou seja, estava sendo transmutada a forma de governo sem alterar os líderes políticos. Com isso, muitos daqueles atuantes durante o período ditatorial se mantêm no período da redemocratização.

No final das contas, a responsabilização dos violadores ficou gravemente enfraquecida e quase inexistente no Brasil. Havia o medo do risco que mencionar determinadas questões sombrias viessem a colocar em xeque a tão recente e frágil transição democrática.

No contexto de um processo marcado por uma prolongada transição, negociada e barganhada, embutiu-se na lei da Anistia um dispositivo matreiro que foi interpretado como abrigando sob suas asas torturados e torturadores. Uma incongruência, pois os primeiros eram conhecidos, haviam sido presos, batidos, exilados, julgados (muitos, desaparecidos ou mortos). Já os agentes do Estado, responsáveis diretos pelas torturas, e a cadeia de comando que as havia autorizado, nem sequer seus nomes eram então plenamente conhecidos. Houve protestos, porém mal foram ouvidos. Na alegria da abertura, falar dos crimes da ditadura civil-militar era quase uma atitude de mau gosto. Ou uma provocação. (REIS, 2018, p. 223).

⁹ A decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos, no caso da Guerrilha do Araguaia, preleciona que “Finalmente é prudente lembrar que a jurisprudência, o costume e a doutrina internacionais consagram que nenhuma lei ou norma de direito interno, tais como as disposições acerca da anistia, as normas de prescrição e outras excludentes de punibilidade, deve impedir que um Estado cumpra a sua obrigação inalienável de punir os crimes de lesa-humanidade, por serem eles insuperáveis nas existências de um indivíduo agredido, nas memórias dos componentes de seu círculo social e nas transmissões por gerações de toda a humanidade.” (CIDH, 2010, p.8). Desse modo, a anistia garantida, na visão da corte, não exclui a responsabilidade estatal para com os direitos humanos violados no caso da guerrilha, sendo esta lei um empecilho a garantir direitos.

Já o Supremo Tribunal Federal ao julgar a ADPF 153 em 2010 (Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental) proposta pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, entende que a lei é constitucional.

A lei da Anistia serviu como instrumento de impunidade. E dentro do quadro geral, com a ideia do processo de redemocratização, as graves violações aos Direitos Humanos foram deixadas de lado. Não se discute o crime “[...] daquela ditadura que se impusera quase sem dar um tiro e se retirava sem levar sequer pedradas.” (REIS, 2018, p.223).

O silêncio a respeito do período ditatorial foi reforçado pelas formas das artes e da pesquisa acadêmica em abordar a época. A perspectiva histórica de análise do período deixa, muitas vezes, de abordar novas questões ou interconexões que ocorreram naquele momento. O esquecimento dessas tragédias pode até ser confortável no cerne social momentaneamente, mas tem seu preço. O apoio, candidatura e eleição de um apoiador das violações graves aos Direitos Humanos durante a ditadura civil-militar é um erro enorme. Trata-se do perigo escancarado para aqueles que esquecem o passado.

Outro aspecto inalterado foi a economia, como apresenta a pesquisa de Reis (2018), a estrutura financeira baseada no interesse hegemônico foi mantida. Na verdade, a engrenagem de concentração de capital e estruturação econômica que sucedeu 1970 aumentou o cenário de desigualdade social, como indica Souza (2016), dificultando para uma diminuição dessa diferença nos governos seguintes. Então apesar da clara conotação enquanto Constituição cidadã, assim definida por Ulysses Guimarães, manteve o cenário econômico favorável aos oligarcas. Nisso, seguiu:

[...] a predação do meio ambiente, dada pela exploração intensiva das fronteiras agrícolas, impulsionada pelo agronegócio, concentrador de terras e de rendas, expulsando milhões de famílias camponesas para as periferias das grandes e médias cidades; (REIS, 2018, p. 226).

O enredo no trato da população camponesa, por exemplo, se manteve igual ao instituído no período ditatorial. A redemocratização, portanto, não alterou muito o cenário social instaurado pelas políticas durante o período da ditadura civil-militar. Apesar do desenho democrático ser primordial para novas perspectivas de garantia de direitos consolidados na Constituição Federal de 1988, a transposição temporal – e a vivência da ruptura com o Estado antidemocrático – não levou o tratamento na raiz do problema que fez surgir a ditadura civil-militar e que após 2016 estremeceu as instituições democráticas.

Desse modo, é possível reconhecer a existência de regimes de acordo com os privilégios de quem possui o domínio da instituição estatal. Partindo dessa caracterização, uma

democracia não estaria plenamente estabelecida. Isso porque, para sua plena existência, não pode estar tendenciosa aos anseios de grupos privilegiados.

A democracia e a república são incompatíveis com a ditadura por serem centradas na soberania do povo e no bem comum. No entanto, as democracias podem ter sintomas autoritários em seus órgãos quando perdem a capacidade de dialogar e exercer pluralidade. Ou seja, quando uma instituição começa a direcionar toda decisão para interesse individual ou de um grupo privilegiado, é um claro sinal de autoritarismo. Em níveis exorbitantes, naqueles que as ameaças corroem as bases da democracia, nota-se a desdemocracia em ação.

A democracia é o melhor regime existente para reger a forma de governo de um Estado. Geralmente está pautada em uma Constituição, que é a materialização da soberania do povo num texto máximo, ao qual todos devem seguir para a efetivação democrática.

No Brasil, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 institui o regime democrático liberal representativo e participativo baseado na liberdade, igualdade e fraternidade. Essa democracia liberal busca alinhar igualdade e liberdade, individualidade e coletividade (TOCQUEVILLE, 2019). Dentro desse cenário, Bobbio (2000) se presta a dispor da relação entre democracia e liberalismo. De acordo com seus estudos, a democracia interage muito bem com o liberalismo, desde que o sentido esteja estritamente ligado a procedimentos. Já que a existência de máximas como igualdade e liberdade na prática desse regime seria envolta de alguma incoerência.

Liberdade e igualdade não podem existir no seu sentido amplo nesse regime. Isso porque, a liberdade visaria o máximo desenvolvimento, mesmo que em detrimento do indivíduo hipossuficiente. O que seria inadmissível para o igualitarismo. Portanto, a igualdade existente no liberalismo é aquela inserida na própria liberdade: “[...] cada um deve gozar de tanta liberdade quanto compatível com a liberdade dos outros, podendo fazer tudo o que não ofenda a igual liberdade dos outros.” (BOBBIO, 2000, p. 39). Ou seja, para um Estado liberal-democrata existir a forma política da democracia – baseada na soberania popular – se transforma a esse ponto de ser compatível com o desenvolvimento do liberalismo, demonstrando como ambos se desenvolveram a tal ponto a estabelecer uma codependência (BOBBIO, 2000).

Em outra análise, Florestan Fernandes (2008) apresenta a limitação da democracia liberal. Isso porque, em determinados casos, a individualidade pode passar em cima da comunidade, assim como a liberdade econômica de alguns suprime a igualdade entre todos os

indivíduos. Nessa lógica, a democracia liberal é existente, mas dentre aqueles com uma série de privilégios que possam acessá-la.

A partir dessas teorizações, é possível compreender que o regime de governo no Brasil está relacionado aos interesses de uma elite ligada às oligarquias rurais e à burguesia. Ainda no estabelecimento da democracia liberal, aqueles detentores das máximas incorporadas da Revolução Francesa são os que possuem poder aquisitivo. Ou seja, mesmo que esse modelo se proponha a limitar a liberdade na igualdade entre os indivíduos, a possibilidade de aquisição transmuta a liberdade e a igualdade, fazendo com que alguns as possuam em maior dimensão que outros.

Em outras palavras, a forma que a ditadura civil-militar teve início demonstrou a fraca estrutura democrática que, na época, foi rompida por não atender aos interesses da oligarquia. Então a grande distinção entre a ruptura democrática em 1964 e o esvaziamento democrático a partir de 2016 foi a demonstração explícita ocorrida na primeira.

Desse modo, é perceptível a relação entre ambas. E, não coincidentemente, a ditadura marca o início de movimentos sociais e, também, de instrumentos para criminalizá-los. Forjando um sistema democrático e constitucional que “[...] a defesa da democracia justifica sua aplicação de forma antidemocrática e absolutamente autoritária” (SAUER, 2008, p.03).

De acordo com Fernandes (2013) para uma democracia estar em crise é necessária uma constituição solidificada. No caso do Brasil, falar a respeito de “crise na democracia”, perpassa o debate sobre a sua própria constituição. A quebra desse sistema e transformação para uma democracia consolidada trata-se de um processo por meio de lutas como a travada pelo MST. Se essa democracia é uma fantasia da forma de poder que realmente domina a sociedade brasileira, o enfraquecimento democrático é apenas uma retomada mais evidente dos órgãos governamentais quando há pequenos fatores que não são interessantes para as oligarquias. Então a desconstituição dessa forma de usar a democracia como marionete nasce nos movimentos sociais como a luta no campo.

O MST nasce durante o período em que a democracia é abertamente inexistente. Ainda assim, aplica uma das formas de elaboração democrática que é o cooperativismo, ajudando a desenvolver interesses em comum entre um grupo. Ou seja, a luta travada no campo para acesso à terra e possibilidade de produção de alimentos transpassa a forma enrijecida de existência imposta pelo capitalismo.

Historicamente herdada do modelo econômico desenvolvido entre colônia e colonizador, reconhecido por Fernandes (2008) como dependência dentro de dependência, o

capitalismo no Brasil é apenas reprodução do imposto. Levando em conta que a forma de mercado capitalista brasileiro se estabeleceu após as primeiras leis emancipatórias do sistema escravista, não foi transmutada a relação da produção agrária e suas relações com a economia interna e a externa – no que diz respeito aos países colonizadores (FERNANDES, 2008).

Nesse cenário, o foco do grande produtor rural é seu desenvolvimento individual. Dando continuidade ao modelo de dependência, no qual a exploração do trabalho e o domínio do mercado entregue nas mãos de poucos a decisão das produções, seus valores e outros aspectos. Nessa lógica interna, a maioria é dependente daqueles que detêm a propriedade de terras, mas esses não são independentes em relação ao mercado externo. Considerando os países desenvolvidos, a lógica de dependência faz com que quem domina o mercado interno brasileiro – considerando os oligarcas rurais – esteja à mercê desses Estados outrora colonizadores (FERNANDES, 2008).

O estabelecimento de uma democracia liberal e de um capitalismo baseado em dependências dos países colonizados, a lógica do explorador e explorado não se finda, pois a existência de oligarcas implica, diretamente, na necessidade de pessoas em situação de extrema vulnerabilização – econômica e social. Ou seja, a democracia existe para um grupo seletivo de pessoas que são as mesmas que se beneficiam do capitalismo.

Nesse sentido, para grupos minoritários como o MST e a comunidade LGBTI+ reside a igualdade e liberdade formalmente estabelecidas, mas distantes da efetividade real. Até porque a garantia constitucional formal atingida foi diante de uma luta árdua e não totalmente vencida.

3.2 As representações da desigualdade no meio rural

A democracia é existente a quem corresponde a um padrão. Isso num sentido de acesso à liberdade e igualdade pressupostos da regulamentação democrática brasileira na Constituição Federal de 1988. Ou seja, a desigualdade social é fator fundamental na definição do acesso a garantias básicas.

A desigualdade implica em problemas políticos e sociais. Por conseguinte, a consolidação democrática de um Estado está atrelada a estas questões de alta marginalização de determinados grupos (BALBACHEVSKY; HOLZHACKER, 2011). Algumas garantias que circundam a eleição de representantes não esgotam as mínimas capacidades a serem exercidas no regime democrático.

A democracia não se resume a resultados eleitorais. Isso porque, a democracia representativa se expressa na ligação entre sociedade civil e governo. Desse modo, questões substanciais que possam surgir devem ter espaço para diálogo no regime democrático. Todavia, em meio a vários problemas deste regime, há, inclusive, momentos de baixo apoio. Já que, o sistema satisfaz as garantias de acesso ao direito de poucos, mas as camadas mais marginalizadas desconhecem os benefícios democráticos.

Talvez um grau de horizontalização dos seus benefícios econômicos e sociais dariam nova conotação para a coletividade subalternizada. Desse modo, se os aspectos da democracia fossem, fatidicamente, acessados por todos, poderiam também obter maior aceitação e a efetivação do que é proposto num sistema democrático.

Nesse rumo, os privilégios são entregues às elites, assim como estariam diametralmente assentadas em relação às condições que criaram para as camadas populares. Ou seja, quando o tema é desigualdade social, as elites são o carro chefe na manutenção e beneficiação do *status quo* (CLEARY, 2006).

A pesquisa desenvolvida por Balbachevsky e Holzhacker (2011) apresenta dados interessantes a respeito das semelhanças e disparidades quanto à perspectiva da desigualdade social entre elite e população geral. No combate à desigualdade, por exemplo, a elite majoritariamente opta pela garantia de oportunidades e é contrária a criar um teto de enriquecimento. E então quando o artigo menciona que “há entre as elites uma visão favorável às políticas distributivas desde que garantam um maior acesso aos bens e o desenvolvimento do país.”(BALBACHEVSKY; HOLZHACKER, 2011, p.505), nota-se o interesse em serem privilegiadas nessas políticas distributivas. Isso porque, a pesquisa aponta a vontade da eliminação da desigualdade, mas por nenhum viés que limite seu crescimento econômico.

Outro elemento a ser inserido no cenário da desigualdade brasileira é a sua “modernização conservadora” (REIS; SCHWARTZMAN, 2005, p.01). Esse termo define o lento processo de desenvolvimento percebido no país. Trata-se de uma inclusão limitada, como se a melhoria ocorresse lentamente e em baixa escala nos setores da sociedade. Em contrapartida, aspectos tais quais a concentração populacional e reestruturação industrial fomentam um nível de problemáticas que o lento desenvolvimento não supera, como: desemprego, violência urbana, deterioração dos serviços públicos. Nesse cenário, tem-se uma das melhores renda *per capita* da região e um dos desenvolvimentos sociais mais excludentes e desiguais do mundo (REIS; SCHWARTZMAN, 2005).

Essas exclusões sociais ocorrem pela manutenção, agravamento ou elaboração da pobreza e está intimamente relacionada a desigualdade (REIS; SCHWARTZMAN, 2005). Isso porque, a desigualdade prevê o acesso a direitos desbalanceados entre os indivíduos de uma sociedade.

No âmbito rural, nota-se que a formação brasileira carrega símbolos apreendidos no processo colonizador de produção totalmente voltada aos anseios da colônia. Essas marcas, como a concentração de terras, definiu a estrutura econômica, sendo regida com o propósito de atingir os interesses do mercado externo. Além disso, houve outros aspectos nos setores sociais, tais quais: exclusão social e concentração de renda (MATTEI, 2012). Desse modo, mantém-se o *looping* implementado pela colonização: os grandes empresários rurais são beneficiados em detrimento dos mais pobres e esses mesmos oligarcas possuem menos vantagens que as grandes empresas externas que compram deles.

Segundo Mattei (2012) esses resquícios históricos na formação do modelo de desenvolvimento e na elaboração dos problemas sociais são entraves diretos para a consolidação democrática. Ou seja, a existência enquanto colônia foi determinante para a estrutura rural: latifundiários focados na exportação de um lado, possibilitando a exclusão social no outro, um claro exemplo da existência da desigualdade.

Esse modelo capitalista brasileiro, marcado pelo mesmo padrão da colonização, está fadado à continuidade. Seguirá o sentido entregue pela colonização enquanto não se propor a mudar os preceitos básicos: lucro, exportação e exploração do trabalho, nos quais se fundamentam o país (PRADO JR, 2011). Todavia, não é essa a imagem vendida. A incisiva propaganda televisiva da Globo: “agro é tech, agro é pop, agro é tudo”, iniciada em 2016, buscou tornar positiva a imagem do que era o agronegócio. Na verdade, toda mecanização e modernização empreendida - e demonstrada nessa campanha publicitária - é real.

Entretanto, a ação do agronegócio não visa a produção vendida na propaganda, como a imagem de agricultura familiar a qual tenta ser associado, o seu produto final não visa o mercado interno. Mas isso não deve passar despercebido para a Rede Globo de Televisão, considerando que essas campanhas ligadas ao agro possuem benefícios pelas vantagens políticas e econômicas.

São defensores do agronegócio, também, aqueles que indiretamente beneficiam-se com os negócios e atividades econômicas que compõem a cadeia produtiva do setor, como as grandes multinacionais de insumos e aparatos tecnológicos e as redes de comercialização e marketing de produtos

para o segmento – é nessa última que a indústria cultural possui relevante posição. (SANTOS; SILVA; MACIEL, 2019, p.59).

A função assumida pela indústria cultural pode distorcer a realidade a respeito de uma atividade. O agronegócio não emprega, alimenta ou promove a igualdade no campo que essas propagandas demonstram, mas isso escamoteia toda a realidade. Restando, então, reconhecer os indicadores dessas problemáticas de desigualdade e baixa renda.

Embora os dados estatísticos definem a pobreza com base na renda *per capita*, há muitos outros aspectos relacionados. Contudo, sem esses dados, Mattei (2012) indica aspectos das relações sociais rurais definidoras dessa condição. Ao tratar da pobreza de acordo com cada região, nota que “[...] o fenômeno da pobreza rural tem maior expressão também nas microrregiões onde predominam os latifúndios [...]” (MATTEI, 2012, p.04), sendo a pobreza parte de um processo institucionalizado a partir dos modos historicamente adquiridos de operação do desenvolvimento.

O modelo de desenvolvimento brasileiro institucionalizou a pobreza por meio dos seus elementos históricos: concentração fundiária, modernização repentina e descuidada, relação de exploração do trabalhador e urbanização desmedida (MATTEI, 2012). Nesse último caso, os centros urbanos não possuíam suporte para recepcionar a quantidade de pessoas, além da falta de preparação para alocação em empregos dessas pessoas e o esvaziamento do meio rural causado por esse processo.

Desse modo, é possível aferir que a desigualdade social é resultado de um processo na formação estatal das estruturas econômicas e sociais. Extrapolam os limites de renda e são determinantes nas categorias coletivas marginalizadas.

A colonização brasileira baseada na escravização se liga perfeitamente com a expansão do capitalismo no país subdesenvolvido que foi moldado para se tornar. Desse modo, não há dificuldade para a manutenção da estrutura colonial que visa atender às necessidades do mercado internacional.

O trabalho, antes exercido por meio da escravização, hoje é precário. Havendo diversos casos de trabalho forçado ou indigno, além da exorbitante diminuição da utilização da mão de obra camponesa, substituída sem nenhum tipo de adequação por maquinários.

Com isso, as desigualdades sociais e a exclusão estão regulamentadas nos mesmos elementos de formação da colônia. Sendo, portanto, racista, machista, classista e demais termos que propiciem a subalternização para a manutenção de algo enquanto superior que quanto mais

próximos dos termos eurocêntricos melhores. Nisso, tem-se as desigualdades dos gêneros binariamente considerados definidos nos dados a respeito da condição urbana e rural.

Nessas condições, houve a ascensão de um grupo enquanto superior. Dentro da lógica colonialista há essa distinção binária entre acima e abaixo. Aqueles que estão acima, em níveis internacionais, podem se configurar como os países conhecidos enquanto de “primeiro mundo” e os abaixo como os países “de terceiro mundo”. A níveis nacionais essa lógica é mantida, havendo, no Brasil uma clara distinção entre o latifundiário e o camponês.

A interferência e o poderio do latifundiário são incomensuráveis. A bancada ruralista no Congresso Nacional é abertamente conhecida. Não se limitando, mas se relacionando com a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) que informa serem 245 deputados e 39 senadores¹⁰ no período de 2019-2022.

Esse grupo centrado na proteção do agronegócio possui uma forma de agir característico de buscar criminalizar movimentos sociais por meio da sua atuação nas mesas da câmara dos deputados e do senado. Como exemplo, vale mencionar o projeto de lei 1.876 de 1999 que, de acordo com a OXFAM (2016), foi transitado e aprovado com vistas a modificação do Código Florestal. A Comissão Especial formada para proferir parecer sobre o então projeto de lei adicionou características que reduziam a proteção ambiental.

O texto final dessa comissão estava alinhado com os interesses da bancada ruralista. A partir de então, houve negociações, votações, vetos presidenciais, utilização de medida provisória com o objetivo de atenuar os efeitos. Mas ainda assim a redação final na alteração legal beneficiou o setor patronal rural. Evidenciando as ferramentas institucionais para as oligarquias manterem seus modos de atuação.

Tendo em vista todo esse cenário da falta de acesso à terra até poderosos oligarcas rurais, as exclusões sociais tomam maiores proporções em situações de falta de equiparação. Assim o meio rural, havendo exorbitante concentração de terra, alta mecanização e produzindo com vista ao mercado externo, é palco para sensibilidade das questões sociais. E, não coincidentemente, forte herança da formação do Estado escravocrata e colonialista.

3.2.1 O perfil do trabalhador rural

O perfil dos trabalhadores rurais representa a análise de um contingente populacional de 15,6% do país, segundo o DIEESE (2014), 52% homens e 48% mulheres, ignorando a

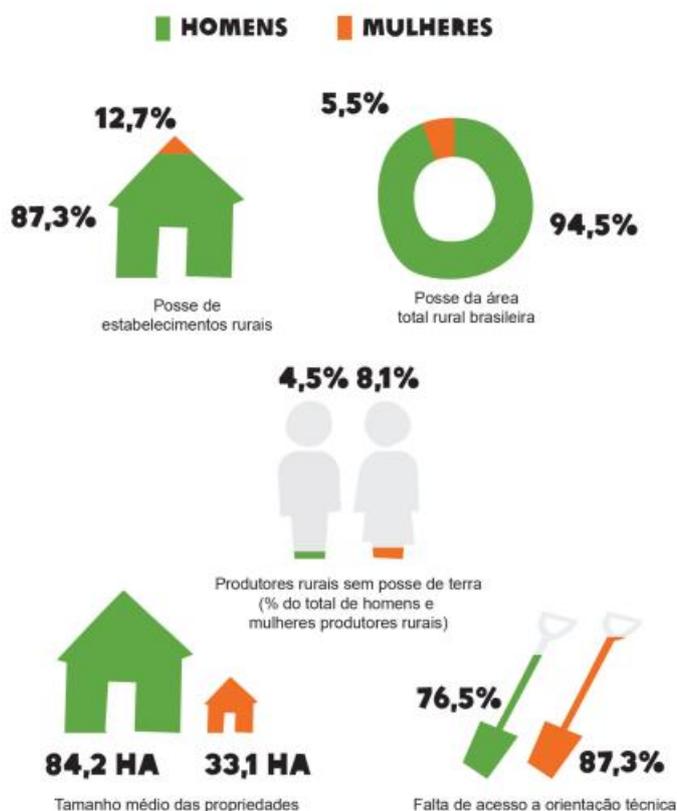
¹⁰ A Frente Parlamentar da Agropecuária disponibiliza esses dados por meio do acesso à Frente Parlamentar - Câmara dos Deputados (camara.leg.br).

diversidade de gênero na coleta e análise. Cabe destacar que existe uma queda significativa da população rural, de 1995 a 2013 foram reduzidos em 15,1% os trabalhadores rurais, de acordo com a mesma pesquisa.

É necessária a distinção de quem é o camponês, também mencionado enquanto trabalhador rural: “assim sendo, um camponês é um camponês não em decorrência do tipo de trabalho que ele faz, mas devido ao visível conjunto de relações que o ligam a sociedade mais ampla” (FORMAN, p.12, 2009).

A partir dessa perspectiva, a análise da desigualdade de gênero no informe da OXFAM Brasil (2016), aponta a existente relação entre a propriedade de terra e a desigualdade. “A desigualdade fundiária no Brasil também reforça a desigualdade de gênero” (OXFAM, 2016, p.10).

Gráfico 02 - Desigualdade entre homens e mulheres no campo



Fonte: OXFAM, 2016, p.10 *apud* Censo Agropecuário 2006 / IBGE

Por meio desse gráfico é possível inferir que a posse do estabelecimento rural por homens é superior a 80%. Enquanto as mulheres representam quase o dobro de produtores rurais sem posse da terra. Além disso, o espaço territorial correspondente é discrepante: o tamanho médio da propriedade para as mulheres não é nem metade da propriedade de homens.

Os ocupados por estabelecimento agropecuário foram de 4,3 em 1985 para 2,7 em 2013. Esse índice aponta claramente a eclosão da especialização e mecanização rural. Isso é perceptível, por exemplo, quando o número de estabelecimentos agropecuários não sofre redução (DIEESE, 2014). Desse modo, é possível aferir que a contínua especialização e mecanização leva à redução dos postos de trabalho rurais. Entretanto, o baixo número de ocupados não impediu o crescimento da produção, havendo um desenvolvimento rural baseado no agronegócio.

As formas de ocupação rural segmentadas na pesquisa desenvolvida pelo DIEESE (2014) envolveram três grandes categorias (agricultura familiar, empregados e empregadores). E, além disso, subcategorias (conta própria, trabalhador na produção para o próprio consumo e não remunerado).

Nesses segmentos, é relevante notar que o número de empregadores, segundo a pesquisa do período de 2004 a 2013 (DIEESE, 2014 *apud* PNDA/IBGE, 2013), sofreu queda (-52,2%) e isso denota a concentração de terras. Além do mais, o trabalho para o próprio consumo foi exclusivo a apresentar crescimento (23,3%). Esse dado pode ser resultado do aumento das grandes propriedades que foi determinante para a diminuição da categoria “conta própria” que, por sua vez, pode ter alavancado o aumento da produção para consumo próprio. Nesse cenário, há mais pessoas produzindo para a subsistência. Isto é, há o aumento da desigualdade no campo, pois com grandes propriedades rurais vem o crescimento da pobreza.

Da população total rural, aqueles que possuem alguma ocupação são 45,6%. Sendo 70,2% do sexo masculino e 29,8% do sexo feminino. Nesses dados, nota-se a invisibilidade da abordagem da diversidade de gênero e desconsideração dos impactos causados na ocupação dos indivíduos enquanto LGBTI+. Além disso, há alta disparidade entre o sexo feminino e o masculino considerados na pesquisa.

Nota-se que se a produção para consumo próprio estiver amalgamada com os aspectos de subsistência, é esse o lugar ocupado pelo sexo feminino. Isso porque, das ocupações, um dos destaques que mais chamam atenção por estar, majoritariamente, relacionado à mulher é a do trabalhador na produção para consumo próprio, no qual elas correspondem a 54,38%.

A baixa escolaridade também é um fator preocupante. Mais de 70% dos assalariados formais ou informais possuem até sete anos de estudo. Isso é refletido no rendimento, pois a falta de continuidade no ensino formal somada a informalidade gera baixa remuneração deixando, também, essa população mais pobre.

Os assalariados no meio rural são 88,9% do sexo masculino e 11,1% do sexo feminino e, em grande maioria. Então mesmo que a população geral camponesa seja quase meio a meio entre homens e mulheres, há uma diferença exorbitante entre os assalariados.

No caso das ocupações no meio rural também, a presença das mulheres corresponde a 29,8% do total. A análise da DIEESE (2014) relaciona esse dado ao domínio da família tradicional chefiada pelo sexo masculino e a exigibilidade de maior emprego de força física nas atividades produtivas, também correlacionada a prática masculina, o que os privilegiaria para a ocupação de determinadas funções. Além disso, os pretos e pardos ocupam mais empregos informais que formais, denotando como o meio rural, tanto no quesito ocupação como no aspecto trabalhista assalariado, é fortemente machista e racista.

A violência escondida nessa discriminação em relação às mulheres integra o cerne do que corresponde à estrutura patriarcal, fundamentando os demais conjuntos de violência e domínio (SEGATO, 2018 *apud* TARREGA, 2020). Integrar a luta no campo, confrontando toda a órbita sistêmica, impõe uma nova série de opressões. Isso porque, o gênero feminino é compreendido erroneamente enquanto pacífico (TARREGA, 2020), portanto não pode fazer parte de confrontos contra o sistema capitalista. Nesta instância, mesmo que haja praticamente o mesmo percentual de homens e mulheres, a diferença ao acesso a ocupações e trabalhos por elas é ínfima, reafirmando a violência.

Há, no processo de colonização perene ao qual se sujeita o Brasil, a tentativa de ocultamento e da racionalização da violência destrutiva dos povos camponeses, e antes de tudo das mulheres camponesas, e por consequência da democracia brasileira instrumentalizada pela força apaixonada do humano. (TARREGA, 2020, p. 92).

Esse processo de colonização interminável orienta as ações de subalternização. O ocultamento perpassa o gênero, raça, classe e orientação sexual. Estabelecendo um padrão de exclusão perceptível que expõe o fundamento colonial do sistema capitalista, empenhado no crescimento de poucos - como oligarcas rurais - em detrimento de muitos. Além disso, a forma de percepção do indivíduo camponês é limitada, tendo muitos textos a respeito do rural

nenhuma atenção com a subjetividade e desejos complexos dessas personas (FERREIRA, 2006).

3.3 A diversidade de gênero e sexualidade no contexto rural

A estrutura social pressupõe a compulsoriedade de gênero/sexo/desejo (BUTLER, 2003). Assim, existem duas possibilidades para o gênero e sexo - e esses devem ser correspondentes. E no caso do desejo, deve ser oposto ao gênero e ao sexo. Assim, um homem (gênero) deve ser nascido do sexo masculino e possuir desejo pelo oposto (mulher/sexo feminino). Essa percepção de Butler (2003) desenha o que vem a ser a diversidade ignorada. Ou seja, fugindo ao padrão compulsório e binário, nomeia-se diversidade de gênero e sexualidade.

A pesquisa supramencionada caracteriza os indivíduos entre sexo masculino e feminino. Desconsiderando qualquer fluidez de gênero existente. Com isso, nota-se a invisibilidade daqueles que não correspondem à norma. A diversidade de gênero e sexualidade pode ser interpretada por meio do acrônimo LGBTI+ ou outras siglas¹¹ que permitem maior inclusão de existências invisibilizadas.

Segundo Preciado (2019), o gênero passa de um termo utilizado para promover o domínio dos corpos ao uso quanto a existência da diversidade de gênero frente a forma normalizada estabelecida. Ou seja, a abordagem promove uma nova possibilidade de definição do termo.

Ataques violentos incentivados pelo discurso desde a campanha eleitoral à presidência de Jair Bolsonaro revelam, segundo Araújo (2020), um aumento das matérias jornalísticas que indicam agressão contra pessoas LGBTI+. Além disso, ações que diminuem o acesso cívico aos debates estatais e a diminuição de políticas públicas imprescindíveis para a manutenção de direitos básicos reforçam o enxugamento da instituição democrática.

Há, também, o engessamento da forma de existência no meio rural (FERREIRA, 2006), transpondo estudos de elementos nos quais a diversidade de gênero e sexualidade podem ser abordadas. Então enquanto a experiência (e produção) cisheteronormativa é a regra, a

¹¹ O acrônimo utilizado acompanha a resolução da Aliança Nacional LGBTI+. Todavia, dado o nome do Coletivo LGBT do MST, fazer uso da sigla LGBT, esta poderá ser contemplada como mais adequada dado o momento transcorrido na pesquisa. Vale salientar que a diversidade de gênero e sexualidade é plural, necessária de definição, acessibilidade e visibilidade a todos os indivíduos.

perspectiva que foge a essa lógica imposta existe como “nível local de resistências” (GONTIJO; ERICK, 2015, p.29). Nessa toada, os estudos podem encontrar nesses cenários uma rica fonte sobre os fenômenos reais acerca da existência identitária diversa ao padrão.

Refletir sobre como as experiências generificadas, racializadas, etnicizadas, geracionais, sexuais, religiosas e regionais tomam formas próprias que não podem ser analisadas de forma autônoma do contexto nacional e global de diferenciação, de desigualdade e de “normalização” (FOUCAULT, 1988) em que se inserem, eis o desafio que nos colocamos para tratar da diversidade sexual e de gênero em contextos rurais ou interioranos e em situações etnicamente diferenciadas nas regiões Norte, Nordeste e, em geral, na Amazônia. (FOUCAULT *apud* GONTIJO; ERICK, 2015, p.29).

A existência enquanto LGBTI+ é inviabilizada em diversos meios e por motivos variados. Assim como aponta a pesquisa realizada pelo Center for Talent Innovation em 2016, demonstrando que 61% dos colaboradores LGBTI+ tendem a esconder sua sexualidade no ambiente de trabalho. Além disso, 90% das pessoas trans se prostituem por falta de acesso ao mercado formal de trabalho, mesmo muitas delas sendo capacitadas. Uma pesquisa realizada pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) apontou que a cada uma hora um LGBTI+ é agredido no Brasil, conforme apontam as reportagens de Putti (2020), Assufba (2020) e SindjusES (2021).

A temática sobre a diversidade de gênero e sexualidade no âmbito rural não é totalmente desenvolvida. Isso propõe questionamentos, principalmente por serem dois meios consolidados na pesquisa acadêmica. Nesse rumo, Gontijo e Erick (2015) reúnem o aparato bibliográfico a respeito da temática LGBTI+ no contexto rural. E tornam explícita a escassez de trabalhos que unem ambos os temas, demonstrando a existência LGBTI+ para além das temáticas comumente relacionadas, assim como a vivência no campo foge a preocupação de produção e reprodução.

O meio rural é um forte símbolo de toda a colonização sofrida no Brasil. Assim, toda existência não privilegiada possui um nível de desigualdade gritante, principalmente em áreas de grandes propriedades. Com esse contexto, a reafirmação enquanto sem-terra, não-branco e demais elementos que fogem ao padrão também é instrumento para assinalar contraponto ao enriquecimento exacerbado, concentração de terra ilimitado e atendimento descabido ao sistema colonizador capitalista. Por isso, ser LGBTI+ no contexto rural é assumir contraponto às oligarquias rurais.

O surgimento de temas como a ideologia de gênero e outras notícias falsas frequentes no executivo brasileiro chefiado por Jair Bolsonaro utiliza a diversidade de gênero e

sexualidade como área de ataque. A terminologia “ideologia de gênero” não possui literatura científica que o embase. Toda a composição é respaldada na elaboração de religiosos e políticos a respeito da temática (BORGES; BORGES, 2018). A partir do pânico moral criado, retira-se um debate tão necessário quanto o de gênero e sexualidades na escola, podendo fomentar o preconceito, a evasão escolar, gravidez precoce. Sendo, portanto, um grande retrocesso.

A disseminação desses assuntos ressoa nos setores do campo, de acordo com Cordeiro (2019), mas são desmontadas. Essas percepções ideológicas, preconceituosas e sem cientificidade não sobrevivem aos espaços de diálogo possibilitados no Coletivo LGBT. Ou seja, há um enfrentamento pedagógico dessas ideias erroneamente disseminadas. Percebendo que o espaço no qual o indivíduo LGBTI+ do campo é pertencente surge por meio da segurança propiciada pelo conhecimento e respeito mútuo.

É imprescindível o diálogo a respeito da diversidade de gênero e sexualidade, além do reconhecimento das pessoas LGBTI+ que integram o MST. No entanto, faz-se necessário transcender essa categoria. Com isso, é preciso que haja a desconstrução da violência normalizada pela estrutura machista e cisheteronormativa.

A organização das mulheres camponesas dentro do movimento de luta pela terra foi primordial porque seus papéis estavam amalgamados à chefia da figura masculina, limitando suas existências aos cuidados domésticos. Portanto, sua reivindicação por paridade deu abertura para a estruturação do Coletivo LGBT. Mariano e Paz (2018) apontam fundamentos pelos quais ambas organizações devem manter vínculos: as estruturas de discriminação são as mesmas e a maneira que elas se organizam (e organizam o movimento) somam grande proveito. Assim, são exemplos mútuos de estruturação do grupo interno e de influência externa para todo o movimento de luta pela terra.

O meio rural é espaço de produção das relações. No entanto, a desigualdade na formação do espaço é refletida na importância das existências. Tendo isso em vista, o MST abarca outras temáticas que somam a luta pela reforma agrária, necessária pelos processos de colonização impostos a partir do século XVI que deixou heranças.

A colonialidade é a continuidade da estrutura introduzida durante o colonialismo (processo de conquistas territoriais iniciado nas Américas). A colonialidade do poder, enfoque central no estudo de Quijano (2005), é a formulação da estrutura com base na ideia de raça. Antes do início do processo de colonização a concepção de raça era meramente geográfica: português, espanhol ou indiano. Então a partir desse processo colonizador houve o estabelecimento de raças e a definição de superioridade máxima: o europeu.

Ser branco, civilizado e dotado de racionalidade conduziu os colonizadores ao topo do que era ser humano. Justificando, então, a exploração do trabalho servidão imposta a outras raças.

No caso do meio rural brasileiro a colonialidade se expressa por algumas vertentes: o baixo número de pesquisas a respeito do real fenótipo do camponês. Sendo, geralmente, abordado enquanto homem cis, branco, o que não corresponde a porção majoritária. Além disso, a falta de dados a respeito de agentes socioambientais LGBTI+ denotam a invisibilidade dessas existências, surgindo diversas ações do próprio grupo. E, também, o próprio estabelecimento da propriedade privada e sua destinação demonstram a manutenção e reprodução dos processos de colonialidade.

A expressão da cis heteronormatividade está fortemente ligada ao contexto rural. Portanto, o rompimento com a colonialidade perpassa por inserir temáticas que quebrem com a norma que, em última instância, rege todo o padrão de produção e relação social no meio.

A luta por reforma agrária travada pelo MST desde seu nascimento está associada a tudo aquilo que é excluído pelo sistema colonialista, assumindo pautas de igualdade e diversidade de gênero e sexualidade, além de outras lutas que objetivam, em última instância, romper com uma estrutura que beneficia a concentração de terras e a inexistente distribuição fundiária.

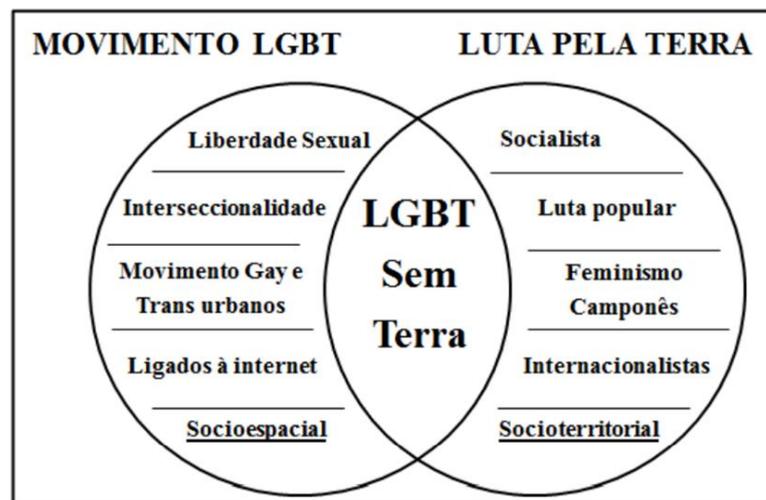
Levando-se em conta que o espaço não urbano (seja ele rural ou de preservação ambiental) é normalmente percebido como a sede máxima de expressões heteronormativas, um movimento social tradicionalmente rural, como o MST – que propõe uma mudança radical na interação entre trabalhadores rurais e a terra – levantar uma bandeira de ordenamento identitário poderia ser algo considerado como novo, inesperado e intrigante. (MAGALHÃES, 2017, p. 49).

Com isso, faz-se necessário considerar que a formação do indivíduo no MST é, primeiramente, enquanto sujeito sem-terra na ligação política com a reforma agrária. E então ter adquirido esses ensinamentos a respeito da forma de pensar e se posicionar é intrínseca a forma de lidar com a questão da identidade enquanto LGBTI+ (FILETO, 2020). Isso porque, o pensamento crítico e o posicionamento político assumido têm íntima relação com a formação do indivíduo. No caso da pessoa sem-terra, dentro do MST, após a sua construção pedagógica e a elaboração própria da perspectiva a respeito da questão agrária, seus demais aspectos passam pelo mesmo processo de pensamento crítico.

Nesse ponto, percebe-se como o processo de aprendizado dentro do MST é imprescindível para a união da diversidade de gênero e sexualidade no contexto rural. Isso porque, os indivíduos no processo de formulação da própria identidade individual e coletiva, puderam apreender a forma política de se posicionar conforme o exemplo do movimento.

Os pontos de convergência entre os aspectos somatizados da luta pela terra e os movimentos urbanos de diversidade de gênero e sexualidade são basilares para o surgimento e efetivação como tal do Coletivo LGBT do MST. Além disso, criam espaço para diálogo sobre essas pautas, incorporando novas formas de lidar com o sistema colonialista a partir da desconstrução do engessamento de gênero e sexualidade no movimento social (CORDEIRO, 2019; FILETO, 2020; MAGALHÃES, 2017; GONTIJO; ERICK, 2015).

Figura 05 - Esquema do resultado da convergência entre o movimento urbano LGBTI+ e a Luta pela Terra



Fonte: Fileto V.N., CHELOTTI, M. C., 2020.

A imagem acima propõe alguns aspectos que possam ser convergentes na formação da identidade do indivíduo LGBT Sem Terra. Isso porque, a sua formação perpassa os panoramas de dois movimentos, a priori, altamente envolvidos com práticas opostas. Todavia, a aproximação desses possui a capacidade de costurar novas ratificações da realidade.

Como exemplo, a ligação com a Via Campesina, propiciada pelo MST, conecta o Coletivo LGBT a diálogos internacionais. E a cultura da conexão via internet, facilitada pelo movimento urbano, favorece a criação de redes de identificação dos indivíduos no contexto rural ligado a semelhantes temas, como a diversidade de gênero e sexualidade. Nesse sentido, há a capacidade de utilização das ferramentas das suas intersecções.

O Coletivo LGBT do MST e o Quilombo Urbano Xica Manicongo são símbolos dessas existências. Tais possibilidades, muitas vezes invisibilizadas, são assumidas pelos próprios agentes. Portanto, é perceptível que dado o ínfimo número de pesquisas sobre a diversidade de gênero e sexualidade no contexto rural (GONTIJO; ERICK, 2015), os próprios agentes rurais ligados à temática utilizam de meios para evidenciar suas vivências, o que é imprescindível, mas denota a invisibilidade da temática.

Fileto (2020) procura o encontro geográfico entre a luta pela terra e a comunidade LGBTI+. Compreendendo, ao final da pesquisa, que a identidade LGBTI+ sem terra se define nessas pautas comuns. Apresentando, além disso, a relevância da construção literal e da subjetividade do espaço no campo para a identidade LGBTI+ camponesa (FILETO, 2020).

As expressões preconceituosas do contexto rural e a perspectiva de que no âmbito urbano há maior liberdade para o ser existe por alguns motivos indistintos. Primeiramente, as produções acadêmicas no meio do campo, geralmente, não estão atentas à questão da diversidade de gênero e sexualidade (FERREIRA, 2006). Criando a impressão dessas questões não existirem no ambiente rural, mas apenas no urbano, que está marcado pela luta do movimento LGBTI+ – a exemplo da Revolta de Stonewall e o levante no Ferro's Bar.

Em segundo lugar, as pautas nas quais o indivíduo camponês aparece interessado, haja vista os trabalhos no tema, têm relação com a produção do sustento e a reprodução da espécie. Atribuindo, a essas pessoas, um caráter amplamente puritano (FERREIRA, 2006).

Por terceiro, as questões de diversidade de gênero e sexualidade foram, rotineiramente, condenadas desde o momento em que a colonização se fez presente. Nesse sentido, inicialmente, as práticas eram vistas como impuras e necessárias de correção, passando, a posteriori, a serem encaradas como advindas da contaminação com o contato externo (FERNANDES, 2016).

Dado todo o contexto no qual existiu o desencorajamento para associação das pautas e, até mesmo, discussão a respeito da existência LGBTI+ camponesa, fez-se necessária uma colossal articulação para o debate. Nesse momento, a perspectiva do MST em colaborar com a desconstrução dos preconceitos embutidos pela cultura hegemônica foi primordial.

O Debate sobre a diversidade sexual no MST nasce de um processo emancipatório das LGBT Sem Terra com o objetivo de fortalecer o MST como organização social e de massas, mas nasce também a partir do reconhecimento da diversidade sexual que compõe a militância nas pautas defendidas pelo movimento. Um elemento importante a ser trazido aqui é a aproximação de organizações sociais que compõem o movimento LGBT com o MST, o que

contribui para o nascimento do debate e do Coletivo LGBT Sem Terra. Essa aproximação tem ocorrido porque, assim como o MST buscou aprender com outras organizações sociais de luta, o Coletivo LGBT Sem Terra tem buscado aprender com o movimento LGBT, que é urbano, e com suas formas de fazer luta, bem como com o acúmulo teórico e político que este movimento construiu em sua trajetória organizativa, uma vez que, historicamente, este tem feito o enfrentamento ao Estado, à religião e à ciência na luta pela liberdade sexual. (CORDEIRO, 2019, p. 43-44).

Há resistência dentro do próprio movimento à vinculação à causa LGBTI+ dos indivíduos camponeses partícipes do MST. Entretanto, muito já foi construído e é notória a movimentação das pessoas LGBTI+ dentro do movimento de luta pela terra para a vinculação dessa temática. Mas, para além disso, a articulação perpassa a elaboração de um espaço seguro no cerne da comunidade, lugar, este, certamente muito quisto pelos agentes socioambientais LGBTI+.

Assim, a disponibilidade de constituir um movimento diverso, representativo, humano e contra hegemônico permite uma vasta riqueza dentro da pauta defendida. Aqui, a luta pela terra transpõe a relação de produção para encarar toda a vivência do ser. Cordeiro (2019) apresenta a vontade do Coletivo LGBT do MST em aprender com o movimento urbano LGBTI+, o que pode ser tão rico quanto necessário. Além disso, há aspectos que o coletivo rural serve de exemplo. As resistências em espaços improváveis, resgatando os ensinamentos de Gontijo e Erick (2015), alavancam – e muito – a luta pela diversidade.

4 CONSTRUIR COM SABEDORIA: DIÁLOGOS E AÇÕES COM AS DIFERENÇAS PARA A RECONSTRUÇÃO DA DEMOCRACIA

Os mecanismos pelos quais a diversidade de gênero e sexualidade não encontraram espaço nos relatórios sobre as vivências camponesas são variados. Um dos aspectos centrais pode ser a relação do espaço rural com a performividade dos papéis de gênero. Há uma íntima ligação entre produção e poder (MARIANO; MARRO, 2021). Então as formas de controle pedem esse engessamento de papéis tradicionalmente conhecidos. A função masculina está ligada ao homem prover a capacidade viril de chefiar o lar, enquanto a mulher cuida das tarefas domésticas e das crianças.

Os instrumentos de controle da terra que subalterniza a população camponesa são os mesmos que normatizam a identidade de gênero e sexualidade. Essas ferramentas de domínio - racismo, lgbtifobia, machismo - são performadas no meio rural, lugar no qual a concentração de terra provoca desigualdade. “Os determinantes econômicos e sociais do pensamento neofacista que dão a ordem para assassinar um indígena ou camponês são os mesmos que escolhem como alvo as LGBTI+” (MARIANO; MARRO, 2021, p.224). Desse modo, explicitar as violências perpassadas pelos agentes rurais LGBTI+ não diminui a luta por direitos pela terra, pelo contrário, engrossa o caldo contra o sistema colonial, rompendo com os papéis tradicionais e desmontando a lógica de produção do meio rural.

Para que isso não ocorra, o que se encontra é a criação de um tabu a respeito da sexualidade, além da discriminação das pessoas LGBTI+. Notadamente, existem problemáticas necessárias de reparos imediatos para o cotidiano do camponês. Todavia, a condição de cis e heterossexual pressupõe alguns privilégios, como o tratamento social sem o preconceito LGBTIfóbico (MARIANO; MARRO, 2021).

4.1 Elaboração de um Coletivo Colorido entre as cercas patriarcais

O Coletivo LGBT Sem Terra é a manifestação da existência da diversidade de gênero e sexualidade no campo. O documentário sobre diversidade sexual, de gênero e reforma agrária (2020) aponta que o anseio do Coletivo reside justamente na formação das LGBTI+ camponesas, mesma bandeira demonstrada por Antônia Orbe (2023) na entrevista, abarcando na luta para a reforma agrária popular também a temática da comunidade LGBTI+.

A divisão apresentada por Thais Paz no documentário de diversidade sexual, de gênero e reforma agrária (2020) divide a trajetória do movimento em três momentos: antes de 2015, de 2015 a 2018 e após a de 2018. Então o marco para o Coletivo reside no primeiro seminário MST e Diversidade Sexual que ocorreu em agosto de 2015. Esse seminário aconteceu a partir da organização de um grupo de militantes e convocado pela Secretaria Nacional do movimento, sem necessariamente remeter a um ponto específico, levando a compreender que de determinada forma havia uma onda crescente da percepção de necessidade de extrapolar o subentendido e fazer dito a presença da diversidade de gênero e sexualidade dentro do MST.

Antes de 2015 o cenário da diversidade sexual e de gênero no movimento era de contradição. De acordo com o documentário, as normas gerais não mencionaram direitos aos

LGBTI+ dentro do MST, só que também não era vedado o debate da temática. Não havendo um posicionamento definido, restava espaço para divergências entre os dirigentes.

Sendo o núcleo do MST a família resta os questionamentos a respeito do que (ou quem) iria compor. Foi dentro desta problemática que houve a formação de setor de gênero, a fim de debater sobre o papel da mulher dentro do movimento. Isso porque, há uma configuração pressuposta (homem, mulher e filhos) que a inexistência poderia deixar de formatar uma família e, portanto, deixar aquele núcleo de pessoas como não pertencentes ao movimento social.

E, além disso, há a possibilidade da violência estar inclusa nessa formatação, ou seja, a presença masculina, esse desenho de família não é necessariamente positivo. Durante sua fala, a título de exemplo, Thais Paz no documentário de diversidade sexual, de gênero e reforma agrária (2020), relata que já houve casos amorosos entre homens ou entre mulheres que foram encarados como problemas disciplinares, apontando o conflito pela indefinição das normas gerais e pela aparente limitação - até esse momento da trajetória - do que se considera família.

Mas o que levou ao momento-chave do debate sobre diversidade sexual e de gênero dentro do MST foi uma sequência de fatores: primeiramente tem o aumento da própria pauta nos anos 2000, inflamados pelas ondas de movimentos feministas que propuseram várias mudanças no cenário político, incentivando um pluralismo ao cenário democrático em toda a América Latina (BIROLI, 2020). Há também a criação de setorial LGBTI+ dentro dos partidos políticos, além da participação em seminários, movimentos contra a homofobia e, por fim, a abertura do debate sobre o programa agrário da organização em 2014.

Ou seja, com essa possibilidade de formulação a respeito da Reforma Agrária Popular houve um caminho para se debater as normas do movimento. Esse debate puxou o olhar para sua base social e nisso foi possível perceber os anseios a respeito da diversidade sexual e de gênero até então não considerada no projeto de reforma agrária do MST.

O primeiro seminário de diversidade sexual e de gênero envolveu discussões sobre a psicanálise, o que não durou muito. Logo se percebeu que o foco dos diálogos precisavam ser questões mais estruturais. Ou seja, faz-se necessário refletir sobre as questões postas enquanto organização.

Na reunião da Coordenação Nacional em Caruaru-PE em 2016 houve uma importante percepção dos indivíduos LGBTI+ no movimento. Isso levou à alteração das normas gerais, mencionando a integração ao movimento da temática de diversidade sexual e de gênero. A partir desse momento existe coordenação das ações voltadas aos LGBTI+ do movimento. Portanto, a existência do Coletivo LGBT Sem Terra não é estabelecida na assinatura de um

documento que o formula, mas sua existência é resultado de um processo que parte da necessidade que outras temáticas sejam abordadas pela organização. Tanto que a ratificação da criação do Coletivo LGBT sem Terra só ocorreu em 2019.

No início da estruturação do Coletivo percebem a necessidade de compreender a diversidade sexual e de gênero para o sujeito camponês LGBTI+ e depois estabelecer diálogos com a base a respeito da temática. Portanto há a formação de formadores e depois demais formações sobre a diversidade de gênero e sexualidade.

Ainda persiste uma visão que a pauta LGBT na conjuntura é cortina de fumaça, que não é luta de classes, são questões comportamentais, uma pauta estritamente identitária, ou seja, que no fim é apenas o reconhecimento de identidades. Quando, o que temos afirmado na luta política ao entrelaçar a pauta da Diversidade Sexual e de Gênero na luta pela Reforma Agrária Popular neste momento, é reconhecer que estes sujeitos têm direito de ser reconhecidos como seres humanos, de ter casa, trabalho, de serem assentados/as, de poder viver, amar, terem famílias e não ser assassinados, perseguidos e violentados. (Coletivo Nacional LGBT do MST, 2022, p.15).

Houve alguns aspectos que precisam de entendimento: apesar de outros exemplos que trouxe o debate de gênero e sexualidade para dentro do MST, ele foi o primeiro movimento camponês da Via Campesina a estabelecer o debate sobre diversidade sexual e de gênero no meio rural. Ou seja, muito da forma de estabelecer esse diálogo entre seus dirigentes e a base perpassa teste e erro. Então para a elaboração são necessárias algumas compreensões, como: a diversidade sexual e de gênero fazem parte da constituição e emancipação humana. Com isso, a diversidade faz parte dessa luta emancipatória, revolucionária, o que causa desconforto em alguns por, às vezes, taxar como “cortina de fumaça” ou como “temáticas que afastam do contato com o povo”. Uma forma embutida de preconceito, a pauta de diversidade de gênero e sexualidade é mais que apenas identitária.

Além disso, é necessário compreender que a comunidade LGBTI+ no meio urbano propõe um debate muito acelerado que, por diversas vezes, o ritmo e a realidade camponesa não é capaz de acompanhar. Precisando, desse modo, partir das suas próprias experiências e formulações como no próprio acrônimo que é LGBT e não abarca o “+” ou outras representações pelo seu momento exclusivo de elaboração.

Ainda há de se considerar que apesar de toda a história construída pelo Coletivo LGBT Sem Terra, é uma organização ratificada durante o governo Bolsonaro. Tamanho o simbolismo de concretização da luta pela reforma agrária e pela diversidade de gênero e sexualidade

implementada naquele momento, um grande símbolo de resistência. Se a bola da vez é *esperançar*¹², reconstruir e avançar em novos direitos, durante a gestão de Bolsonaro houve resistência. Resistir a violência, aos atos de um governo que desfavoreceu as minorias por meio das suas políticas, que deixou pessoas passarem fome e que em vários momentos discursou sobre ser um governo para a maioria.

Se em oito anos de Coletivo LGBT Sem Terra quatro desses aconteceram durante o governo Bolsonaro muitas das experiências dos atores possuem proximidade com todo o cenário de desmonte institucional, na construção de um projeto para a maioria no qual inviabiliza a existência da minoria. Nessa toada, o que é percebido do Coletivo foi sua resistência, isso é, mesmo com a elaboração de um espaço para a diversidade de gênero e sexualidade no meio rural, muito não podia ser avançado justamente pelo contexto. *Construir com sabedoria*, representou, nesses momentos, a força necessária para a manutenção do conjunto dentro do movimento. Durante a entrevista, Antônia Orbe (2023, p. 02):

Olhando para o campo para que os nomes pudessem estar nas relações de beneficiários da reforma agrária, isso é uma conquista nossa a partir do INCRA, reconhecer que um casal de duas mulheres, de dois homens pertencem às relações de beneficiários. Eles são responsáveis por aquele lote enquanto camponeses e enquanto camponesas.

Embora a maior luta fosse resistir à fragilidade na perda de direitos, a relevância da existência de órgãos institucionais e do próprio Coletivo se apresenta na conquista de possibilitar que a relação de beneficiários de territórios do INCRA fosse incluída casais homoafetivos, outrora desconsiderados. Esse é um importante avanço para a consideração de grupos familiares para o acesso a terra, para reconhecer que camponeses e camponesas existem enquanto LGBTI+.

Não seria uma grande surpresa a atuação contra a comunidade LGBTI+ por parte do governo Bolsonaro que desde sua candidatura proferiu discursos preconceituosos e mentirosos contra a diversidade de gênero e sexualidade, como o conhecido “kit gay”. Além disso, sua ministra Damares Alves marcou a gestão a partir do discurso que “Menino veste azul e menina veste rosa”¹³. Desde o início de sua gestão, além da preocupação instaurada, somaram-se

¹² Verbo utilizado por Antônia Orbe (2023) na entrevista como ação de aguardar pelo melhor, mas seguir lutando e atentos.

¹³ Matéria sobre o discurso proferido em 2019: <https://oglobo.globo.com/brasil/menino-veste-azul-menina-veste-rosa-diz-damare-alves-em-video-23343024>

retrocessos nos direitos das pessoas LGBTI+, como: não apresentar projeto orçamentário específico à comunidade LGBTI+ e fechar o departamento de Promoção dos Direitos de LGBT. A entrevistada apresentou alguns desses aspectos, como a dificuldade de atuação de um profissional da educação LGBTI+ desde o início do governo Bolsonaro, a luta para a manutenção de direitos básicos enquanto LGBTI+ e demais violações.

A violência direcionada ao indivíduo LGBTI+ ganhou força desde a candidatura de Bolsonaro (ARAÚJO, 2020). Com isso, há relatos de brutalidades exercidas por meio de discursos e armas, amedrontando, violentando e matando pessoas LGBTI+ pelo simples fato de existir. Na entrevista surge o relato de violências extremas como assassinatos contra LGBTI+ camponeses. Antônia Orbe (2023, p.04): “Nós tivemos seis companheiros que era do conjunto de instância do coletivo e foram assassinados, a gente chama nossos mártires, né”. O crime de ódio perpassa pela sua performance de gênero e sexualidade, como também revela o ódio a pessoas pertencentes a um movimento social do meio rural. Suas falas, vestes e posicionamentos foram mais hostilizados a partir de um governo que era combativo em relação a grupos vulnerabilizados.

O desenho que a violência representa é muito brutal, mas também tem a capacidade de situar as diferenças que essa extrema direita tenta combater. A resistência como forma de vida situa determinados indivíduos como menos predispostos aos direitos pelo espaço que ocupam: no território do poder eles são a margem, descartáveis, indesejados e explorados (EFREM FILHO, 2017).

E mais uma cascata de micro e macro violências que causou adoecimento mental e expulsões impulsionados pelo discurso de ódio e política de armamento. A violência física, verbal, em relação ao modo que se vestem, sobre a forma que falam, violência familiar são algumas das espécies apresentadas dentro da entrevista.

O sujeito LGBTI+ camponês possui suas especificidades de existência. Por estar no movimento social rural há preconceitos tipicamente urbanos em relação ao seu modo de viver e há preconceito das pessoas do meio rural pela diferença apresentada no seu modo de se portar.

Antônia Orbe (2023, p.04): “Nós sofremos, ainda, violência familiar né quando somos expulsos das nossas famílias, por amar quem a gente quer amar”. Alguns aspectos do convívio social no meio rural podem contribuir para o quadro de depressão e suicídio (MARIANO; MARRO, 2021), como os cenários de exclusão social e falta de comunicação a respeito da diversidade de gênero e sexualidade. A inserção do indivíduo no meio social rural pode reverter

esse quadro. Por isso também há a necessidade de espaço de diálogo dentro dos movimentos sociais.

No caso do isolamento social, e considerando um recorte etário entre 15 a 24 anos, a pesquisa Diagnóstico LGBT+ na pandemia (2020) aponta que as questões de saúde mental são queixas de um em cada dois LGBTI+. Isso pode estar ligado à dependência financeira e a imposição do isolamento familiar que, às vezes, não aceita e respeita o jovem enquanto LGBTI+.

Outro impacto entre os mais sentidos, segundo a pesquisa, está na falta de fonte de renda. Esse ponto, não surpreendentemente, está majoritariamente associado a quem já possuía dificuldade no acesso ao mercado de trabalho. Estabelecendo uma clara ligação da apreensão em conseguir se manter e a piora na saúde mental.

Vale mencionar que essa pesquisa foi realizada no meio urbano, onde ainda falta, mas há muito mais acesso a ONGs de apoio à pessoa LGBTI+, existem esse tipo de pesquisa - mesmo que desenvolvida por pequenos grupos. Nesse sentido, ser LGBTI+ e integrar o meio rural pode estar embutido em várias camadas de invisibilização.

A existência, resistência e luta do Coletivo LGBT Sem Terra demonstra isso: dentro do próprio MST o espaço que ocupa precisou ser construído com sabedoria, e precisa ser amplificado. Sua tomada de decisão, ou participação política é limitada, precisa ser estendida. Seu acesso aos acampados, assentados, a base do movimento e onde residem esses camponeses LGBTI+ que talvez nem tenham consciência de si ainda é pequena, insatisfatória, podendo - e devendo - ser alargada.

Mas, do mesmo modo que se constitui as limitações para a atuação do Coletivo LGBT Sem Terra, sua existência é prova da diversidade de gênero e sexualidade no meio rural, é uma afronta direta ao que outrora os colonizadores quiseram denominar de sodomia¹⁴ ou em outro momento de contaminação do exterior. O Coletivo LGBT Sem Terra é, por definição, o que Antônia Orbe (2023) chamou de *construir com sabedoria*.

A diversidade de gênero e sexualidade fazem parte da condição humana. E, além disso, emendá-la na luta pela reforma agrária faz todo sentido pois o domínio territorial ultrapassa o cerceamento da terra, englobando corpos, performances, existências como um todo (EFREM

¹⁴ As tradições dos povos nativos não percebiam a binaridade de gênero e nem reconheciam a performance de sexualidade enrijecida da qual os países colonialistas faziam parte. Desse modo, as análises dos estudiosos colonizadores retratavam como pecaminosos os atos sexuais/demonstrações de afeto dos nativos. E, em um momento futuro, começaram a ensinar a condenar as práticas homossexuais ou de diversidade de gênero como se fosse uma contaminação advinda do contato com o exterior (FERNANDES, 2012).

FILHO, 2017). Além disso, as ondas conservadoras que visam a erosão democrática alinham seu discurso contra o avanço do debate da diversidade sexual e de gênero, sendo um importante marcador da luta pela inclusão da pauta (BIROLI, 2020).

Portanto, ainda há muito a ser construído dentro do Coletivo, a espaços a serem abertos, vozes para serem ouvidas, sobretudo já existe um Coletivo LGBT dentro do MST, uma organização de diversidade de gênero e sexualidade no meio rural. Nisso, já são passíveis de iniciar a construção do debate do que é ser LGBTI+ no campo o que, em pouquíssimo tempo, seria basicamente intangível.

4.2 O Coletivo Sem-Terra como carro chefe para um campo mais colorido

O Coletivo LGBT Sem Terra se inspirou no setor de gênero do MST. Uma importante organização dentro do movimento que buscou não só a paridade de homens e mulheres dentro dos espaços de direção, mas questionou, também, a configuração familiar e o papel da mulher dentro da organização.

Antônia Orbe (2023) menciona que entre as pessoas do Coletivo há mulheres lésbicas, bissexuais, transexuais e travestis, as quais se incluem na finalidade do setor de gênero. Por isso - e por sua trajetória ímpar que em muito se assemelha ao direcionamento do Coletivo - é que houve essa proximidade para a elaboração e independência dos LGBT Sem Terra. Ou seja, essa união no início do Coletivo foi imprescindível para sua consolidação. A figura abaixo exemplifica esse momento de proximidade.

Figura 06 - Caderno de Formação nº 5 | Setor de Gênero

CADERNO DE FORMAÇÃO Nº 5 | SETOR DE GÊNERO


DIVERSIDADE SEXUAL NO MST
 ELEMENTOS PARA O DEBATE

 1ª Edição
 MST
 São Paulo - 2017

Fonte: Coletivo LGBT Sem Terra (2017)

A imagem acima é um caderno de formação de elaboração do Setor de Gênero, mas foi produzido pelo Coletivo LGBT Sem Terra, demonstrando esse momento de união. Com isso, é possível perceber os primeiros passos do Coletivo e a importância de sua formulação junto a outra ramificação dentro do movimento que precisou aprender a trazer suas questões para o centro do debate no MST.

Quadro 02 - Integração do Coletivo LGBT Sem Terra ao MST com base na entrevista

Passo 01	Mapeamento dos sujeitos
Passo 02	Buscar recurso próprio
Passo 03	Rodas de diálogo nas grandes regiões
Passo 04	Produção de materiais próprios: cartilhas, livros e outros

Fonte: entrevista (2023); elaborado pela autora.

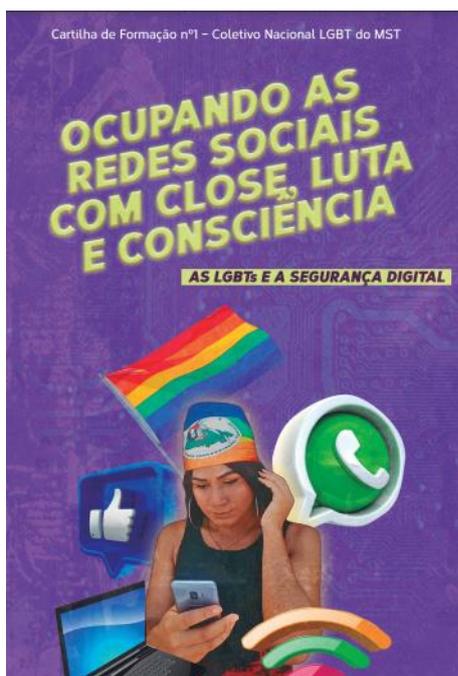
E, também por influência da experiência vivida pelas mulheres do setor de gênero é que se tem esse desenho passo a passo no qual o Coletivo se viu desenvolvendo. Primeiro, houve o mapeamento dos sujeitos, sempre com calma e sabedoria, em cada estado. Cabe pontuar que a região nordeste tem um desempenho mais favorável ao Coletivo: Bahia e Ceará

foram pioneiros nesse diagnóstico e Pernambuco possui cinco LGBT Sem Terra em espaço de diretoria, enquanto nos demais estados é apenas um.

O segundo passo foi buscar recursos próprios. Esse ponto tinha como objetivo a elaboração das próprias ações, cartilhas, artigos e demais projetos. A forma de procurar recursos aconteceu por meio de editais do SESI, universidades e entidades internacionais.

O terceiro passo foi estabelecer roda de conversa sobre a diversidade sexual e de gênero em cada grande região, buscando estender o conhecimento a respeito do Coletivo LGBT Sem Terra e o acolhimento àqueles LGBTI+ que integram o movimento. O quarto passo consiste nas produções próprias: há livros, cartilhas, artigos e demais produções que além de propagar o conhecimento dão voz ao Coletivo dentro e fora do MST.

Figura 07 - Cartilha de Formação nº1 - Coletivo Nacional LGBT do MST¹⁵



Fonte: Coletivo Nacional LGBT do MST (2020)

Figura 08 - Cartilha de Formação N.2 - Coletivo Nacional LGBT do MST

¹⁵ Apesar de nesse documento - e alguns outros - haver a descrição enquanto “Coletivo Nacional LGBT do MST” optou-se, na descrição do trabalho, pela utilização do termo “Coletivo LGBT Sem Terra”. Ambas as nomenclaturas estão corretas e são viabilizadas, porém a escolha pela segunda se dá pela utilização do termo pela entrevistada e por boa parte da literatura que se debruça sobre a temática.



Fonte: Coletivo Nacional LGBT do MST (2022)

Nessa última figura é perceptível a evolução do Coletivo, sua produção agora é própria, não é mais necessário estar vinculado a outro setor do movimento. Seus debates já conseguem atribuir um quadro geral do local que se encontram e a elaboração que buscam fazer. É relevante ressaltar que a diversidade de gênero e sexualidade no meio rural, por meio da existência do Coletivo LGBT Sem Terra, possibilitou novas configurações, como o Coletivo LGBTI da Via Campesina - Brasil.

A existência do Coletivo LGBT sem Terra é um exercício político. Ele destaca a pauta de diversidade de gênero e sexualidade dentro da organização, de modo a integrar o movimento e não ser uma temática da parte dos LGBTI+ do MST. Ser LGBTI+ e ser camponês, integrando as questões de um movimento da reforma agrária popular possui especificidades.

A dificuldade desse afunilamento está evidente, até mesmo, na própria construção do Coletivo, o qual precisa descobrir ser organização LGBTI+ e de luta camponesa. A entrevistada destaca este aspecto: não se trata apenas de ser sujeita LGBTI+, mas de sê-lo dentro de um movimento social camponês. Mencionando, também, vícios e preconceitos que ocorrem entre a relação com as demais organizações. Além disso, aponta o quanto o movimento esteve disposto a encarar os debates de cada momento - como a paridade entre homens e mulheres nas instâncias de decisão.

A luta central do movimento é pela reforma agrária, mas há de se considerar que o domínio territorial extrapola os limites dos quais uma cerca pode cercar. O território também representa as performances dos papéis aos quais os indivíduos foram relacionados, sendo enquadrados enquanto homens e mulheres, e os papéis aos quais seus gêneros e sexualidades estão associados.

O ser e organizar do LGBT Sem Terra está mais presente nas direções do movimento, nas palavras da Antônia Orbe (2023, p.02): “Os nossos corpos, o nosso jeito de amar né, o nosso jeito de contribuir com essa organicidade e aí faço um destaque para você né, esse melendi ele passa mais pelo próprio conjunto de direção do movimento”. É perceptível como o ambiente de opressão causado pelos discursos de ódio liderados pelo chefe de executivo até 2022 foram cerceadores de existências. Antônia Orbe (2023) também menciona, mais a frente, que sempre foram bem recebidos pelas famílias acampadas e assentadas, reforçando que é uma luta política, mas que há essa limitação.

Nota-se que as mais variadas camadas de violência estão ligadas ao domínio do espaço objetivo e subjetivo. Ou seja, a luta pela reforma agrária popular, principal bandeira do MST, precisa abarcar outros níveis do domínio estabelecido desde o colonialismo. É nesse sentido que o Coletivo LGBT Sem Terra parece compreender a importância tomada, por toda a organização, da pauta de diversidade sexual e de gênero.

Não avançaremos enquanto a pauta LGBT for tarefa só das LGBTs, o feminismo só das mulheres Sem Terra, o combate ao racismo tarefa só das negras e negros Sem Terra. Nossa luta deve ser contra todas as formas de opressão e exploração. Se uma travesti é assassinada é um problema da organização, se um LGBT é violentado é um problema da organização, todos/as devem se sentir afetados/as por estas violências, pois a omissão pode significar a conivência. Nossa luta, nossas ações coletivas desde o gesto de plantar, cultivar alimentos, deve ser anticapitalista, antiracista, antipatriarcal verdadeiramente. (Coletivo Nacional LGBT do MST, 2022, p.15).

Na entrevista, Antônia Orbe (2023, p.02) aponta:

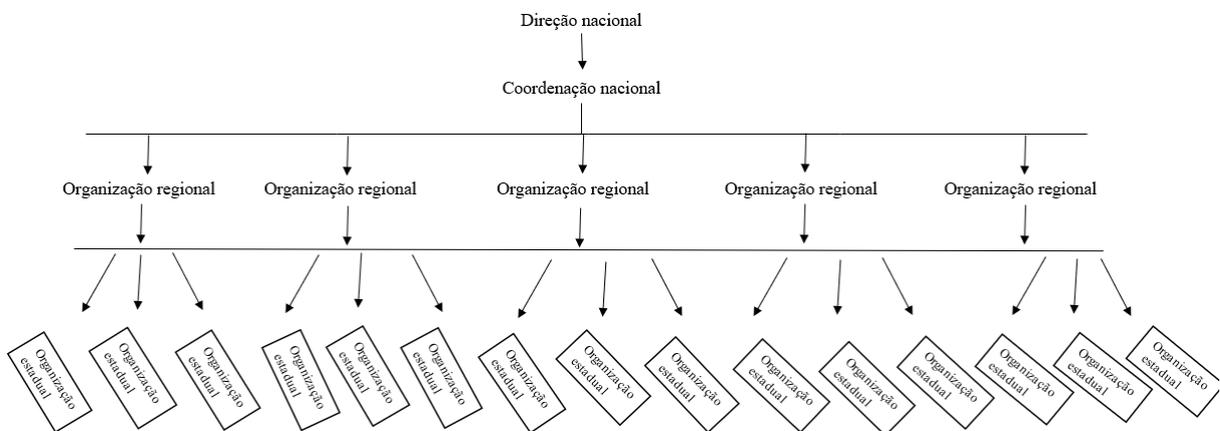
Que a gente faça um debate não só como o conjunto das pessoas LGBTQIA+, mas como o conjunto do movimento né pra defender as nossas vidas, defender as nossas pautas né, lutar junto conosco, sem ser uma luta em caixinhas.

Nesse trecho a entrevistada reforça a busca do Coletivo LGBT Sem Terra, colocando a temática da diversidade de gênero e sexualidade na mesa central e não deixar ser apenas algo para se discutir dentro do Coletivo LGBT Sem Terra.

Esse é um posicionamento que traz à luz do diálogo a diversidade que forma o movimento, horizontaliza as demandas da organização e dá visibilidade à diversidade sexual e de gênero tão pouco percebida no meio rural. Este trabalho, por exemplo, possui como centro abordar a diversidade de gênero e sexualidade no meio rural justamente pela existência e visibilidade do Coletivo LGBT Sem Terra.

O local de evidência construído pelo próprio Coletivo LGBT Sem Terra possui pontos de destaque, também, para as violências. Algumas delas, já mencionadas, são diretas, mas há aquelas sutis, como a baixa participação de LGBTI+ Sem Terra nos espaços de direção. Apesar da estrutura do Coletivo ter um assento nacional, uma coordenação nacional e demais organizações em cada estado, sua desenvoltura poderia compreender mais espaços, como almeja a entrevistada.

Figura 09 - Organização do Coletivo LGBT Sem Terra



Fonte: entrevista (2023); elaborado pela autora.

Nesse sentido, Antônia Orbe (2023, p.04) pontua que:

E para nós isso é uma luta nossa gigante né, que a nossa pauta passe por dentro da pauta da reforma agrária popular, no debate da posição da sociedade, no debate da conjuntura política agrária e internacional, no debate da educação popular, no debate de saúde, na cultura, enfim, nós estamos lá.

Ser LGBTI+ e integrar um movimento camponês faz com que o sujeito com a pauta de diversidade de gênero e sexualidade a carregue em todas as suas esferas. Há a consciência de que a temática central do MST seja a reforma agrária, mas isso não exclui os demais aspectos dos componentes do movimento.

A temática de diversidade sexual e de gênero defendida pelo Coletivo LGBT Sem Terra precisa do debate conjunto de toda a organização. O avanço da temática dentro do movimento não significa apenas a inclusão de mais um aspecto subjugado pela dominação territorial, mas também representa a dignidade da existência do LGBT Sem Terra em acampamentos e assentamentos.

Antônia Orbe (2023, p.04): “E o nosso calcanhar de aquiles né, o que a gente precisa avançar é em relação a base né, ao acampamento e assentamento, para que esse sujeito possa estar nas instâncias então no quesito violência, ainda é isso né, esse sujeito ser visto”. Ser reconhecido como parte da comunidade é imprescindível para um ser humano. Na condição de LGBTI+, esse aspecto é acentuado, pois diversas vezes vivenciam o silenciamento, encobrimento ou até expulsão por suas sexualidades e gêneros. Com isso, o respeito, acolhimento e compreensão familiar e coletiva é imprescindível para o desenvolvimento e capacidade autônoma desse indivíduo.

A ação do Coletivo LGBT Sem Terra também é primordial para a efetivação democrática. Para Antônia Orbe (2023), fazer parte de uma organização social estimula a consciência sobre o cenário político e social do país. Nesse sentido, perceber lutas por igualdade, garantia de direitos básicos e movimentação governamental forma um sujeito mais consciente sobre o espaço que ocupa e mais conectado às alternativas de ações.

Na entrevista é demonstrada a proximidade na definição de democracia pela pluralidade. De acordo com ela, a existência visível de LGBTI+ é um aspecto da construção democrática, além da relevância da ação conjunta entre governo, organizações sociais e sociedade civil.

É importante notar que uma representante de um movimento social ligada à diversidade sexual e de gênero vê o quão imprescindível é a construção conjunta e plural da sociedade democrática. E, como contraponto, grupos neoconservadores reafirmam a sobreposição da maioria, defendendo os valores da “família tradicional” e da religião cristã (BIROLI, 2020).

O Coletivo LGBT Sem Terra dá contorno à causa da diversidade sexual e de gênero dentro do MST. Entretanto, sua existência e atuação extrapolam o movimento. Primeiro por se tornar um símbolo LGBTI+ camponês e segundo pelas conexões próprias que é capaz de criar para além das delimitações do movimento social.

Antônia Orbe (2023) apresentou que durante a pandemia as organizações precisaram se reorganizar. O MST tradicionalmente envolve muita elaboração conjunta em suas ações, o que não seria possível dada a situação, Antônia Orbe (2023, p.07): “então a gente teve que recuar e aprender muita coisa”.

Dentro dessas mudanças houve o planejamento de ficarem em casa e reforçar a produção de alimentos. O abastecimento alimentar mais robusto dos bancos de alimentos, marmitas solidárias e a elaboração dos agentes populares de saúde (pessoas do movimento orientando nas periferias os cuidados necessários para evitar o contágio pelo COVID-19) foram algumas dessas mudanças.

E, sob uma outra ótica, foi um momento de utilizar os espaços virtuais para realizar formações. Por esse meio virtual se tornou possível a conexão com os LGBTI+ da Via Campesina, vindo a ser organizado o Coletivo LGBTI da Via Campesina. A existência desse coletivo representa ligar de forma mais abrangente o meio rural à temática de diversidade de gênero e sexualidade, dando expansão ao tema no meio camponês.

4.3 Perspectivas transitórias: aspectos da reorganização democrática

Pois permitam-me, como primeiro ato público como ministro dizer o óbvio. O óbvio que, no entanto, foi negado nos últimos quatro anos, vou dizer coisas óbvias aqui: trabalhadoras e trabalhadores do Brasil, vocês existem e são valiosos para nós; mulheres do Brasil, vocês existem e são valiosas para nós; homens e mulheres pretos e pretas, vocês existem e são pessoas valiosas para nós; povos indígenas deste país vocês existem e são valiosos para nós; pessoas lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis, intersexo e não-binárias vocês existem e são valiosas para nós; pessoas em situação de rua, vocês existem e são valiosas para nós; pessoas com deficiência, pessoas idosas, anistiados, filhos de anistiados, vítimas de violência, vítimas da fome e da falta de moradia, pessoas que sofrem com a falta de acesso a saúde, companheiras empregadas domésticas, todos e todas que sofrem com a falta de transporte, todos e todas que tem seus direitos violados vocês existem e são valiosas para nós. Com esse compromisso quero ser ministro de um país que põe a vida e a dignidade em primeiro lugar. (ALMEIDA, Silvio, 2023).

Iniciar esse tópico mencionando as falas de Silvio Almeida não é por mero capricho. A forma que um homem negro renomado conota como determinados setores sociais vulnerabilizados estarão em evidencia em detrimento de um momento de invisibilização é relevante. Diversas pessoas tiveram do lado do discurso de ódio, da minoria se curvar a maioria,

do governo para poucos. Alguns desses indivíduos sempre tiveram o privilégio de poder rechaçar e subjugar os demais.

A fala de Silvio Almeida demonstra como era evidente - e nada exclusivo - esse momento político. Apesar do apagamento de grupos minoritários durante o governo de Jair Bolsonaro isso já aconteceu antes. A história tem a capacidade de se repetir em contextos sociais pouco mutados.

Desse modo, naquela feita, foi por infelicidade da eleição de Bolsonaro - que evidenciou as perspectivas conservadoras do Brasil -, mas que não é novidade, isso porque em momento passado já foi por meio do governo militar, por exemplo.

A forma que o MST lida com algumas questões, como a de diversidade de gênero e sexualidade, pode estar associada a um cenário governamental menos ou mais propício a agendas de construção de direitos. Isso porque o trato com a diversidade de gênero e sexualidade dentro do MST durante o governo de Jair Bolsonaro reside nas camadas de gerenciamento da organização. Ou seja, mesmo com seu viés de luta por direitos as questões como sobre os LGBTI+ do movimento ficaram em debates mais restritos aos dirigentes. Num cenário de discurso de ódio, principalmente quando inflamado pelo chefe do executivo do país, há pouco espaço para a construção da pluralidade. *Construir com sabedoria* é, em certo nível, também dosar as proposições na própria base da organização.

É com essa realidade que a organização precisou existir e o Coletivo necessitou se estruturar. Meio a isso, sempre foi incentivado pelo MST a análise da conjuntura política semanalmente, isso até mesmo pela instabilidade de cada momento. Como esclarece Antônia Orbe (2023, p.08): “Hoje a gente tava no dia um, exercendo a nossa democracia, dando posse ao presidente que foi eleito nas urnas, mas oito dias depois a gente tava com o movimento antidemocrático”. Exemplificando como esse processo de transição - e de governança como um todo - pode ser volúvel e precisa de acompanhamento constante.

Hoje a gente tem um ministério com a liderança indígena, então isso é algo inédito, e ao mesmo tempo que a gente tem uma liderança indígena mulher de expressão de fala, de expressão de participação, a gente tem o assassinato agora né de dois indígenas no extremo sul da Bahia. Então o que é isso né, isso é uma resposta a esse encaminhamento político desse ministério, né?! (ORBE, Antônia, 2023, p.08).

A composição do governo aponta, para a entrevistada, uma maior representatividade das pautas sociais. Além disso, trecho da entrevista demonstra a percepção que a imagem ou o

alargamento do acesso a direitos e visibilidade por grupos minoritários possuem resposta combativa de grupos conservadores. O que se conecta ao estudo de Biroli (2020) ao apontar a ligação entre conservadorismo e camadas religiosas que visam combater o avanço geral de pautas que busquem o alargamento de direitos, em especial os ligados à temática de diversidade de gênero e sexualidade.

Antônia Orbe (2023, p.09):

Então assim a gente tá muito esperançosos, né?! Que coisas boas virão, de saber que na pasta de Direitos Humanos tem uma pessoa comprometida, que com esse olhar de secretaria temos uma pessoa que é uma sujeita LGBTQIA+ e uma mulher trans que tem marcas em toda trajetória de sua vida, mas que essas marcas têm fortalecido para seguir militante. Então é um momento assim de um respiro né, de um respiro para gente seguir resistindo, existindo e não deixar também a guarda baixa né.

Existe uma esperança cautelosa, até mesmo porque houve todo um desmantelamento da instituição democrática nesses últimos quatro anos. Sua reconstrução e a fortificação de seus recursos de proteção da democracia levam tempo. A própria campanha do novo governo remonta esse cenário:

Figura 10 - Campanha do governo Lula e a proposição de transição governamental



Fonte: Governo Federal (2023)

Portanto, há o receio de ações antidemocráticas, mas respiro por uma reconstrução de normalidade ao cenário democrático do país. Evidenciando o quanto o Estado Democrático do Brasil é imprescindível para grupos vulnerabilizados ao passo que também é incerto. Nesse sentido, a elaboração democrática é fundamental para a luta da horizontalização dos acessos a direitos e garantias historicamente acessadas por poucos.

Isto é, há uma certa facilidade em restringir o acesso a garantias básicas de determinados grupos, enquanto que o acesso a direitos das camadas majoritárias é dificilmente

atingível isso, de certa forma, remonta a ideia de poder territorial, nos quais alguns comandam e outros são dominados (EFREM FILHO, 2017).

Além do mais, há de se considerar que o novo momento pode propiciar a elaboração de um Coletivo LGBT Sem Terra mais expansivo por ter mais espaço para sê-lo. Nesse caminho, e até mesmo pelo momento e questão de trajetória, é que o Coletivo pode avançar enquanto não só debate político nas instâncias de diretoria do MST, mas também enquanto Coletivo da base. Podendo dialogar sobre a diversidade de gênero e sexualidade no meio rural, nos assentamentos, acampamentos, espaços de produção de alimentos e reuniões da organização da qual faz parte.

É notável que todo seu processo de elaboração tem sido bem consciente, cada passo construído com sabedoria, a partir de exemplos como o do Setor de Gênero do MST, por meio de formação, estudo e diálogo interno no Coletivo de constante transformação. Nesse rumo, e com um cenário político menos combatente a minorias, mais democrático e com maior incentivo às diversas existências é que o que já existe do Coletivo LGBT Sem Terra pode ser impulsionado e alavancado enquanto expressão LGBTI+ no campo.

Nesse governo que se inicia, nesta fase de transição, é muito relevante a conexão entre atores como os presentes no Coletivo LGBT Sem Terra, e as ações desse novo governo. Isso porque, como aponta Biroli (2020), o neoconservadorismo está diretamente relacionado ao anti pluralismo.

Ou seja, aspectos democráticos que visem o alargamento do acesso ao cerne social, a direitos e garantias mínimas, são pontos para desconstruir para governantes como Jair Bolsonaro. Isso tanto que enquanto discurso de presidente colocou que a minoria deveria ser subserviente a maioria.

Claramente, o cenário nesses quatro anos de governo somado à transição e a tentativa de reconstrução democrática não é novidade no histórico brasileiro. Esse roteiro remonta o que aconteceu por diversas vezes, seja na época do estabelecimento da lei de terras, que foi uma legislação cuja finalidade era a melhor distribuição, mas o resultado foi maior concentração. Ou, até mesmo, o governo pré-ditadura que estabeleceu um ambiente de instabilidade por sua primazia de construção de direitos que logo foi desconstruído.

Se a esperança é cautelosa, se o respiro de alívio parece mais impulso para lutar é porque é. Apesar da construção democrática ser fundamental aos grupos vulnerabilizados, ela, por muitas vezes, foi inexistente. Assim, sendo a pluralidade desses indivíduos imprescindível

para uma democracia é, também, os sinais daqueles que são os primeiros reprimidos em caso de desagradado da maioria.

Com isso, um governo transitório, uma nova propositiva de política que vise o restabelecimento da democracia é muito importante para grupos como o Coletivo LGBT Sem Terra, mas é também, muito relevante para a saúde democrática do país que esses indivíduos sejam incluídos nas políticas, nos diálogos e que suas existências sejam marcadas não só por lutas, mas por acessos a garantias básicas das quais sempre foram destinatários.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação fundiária do Brasil foi marcada pela exploração desse território. Portanto, instaurado o modo do trato com o meio e os nativos desde 1500 foi capaz de deixar legados no modo das relações se desdobraram. Nesse viés, aqueles com poder, acesso a terra e financeiramente abastados representam o interesse das maiorias e, muitas vezes, estão ligados a características dos colonos. Isso porque, os benefícios de acesso a território desde o sistema de sesmarias favoreceram o padrão europeu.

Com isso, os movimentos sociais que passaram a se desenvolver, e aqui importa muito o momento da ditadura militar de 1964 por marcar o início da estruturação do MST e da comunidade LGBTI+ no Brasil, sempre estiveram envoltos na tentativa de encontrar espaço. A luta por poder existir define ambas as organizações, que se encontram no cerne da disputa por espaço, pois território a ser ocupado é objetivo, mas também subjetivo.

Assim, os camponeses invisibilizados e articulados conforme convinha para a elite política e financeira não tinham territórios próprios. E, do mesmo modo, a existência da diversidade de gênero e sexualidade ocupava um não-lugar - seja os períodos noturnos, as margens sociais, espaços inutilizados que exprimiam que aquelas pessoas não possuíam valor social.

Na busca por uma consolidação democrática - haja vista o momento de tal inexistência - é que tais organizações uniram forças. Ou seja, por uma luta maior que as dos seus agrupamentos particularmente considerados - uma propositura maior de acesso a espaço, existência de democracia para todos os grupos vulnerabilizados, para todos aqueles que precisavam se curvar a maioria.

Então se posicionando - e estabelecendo suas existências durante o período de luta pela democracia - cada movimento ocupou seu espaço de origem de luta. Com isso, foram se

estruturando, dando forma a sua pauta e, também, ganhando contorno por meio dos canais de comunicação. Nisso, houve a formulação dos estereótipos sendo, o do camponês, modulando, enquanto maioria, aquele homem, com todas as características de representação de masculinidade e virilidade.

Todavia, as pesquisas apontam que o campo é composto, majoritariamente, por mulheres. E, para além disso, há existências desconsideradas. No meio rural, apesar da associação da existência do camponês há algo puro (FERREIRA, 2006), existe a performance de sexualidade. Além do mais, há a diversidade de gênero e sexualidade no meio rural não indicada por nenhuma pesquisa. Ou seja, a existência enquanto camponês é encoberta, traduzida por seu trabalho e desconsiderada nas demais ramificações de existência.

Então não apontar os indivíduos LGBTI+ no campo gera uma série de invisibilização que pode o tornar obrigado a sair do meio rural, ser maltratado em casa, isolado da sociedade ou simplesmente “viver no armário”. A falta de dados sobre a população LGBTI+ do campo diz muito sobre a perspectiva a respeito dessas pessoas. A inexistência dessas informações as colocam num lugar de não existirem. Agrupamentos como o Coletivo LGBT Sem Terra são primordiais para transformar essas perspectivas.

E é justamente nesse ponto que a elaboração do Coletivo LGBT Sem Terra se fez imprescindível. Uma organização dentro do movimento social de luta pela terra no meio rural que aborda a diversidade de gênero e sexualidade. Esse é o ponto-chave para a possibilidade de abordar LGBTI+ do meio rural. Assim sendo, o Coletivo LGBT Sem Terra tornou, em algum nível, audível as existências LGBTI+ dentro do MST e, mais, deu forma a indivíduos LGBTI+ do meio rural no geral.

Notadamente, o Coletivo LGBT Sem Terra soma apenas oito anos nos quais quatro desses foram durante um governo cuja política buscou cercear os direitos das minorias. A sua existência e causa não são de fácil concretização, mas seu modo de se portar e *elaborar com sabedoria* tem feito o Coletivo tomar força e ganhar cor.

A democracia é a estabilidade de gestão governamental, somado ao acesso a direito por todos, mesmo que seus representantes sejam escolhidos pela maioria. Assim, a pluralidade é fator central na sua existência, concretude e alargamento. Um Estado mais democrático é mais plural e, portanto, a participação do Coletivo LGBT Sem Terra na efetivação democrática se dá - tanto para grupos vulnerabilizados quanto para a sociedade no geral - na sua existência enquanto organização social que fomenta o alargamento do acesso a direitos e a visibilização de sujeitos outrora desconsiderados. Somado a isso, ser camponês e LGBTI+ possuem camadas

específicas - e muitas vezes desconhecidas - que o Coletivo pode vir a dar forma por meio da representação e representatividade.

Há uma esperança cautelosa, um construir com sabedoria. Muito do governo, do Estado conhecido por grupos minoritários é avanços por meio de embates e retrocessos através de meia canetada. A esperança tanto quanto a luta é primordial. Há avanços, ainda que um Estado Democrático de Direito com poucas fundações existem aspectos positivos como o caráter cidadão na Constituição brasileira de 1988 e a mudança de rumo político apesar de uma grande onda neoconservadora que circunda a política brasileira.

Então o Coletivo LGBT Sem Terra, por meio da sua existência - e insistência em se fazer presente - elabora diálogos, documentos, construções em geral que permite a criação de um espaço para o LGBTI+ camponês. Como permitido perceber através da entrevista e por meio de teóricos, em muito a luta pela diversidade de gênero e sexualidade no meio rural é percebida enquanto uma pauta somente identitária. Mas, como foi possível identificar durante a elaboração dessa pesquisa, a pauta de diversidade de gênero e sexualidade integra demais aspectos de uma luta que visa alargar essa democracia protocolar que em muito desconsidera quaisquer existências a margem em prol dos interesses daqueles que sempre detiveram território - objetiva e subjetivamente considerado.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Débora Souto de. **Análise dos crimes contra a população LGBT reportados pelos jornais generalistas brasileiros durante a campanha presidencial de Bolsonaro.** 2020. 90f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Comunicação) – Universidade do Porto, Porto, 2020.
- ARRUTI, José Maurício; HELD, Thaisa. Quilombos in the context of ‘de-democratisation’. In: HATZIKIDI, Katerina; DULLO, Eduardo (Orgs.). **A Horizon of (Im)Possibilities: A Chronicle of Brazil’s Conservative Turn.** Katerina Hatzikidi and Eduardo Dullo (orgs). London: ILAS, 2021.
- BASSI, Bruno Stankevicius; MERLINO, Tatiana; RAMOS, Mariana Franco; FUHRMANN, Leonardo. **Titula Brasil promove conflitos de interesse, grilagem e violência contra povos no campo.** Brasil de Fato. 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/04/04/titula-brasil-promove-conflitos-de-interesse-grilagem-e-violencia-contr-povos-do-campo>. Acesso em:07/06/2022.
- BALBACHEVSKY, Elizabeth. HOLZHACKER Denilde. **O novo consenso da sociedade brasileira: democracia e igualdade.** Opinião Publica vol.17 no.2 Campinas Nov. 2011.
- BECKER, Hawards. Métodos de pesquisa em ciências sociais. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.
- BIROLI, Flavia. Gênero, “valores familiares” e democracia. In: BIROLI, Flavia; VAGGIONE, Juan Marco; MACHADO, Maria das Dores Campos Machado. **Gênero, Neoconservadorismo e Democracia: Disputas e Retrocessos na América Latina.** São Paulo: Boitempo, 2020.
- BIROLI, Flavia; VAGGIONE, Juan Marco; MACHADO, Maria das Dores Campos Machado. **Gênero, Neoconservadorismo e Democracia: Disputas e Retrocessos na América Latina.** São Paulo: Boitempo, 2020.
- BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e Democracia.** Tradução de: Marco Aurélio Nogueira. Editora Brasiliense. São Paulo, 2000.
- BORGES, Rafaela Oliveira; BORGES, Zulmira Newlands. **Pânico moral e ideologia de gênero articulados na supressão de diretrizes sobre questões de gênero e sexualidade nas escolas.** Revista Brasil Educação. 2018.
- BRUZIGUESSI, Bruno; BEZERRA, Cristina Simões. **COERÇÃO E CONSENSO: OS FUNDAMENTOS DA CRIMINALIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL.** Libertas. Juiz de Fora, 2010.
- BUTLER, Judith (org.). **Problemas de gênero.** 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAETANO, Marcio; NASCIMENTO, Claudio; RODRIGUES, Alexsandro. Do caos re-emerge a força: AIDS e mobilização LGBT. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Márcio; FERNANDES, Marisa. **História do Movimento LGBT no Brasil**. 1. Ed. São Paulo: Almeida, 2018.

CENTER for Talent Innovation. 2016. Disponível em: <<https://coqual.org/>>. Acesso em: 25/08/2022.

CIDH, **Corte Interamericana de Direitos Humanos: CASO GOMES LUND E OUTROS (“GUERRILHA DO ARAGUAIA”) VS. BRASIL**, 2010.

COLETIVO Nacional LGBT do MST. **Cartilha de Formação N.2**. 1ª edição - março de 2022.

COLETTI, Claudinei. **A trajetória política do MST: da crise da ditadura ao período neoliberal**. Doutorado em Ciências Sociais, Unicamp. Campinas, 2005.

CLEARY, M. R. “A ‘left turn’ in Latin America? Explaining the left’s resurgence”. *Journal of Democracy*, vol. 17, nº 4, p.35-49, 2006.

Comissão Pastoral da Terra - CPT. **Conflitos no Campo: Brasil 2012**. Coordenação: CANUTO, Antônio; LUZ, Cássia Regina da Silva; LAZZARIN, FLÁVIO. CPT Nacional, Goiânia, 2013.

Comissão Pastoral da Terra - CPT. **Conflitos no Campo: Brasil 2013**. Coordenação: CANUTO, Antônio; LUZ, Cássia Regina da Silva; LAZZARIN, FLÁVIO. CPT Nacional, Goiânia, 2013.

Comissão Pastoral da Terra - CPT. **Conflitos no Campo: Brasil 2014**. Coordenação: CANUTO, Antônio; LUZ, Cássia Regina da Silva; COSTA, Edmundo Rodrigues. CPT Nacional, Goiânia, 2014.

Comissão Pastoral da Terra - CPT. **Conflitos no Campo: Brasil 2015**. Coordenação: CANUTO, Antônio; LUZ, Cássia Regina da Silva; ANDRADE, Thiago Valentim Pinto. CPT Nacional, Goiânia, 2015.

Comissão Pastoral da Terra - CPT. **Conflitos no Campo: Brasil 2016**. Coordenação: CANUTO, Antônio; LUZ, Cássia Regina da Silva; ANDRADE, Thiago Valentim Pinto. CPT Nacional, Goiânia, 2016.

Comissão Pastoral da Terra - CPT. **Conflitos no Campo: Brasil 2017**. Coordenação: CANUTO, Antônio; LUZ, Cássia Regina da Silva; ANDRADE, Thiago Valentim Pinto. CPT Nacional, Goiânia, 2017.

Comissão Pastoral da Terra - CPT. **Conflitos no Campo: Brasil 2018**. Coordenação: CANUTO, Antônio; LUZ, Cássia Regina da Silva; SANTOS, Paulo Cesar Moreira. Centro de Documentação São Tomás Balduino. CPT Nacional, Goiânia, 2019.

Comissão Pastoral da Terra - CPT. **Conflitos no Campo: Brasil 2019**. Coordenação: CANUTO, Antônio; LUZ, Cássia Regina da Silva; SANTOS, Paulo Cesar Moreira. Centro de Documentação São Tomás Balduino. CPT Nacional, Goiânia, 2020.

Comissão Pastoral da Terra - CPT. **Conflitos no Campo: Brasil 2020**. Centro de Documentação São Tomás Balduino. CPT Nacional, Goiânia, 2021.

Comissão Pastoral da Terra - CPT. **Conflitos no Campo: Brasil 2021**. Centro de Documentação São Tomás Balduino (Tabelas individuais). CPT Nacional, Goiânia, 2021.

COUZEMENCO, Fernanda. 'Titula Brasil é parte do 'passar a boiada' do governo Bolsonaro', aponta MST. *Século Diário*. 2022. Disponível em: <<https://www.seculodiario.com.br/meio-ambiente/titula-brasil-e-parte-do-passar-a-boiada-do-governo-bolsonaro-explica-mst>>. Acesso em: 16/08/2022.

CORDEIRO, Agnaldo. **A construção do debate de gênero e diversidade sexual no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**. 2019. 99f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019.

CRENSHAW, Kimberlé Williams. **Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of discrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics**.

University of Chicago Legal Forum, Chicago, p. 139-167, 1989.

DAAL'AGNOL, Laísa. **O 'presente' de Bolsonaro para o MST**. Veja. 2022. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/radar/o-presente-de-bolsonaro-para-o-mst/>. Acesso em: 07/06/2022.

DUNLEAVY, Patrick. **Authoring a PhD : how to plan, draft, write, and finish a doctoral thesis or dissertation**. Palgrave macmillan, 2003.

DUPRAT, Deborah. A criminalização dos movimentos que lutam por terra, água e meio ambiente. *In: Conflitos no Campo: Brasil 2020*. Centro de Documentação São Tomás Balduino. CPT Nacional, Goiânia, 2021.

EFREM FILHO, Roberto. **Mata-mata: reciprocidades constitutivas entre classe, gênero, sexualidade e território**. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas. Campinas-SP, 2017.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A TERRITORIALIZAÇÃO DO MST - MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA - BRASIL**. Revista NERA, Unesp. São Paulo, 2012.

FERNANDES, Estevão Rafael. **Homossexualidade indígena no Brasil: Um roteiro histórico- bibliográfico**. ACENO, Vol. 3, N. 5, p. 14-38. 2016.

FERNANDES, Florestan. **Mudanças sociais no Brasil**. Global Editora. São Paulo, 2013.

FERNANDES, Florestan. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. 5º Ed. Global Editora. São Paulo, 2008.

FERREIRA, Paulo Rogers. **Os Afectos Mal-Ditos: o indizível das sexualidades camponesas**. Dissertação de Mestrado, Antropologia Social, UnB, 2006.

FGV, CPDOC. **União Democrática Ruralista (UDR)**. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil: FGV, 2009.

FILETO, Vinícius Nunes. **Colorindo a luta pela terra: espacialidades LGBT nos movimentos socioterritoriais do campo brasileiro**. 2020. 159f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2020.

FORMAN, Shepard. **Camponeses: sua participação no Brasil**. Centro Edelstein de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, 2009.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade: A Vontade de Saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FRY, Peter. **Homossexualidade Masculina e Cultos Afro-Brasileiros**. In: FRY, Peter. **Para Inglês Ver: identidade e política na cultura brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

FURHMANN, Leonardo. **MILÍCIAS E FUZIS: AS MÁS COMPANHIAS DE NABHAN GARCIA, O HOMEM DE BOLSONARO PARA A REFORMA AGRÁRIA**. The Intercept Brasil, 2019. Disponível em: < <https://theintercept.com/2019/02/19/milicias-nabhan-garcia/>>. Acesso em: 21/06/2022.

GONTIJO, Fabiano, ERICK, Igor. **Diversidade Sexual e de Gênero em Contextos Rurais e Interioranos no Brasil: ausências, lacunas, silenciamentos e... exortações**. Aceno, 2015.

GREEN, James N; QUINALHA, Renan. **Homossexualidades: repressão e resistência durante a ditadura no Rio de Janeiro**. Em *Relatório*, ed. Comissão da Verdade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: Comissão da Verdade do Rio 2015.

GREEN, James N. Forjando alianças e reconhecendo complexidades: as ideias e experiências pioneiras do Grupo Somos de São Paulo. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Márcio; FERNANDES, Marisa. **História do Movimento LGBT no Brasil**. 1. Ed. Almeida. São Paulo, 2018.

IRINEU, Bruna Andrade. Negociações, disputas e tensões na arena LGBT brasileira entre os anos de 2010 e 2014. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Márcio; FERNANDES, Marisa. **História do Movimento LGBT no Brasil**. 1. Ed. Almeida. São Paulo, 2018.

JUNIOR, Marco Antonio Mitidiero; BARBOSA, Humberto Júnior Neves; SÁ, Thiago Héric de. **QUEM PRODUZ COMIDA PARA OS BRASILEIROS? 10 ANOS DO CENSO AGROPECUÁRIO 2006**. Revista Pegada. 2017.

JUNIOR, Marco Antonio Mitidiero; GOLDFARB, Yamila. **Agro não é tech, agro não é pop e muito menos tudo**. Associação Brasileira de Reforma Agrária; FRIEDRICH-EBERT-STIFTUNG, 2021.

LANDES, Ruth. **Matriarcado Cultural e Homossexualidade Masculina**. In: A Cidade das Mulheres. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

LIMA, E. C. de A. . MISOGINIA E ESTEREÓTIPOS DE GÊNERO NA CONSTRUÇÃO DA IMAGEM PÚBLICA DE DILMA ROUSSEFF. **Vivência: Revista de Antropologia**, [S.

l., v. 1, n. 56, 2020. DOI: 10.21680/2238-6009.2020v1n56ID23688. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/vivencia/article/view/23688>. Acesso em: 21 jun. 2022.

LUGONES, María. **Colonialidad y género**. Tabula Rasa, Bogotá - Colombia, n. 09, p. 73-101, julio-diciembre, 2008.

MAGALHAES, Pedro Mourão de Moura. **TERRA, AMOR E EXISTÊNCIA**: sobre a atuação do Coletivo LGBT do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Monografia em sociologia, UnB, Brasília, 2017.

MARIANO, Alessandro; PAZ, Thaís Terezinha. **Diversidade sexual e de gênero no MST**: primeiros passos na luta pela liberdade sexual. Fundação Rosa Luxemburgo, 2018. Disponível em: < https://rosalux.org.br/diversidade-sexual-e-de-genero-no-mst/#_ftn10>. Acesso em: 20/02/2022.

MARIANO, Alessandro Santos. MARRO, Katia Iris. As LGBTI+ do campo e a luta contra a lgbtifobia. *In: Conflitos no Campo*: Brasil 2020. Centro de Documentação São Tomás Balduino. CPT Nacional, Goiânia, 2021.

MARINHO, Maria Helena. ENGLERT. **Por que sua marca deveria saber o que a comunidade LGBTQIA+ espera dela**. ThinkWithGoogle. Brasil, 2019.

MARTINS, José de Souza. **Reforma agrária**: o impossível diálogo sobre a História possível. Tempo Social. São Paulo, 1999.

MARTINS, Flávio. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Saraiva Educação, 2021.

MATTEI, Lauro. **Pobreza rural**: um fenômeno histórico estrutural relacionado à estrutura agrária do país. Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura. Boletim nº 14, 2012.

MAUÉS, Antonio. **CONSTITUIÇÃO E DESIGUALDADE: DIREITO DE PROPRIEDADE E REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL**. Lua Nova. São Paulo, 2022.

MÁXIMO, Wellton. **Brasil exportou US\$ 50,99 bi a mais do que importou em 2020**. Agência Brasil, São Paulo. 2021.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. Revista do ppgav/eba/ufrrj, n.32. Dez 2016.

MICHEL, Maria Helena. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais**: um guia prático para acompanhamento da disciplina e elaboração de trabalhos monográficos. São Paulo, Atlas:2015.

MONTE, Deboráh Silva do; HERNANDEZ, Matheus de Carvalho. **Terrivelmente cristã**: a política externa em Direitos Humanos no governo Bolsonaro. Revista Internacional de direitos humanos, Ed. 19, 2022.

MOVIMENTO, Formação em. Curso - **Diversidade Sexual, de Gênero e Reforma Agrária** -Aula 7: Identidade LGBT Sem Terra. YouTube, 25/11/2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=IX7l6acbKwM>>. Acesso em: 23/03/2023.

MUELLER, CHARLES C. e MARTINE, GEORGE. **Modernização da agropecuária, emprego agrícola e êxodo rural no Brasil - A década de 1980.** Brazilian Journal of Political Economy [online]. 1997, v. 17,

OLIVEIRA, Pedro Cassiano Farias de Oliveira. **Extensão rural e interesses patronais no Brasil: uma análise da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural - ABCAR (1948-1974).** 2013. 163 p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2013.

PESQUISA inédita revela que um LGBT é agredido a cada hora no Brasil. ASSUFBA. Salvador-BA, 2020.

PORTO-GONÇALVES, CARLOS, W. **O Agro é tudo, mas só conta a metade.** IELA, 2020.

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil contemporâneo.** Companhia das letras, 2011.

PRECIADO, Paul B. Multidões queer: notas para uma política dos "anormais". In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais.** São Paulo: Bazar do Tempo, 2019, p. 421-430.

PUTTI, Alexandre. **Um LGBT é agredido no Brasil a cada hora,** revelam dados do SUS. Carta Capital. 2020.

QUADRO, Vasconcelo. **Quem é Nabhan Garcia,** o todo-poderoso secretário fundiário de Bolsonaro. Exame, 2019. Disponível em: <<https://exame.com/brasil/quem-e-nabhan-garcia-o-todo-poderoso-secretario-fundiario-de-bolsonaro/>>. Acesso em: 21/06/2022.

QUIJANO, Aníbal. **Dom Quixote e os moinhos de vento na América.** Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005.

QUINALHA, Renan. **História do Movimento LGBT no Brasil | Renan Quinalha | TODXS Conecta 2019.** YouTube, 4 de nov. 2019. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=bg2ECgptuCU>>. Acesso em: 17/03/2022.

QUINALHA, Renan. **Uma ditadura hetero-militar:** notas sobre a política sexual do regime autoritário brasileiro. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Márcio; FERNANDES, Marisa. **História do Movimento LGBT no Brasil.** 1. Ed. São Paulo: Almeida, 2018.

REIS, Daniel Aarão. As armadilhas da memória e a reconstrução democrática. In: ABRANCHES, Sérgio; ALMEIDA, Ronaldo de; ALONSO, Angela; BARROS, Celso Rocha de; DOMINGUES, Monica de Bolle Petrônio; DUNKER, Christian; FAUSTO, Boris; FAUSTO, Ruy; GIANNOTTI, José Arthur; GOMES, Angela de Castro; LEMOS, Ronaldo. **Democracia em risco? 22 ensaios sobre o Brasil de hoje.** Companhia das Letras, 2018.

REIS, PEREIRA Elisa e SCHWARTZMAN, Simon. **Pobreza e Exclusão Social: Aspectos Sócio Políticos.** 2005. Disponível em: <<http://www.schwartzman.org.br/simon/pdf/exclusion.pdf>>. Acesso em: 04/05/2022.

RODRIGUES, Jorge Caê. A imprensa gay do Brasil. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Márcio; FERNANDES, Marisa. **História do Movimento LGBT no Brasil.** 1. Ed. São Paulo: Almeida, 2018.

SANTOS, Anderson David Gomes dos; SILVA, Danielle Viturino da; MACIEL, Kleciane Nunes. **A campanha publicitária “Agro é tech, agro é pop, agro é tudo”**, da Rede Globo de Televisão, como difusora da propaganda sobre o agronegócio no Brasil. *Revista Eptic*, 2019.

SANTOS, Rick. **Cassandra Rios e o surgimento da literatura gay e lésbica no Brasil**. Niterói: Gênero, 2003. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/31019/18108>>. Acesso em: 29/03/2022.

SAUER, Sérgio. *Processos recentes de criminalização dos movimentos sociais populares*. Brasília, 2008.

SOUZA, Pedro Herculano Guimarães Ferreira de. **A desigualdade vista do topo: a concentração de renda entre os ricos no Brasil, 1926-2013**. Universidade de Brasília (Tese). Brasília, 2016.

STABILE, Arthur; TAVARES, Celso. **26ª edição da Parada do Orgulho LGBTQ+ em São Paulo tem tom político e show de Pablo Vittar**. G1 SP. São Paulo, 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2022/06/19/parada-do-orgulho-lgbt-volta-a-paulista-apos-dois-anos-online.ghtml>>. Acesso em: 24/06/2022.

STARLING, Heloisa Murgel. O passado que não passou. In: ABRANCHES, Sérgio; ALMEIDA, Ronaldo de; ALONSO, Angela; BARROS, Celso Rocha de; DOMINGUES, Monica de Bolle Petrônio; DUNKER, Christian; FAUSTO, Boris; FAUSTO, Ruy; GIANNOTTI, José Arthur; GOMES, Angela de Castro; LEMOS, Ronaldo. **Democracia em risco? 22 ensaios sobre o Brasil de hoje**. Companhia das Letras, 2018.

STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava Gente: A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. EDITORA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 2005.

STONEWALL. Direção: Roland Emmerich. Produção: Christine Vachon e Ruth Caleb. Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte: Roadside Attractions, 1995.

TARREGA, Maria Cristina Vidotte Blanco. **Violência contra as mulheres**. O patriarcado e as institucionalidades públicas nos conflitos no campo. In: **Conflitos no Campo: Brasil 2019**. Centro de Documentação São Tomás Balduino. CPT Nacional, Goiânia, 2020.

TILLY, Charles. **Democracy**. New York, Cambridge University Press, 2007.

TOCQUEVILLE, Alexis de. *A democracia na América*. Tradução de: Julia Rosa Simões. Edipro. São Paulo, 2019.

TREVISAN, João S. **Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

TV SENADO. **Institucionais - Reforma agrária na Constituinte**. YouTube, 02 out. 2013. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=jEalus0RbV4>>. Acesso em: 17/03/2022.

UM LGBTQ+ é agredido no Brasil a cada hora. SindjudES. Vitória - ES, 2021.

VIANA JÚNIOR, M. M. Irrigando a Ditadura: facetas da modernização agrícola no Brasil (1964-1975). **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 12, n. 30, p. e0209, 2020. DOI:

10.5965/2175180312302020e0209. Disponível em:

<https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180312302020e0209>. Acesso em: 28 mar. 2022.

#VOTELGBT. Pesquisa Diagnóstico LGBT+ na pandemia: Desafios da comunidade LGBT+ no contexto de isolamento social em enfrentamento à pandemia de Coronavírus. 2020 Disponível em: <<https://votelgbt.org/>>. acesso em 24/06/2022.